

***TELLUS – Revista de cultura trasmontana
e alto-duriense***

Proprietário e Editor

Município de Vila Real
Av. Carvalho Araújo, 5000-657 Vila Real

Director

A. M. Pires Cabral

Sede da Redacção

Grémio Literário Vila-Realense,
R. Madame Brouillard, 5000-573 Vila Real
gremio@cm-vilareal.pt

Periodicidade bi-anual

Tellus, n.º 65
Vila Real, 11 de Novembro de 2016
Tiragem: 300 exemplares
ISSN: 0872 - 4830
Paginação e impressão: Minerva Transmontana,
Tip. Lda. - Vila Real

Anotada na ERC

Colaboradores neste número

António Adérito Alves Conde; Armando Palavras;
Maria Hercília Agarez; A. M. Pires Cabral;
Sebastião Bravo

Estatuto Editorial

Tellus é uma revista bi-anual dedicada ao estudo, promoção e divulgação da cultura trasmontana e alto-duriense, em todas as suas vertentes.

Tellus rege-se por uma total independência perante interesses económicos, políticos ou religiosos.

Tellus respeita os princípios deontológicos e a ética profissional dos jornalistas, assim como a boa-fé dos leitores, em observância do disposto no Art.º 17.º da Lei de Imprensa.

Tellus não se obriga a publicar quaisquer originais não solicitados.

Tellus autoriza a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

Revista de cultura trasmontana e duriense

Tellus
65

Uma personagem camiliana: o juiz João Roberto de Araújo Taveira. Uma família nobre de Guiães

António Adérito Alves Conde

Introdução:

No dia 24 de Setembro de 1903 faleceu, no lugar de Abambres, da freguesia de Mateus, D. Emília Cândida Furtado Coelho Taveira, tendo sido sepultada no cemitério público de Guiães. Natural da freguesia de S. Paulo, da cidade de Lisboa, e filha legítima de João Pedro Coelho e D. Lúcia Cândida da Costa Furtado Coelho, a defunta, que contava 74 anos, fez testamento e não deixou descendência.

Numa freguesia eminentemente rural e de gente pobre, como era a freguesia de Mateus nos inícios do séc. XX, com a posse da terra concentrada, na sua quase totalidade, em algumas casas senhoriais (Casa de Mateus, Casa de Urros, Casa das Quartas e Casa do Paço) e outros tantos elementos da baixa nobreza ou pequena burguesia em ascensão, o tratamento de “Dona” atribuído pelo pároco de Mateus, Padre António Afonso Tavares, levou-nos a inferir tratar-se de uma mulher de uma família da elite. Não era óbvia, a julgar pelos apelidos, uma relação familiar com as grandes casas senhoriais da freguesia, nomeadamente os Sousa Botelho, os Figueiredos do Amaral, os Coelho Mourão, os Coelhos de Freitas Faria.

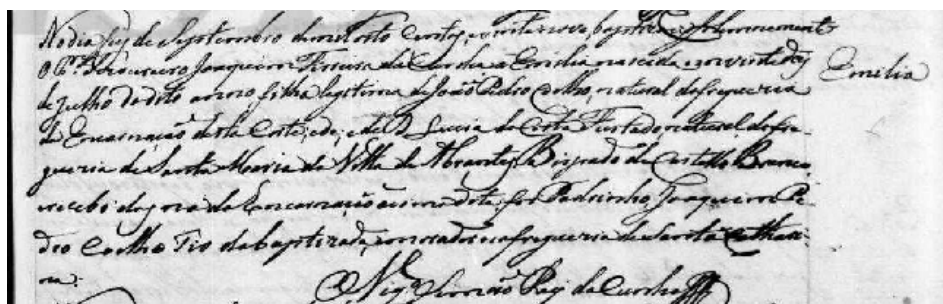
A “ponta do novelo”, que desenrolou uma curiosa pesquisa, foi desvendada através de um outro elemento do registo de óbito – a sua relação familiar enquanto

viúva do Dr. João Roberto de Araújo Taveira. Foi a investigação em torno desta figura que nos permitiu descobrir estarmos na presença de um juiz de Direito e desembargador da Relação do Porto que teve uma forte relação de amizade com o grande escritor Camilo Castelo Branco.

O presente estudo visa assim dar a conhecer a figura deste juiz que pertencia a uma das casas nobres da freguesia de Guiães (da família dos Taveiras), e à Casa das Pereiras (Ponte de Lima), a história desta família e das suas mais destacadas figuras (algumas das quais ocuparam cargos de relevo) e a velha relação de amizade mantida com os Coelhos de Freitas, da Casa do Paço, em Abambres.

1. A viúva do Dr. João Roberto de Araújo Taveira

D. Emília Cândida, conforme consta do respectivo registo de baptismo, assinado pelo vigário Simão Reis da Cunha, nasceu na freguesia de S. Paulo, na cidade de Lisboa, no dia 6 de Setembro de 1829. O pai, João Pedro Coelho, era natural da freguesia lisboeta da Encarnação e a mãe, D. Lúcia da Costa Furtado, era natural da freguesia de Santa Maria, da então Vila de Abrantes. Foi seu padrinho o tio paterno Joaquim Pedro Coelho.



Registo de baptismo de D. Emília Cândida

Desconhecem-se os contornos em que terá conhecido o Dr. João Roberto de Araújo Taveira, sendo ela uma lisboeta e ele um vila-realense com estadia conhecida na cidade de Coimbra, nos anos de 1840 a 1845, onde se formou em Direito.

Casaram a 29 de Setembro de 1871 na igreja da freguesia de S. Paulo, da Cidade de Lisboa, quando ambos eram ainda solteiros, ele de 51 anos de idade e ela de 42 anos. Posteriormente devem ter fixado residência no Porto, onde o marido chegou a Desembargador da Relação. Segundo o Dr. Magalhães Basto “Em 1885 (...) Camilo e João Roberto encontraram-se num rua do Porto. João

Roberto apoiava-se no braço da esposa [Dona Emília Cândida]”¹. Em 1885 residiam na Baixa do Porto, na Rua de Passos Manuel, nº 64, sendo aí que faleceu o Dr. João Roberto de Araújo Taveira, aos 65 anos de idade.

De D. Emília Cândida sabe-se que sobreviveu 18 anos à morte do marido. Não sabemos desde quando resolveu deixar a cidade do Porto e escolher o lugar de Abambres para passar os últimos anos de vida, já que não tinham filhos. De igual modo não conseguimos apurar o seu local de residência, nesta povoação da freguesia de Mateus. Muito provavelmente estaria em casa de alguma família rica, de Abambres, com quem teriam travado amizades ainda em tempo de vida do Dr. João Roberto. Temos algumas razões que nos levam a acreditar poder tratar-se da Casa do Paço, já que sabemos que o Dr. João Roberto tinha sido colega de curso de Direito, em Coimbra, do Dr. António Coelho de Freitas, dessa casa nobre.

E muito provavelmente, teria sido aí que, em Setembro de 1903, se finou esta senhora que foi esposa de uma personagem camiliana, o juiz Dr. João Roberto de Araújo Taveira de que, adiante, falaremos. Refira-se que, por esta altura a Casa do Paço, deixou de pertencer à família Coelho de Freitas e Álvares de Barros, que ali habitava há séculos, tendo sido vendida a um brasileiro de torna-viagem, de nome José Maria Pereira Júnior².



Casa do Paço
(foto de António Conde, 2010)

2. O Juiz João Roberto de Araújo Taveira

João Roberto de Araújo Taveira nasceu na freguesia de Guiães, concelho

- 1 BASTO, Magalhães – *Duas figuras ilustres João Roberto de Araújo Taveira e António de Magalhães*, O Tripeiro, V Série, Ano III, nº 11, Março de 1948, p. 244.
- 2 Foi na Casa do Paço que teve lugar no final de 1907 o casamento da filha deste grande industrial do Rio de Janeiro, de nome Pereira Júnior. A filha, D. Adelaide Pereira, casou com o Dr. Mesquita Figueiredo, de Coimbra. Cf. Jornal “A Vanguarda”, de 25.12.1907. Em Outubro de 1908 José Maria Pereira Júnior ofereceu um lauto almoço e jantar de homenagem ao Dr. António de Azevedo Castelo Branco, no “seu luxuoso e confortável palacete”, da Casa do Paço, em Abambres. Cf. O Vila-Realense de 15 de Outubro de 1908.

de Vila Real, em 13 de Julho de 1820, filho do Dr. António Roberto de Araújo e Cunha, bacharel, juiz de Direito em Ponte de Lima e no Porto e de D. Maria Efigénia Taveira de Macedo Vaz e Câmara, da casa dos Taveiras, de Guiães. Foi seu padrinho, por procuração, o Dr. João António Salter de Mendonça, desembargador da Casa da Suplicação e 1º visconde de Azurara, representado pelo Pe. Agostinho Alves de Carvalho e madrinha a Coroa de Nossa Senhora da Conceição.

João filho legítimo de Antonio Roberto de Araújo e Cunha
e Dona Maria Efigenia Taveira de Macedo e Câmara des. a gre-
guesia de Santa Maria de Guiães Comarca de Vila Real nelo
interio de Antonio Roberto e de Dona Rosa Vicencia Jacuina da
Cunha naturais de Ponte de Lima Comarca de Valença anathino de Cari-
de Clavão Antonio Jose Taveira e Dona Maria Theresa Loos desta gre-
guesia nasceu aos treze de Julho de mil oitocentos vinte e for Bapti-
zmo no dia 14 de Agosto de 1820 no templo desta Igreja por mim Padre Joao Baptis-
ta Valente Paschoa da mesma ordem das ordens de Santo do sobre
dito anno enão for Baptizado dentro do tempo que obriga a Cons-
tituição por se achar o dia deste menino em Lisboa a fazer a sua
leitura de que se logo que chegou João Baptista de São Antonio
Salter de Mendonça Desembargador da Suplicação e visconde de Azurara
como Padrinho por procuração do obreiro Padre Agostinho Alves
de Carvalho desta freguesia e madrinha a Coroa de Nossa Senhora

Registo de baptismo de João Roberto de Araújo Taveira

Estudou Direito em Coimbra, nos anos de 1840 a 1845, tendo-se formado neste último ano. No ano lectivo de 1841/42 frequentava, na Universidade de Coimbra, o 2º ano do curso de Direito e morava na Rua do Borrvalho, nº 132, ao tempo em que o seu colega de curso, António Coelho de Freitas, da Casa do Paço, morava no Beco da Amoreira, nº 158³. Provavelmente travaram aí uma boa relação de amizade, a qual tinha sido cimentada há muito por seus pais, o Dr. António Roberto de Araújo e Cunha e o morgado do Paço, Francisco Alves Coelho de Freitas, casado com D. Maria Teixeira de Figueiredo⁴.

- 3 Relação e índice alfabético dos Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1841 para 1842, suas naturalidades, filiações e moradas, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1841.
- 4 De acordo com Júlio Teixeira, este juiz que foi alvo de várias perseguições em Vila Real, por parte dos miguelistas e dos apoiantes do General Silveira, esteve na Casa do Paço, em Abambres, no dia 27 de Novembro de 1826. (Cf. TEIXEIRA, Júlio – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo, 4º Volume, p. 199.)

Seguiu o Dr. João Roberto a carreira da magistratura. Em 1851 foi Delegado do Procurador Régio junto do Juízo de Direito da Comarca de Vila Pouca de Aguiar⁵. Em 1865 era juiz de Direito da Comarca de Castro Daire⁶.

Em 1871, à data do seu casamento, era Juiz de Direito da Comarca de Peso da Régua, conforme registo paroquial de casamento. Era temporariamente morador no Hotel Alexandre, ao Cais do Sodré e ela moradora na Rua de S. Paulo, nº 216 – 1º andar, em Lisboa.

Foi depois juiz desembargador da Relação do Porto, cargo que ocupou até à sua morte, no Porto, em 31 de Outubro de 1885. Era, à altura, morador na Rua de Passos Manuel, num prédio sito junto ao actual Ateneu Comercial do Porto. Não fez testamento, nem deixou filhos e foi sepultado no cemitério de Bonfim, no Porto⁷. De acordo com o jornal “Diário”, citado por Camilo, o juiz de Guiães *“era muito estimado pelas suas excellentes qualidades e respeitado pela inquebrantabilidade do seu character e rectidão de consciência”*⁸.

2.1. Uma personagem camiliana

O grande escritor Camilo Castelo Branco, com fortes ligações ao concelho de Vila Real e que viveu em Vilarinho da Samardã, entre 1839 e 1841, teceu os maiores encómios ao Dr. João Roberto, numa espécie de elogio fúnebre, escrito aquando da sua morte, em 1885⁹.

Na referida homenagem Camilo fala-nos dos tempos em que conviveu assiduamente com o defunto, quando frequentavam ambos o Café Guichard, então o mais célebre botequim da portuense Praça Nova (hoje Praça da Liberdade). Segundo o romancista, João Roberto era, nesse tempo, *“um dos mais galhofeiros e satíricos rapazes”*, entre aqueles que frequentavam esse café. Depois o escritor traça o seu retrato físico referindo que *“Foi João Roberto sempre magro e de feições angulosas, typo castelhano da raça mussulmana, olhos phosphorescentes e umas risadas estridulas quando tinha de castigar; rindo como Horacio, um inepto desvanecido ou victoriar uma boa e lusitana chalaça”*¹⁰.

5 Por Carta de 1851.06.25, da Rainha D. Maria II (Registo Geral de Mercê, D. Maria II, liv. 36, fl. 126v-127v).

6 Jornal de Jurisprudência, Primeiro Ano, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1865, p. 413.

7 Arquivo Distrital do Porto, Registos Paroquiais, Porto/Santo Ildefonso/óbitos, registo nº 526 de 1885.

8 BRANCO, Camilo Castelo Branco – Serões de S. Miguel de Seide – Crónica Mensal de Literatura Amena. Novelas, polémica mansa, crítica saudável dos maus livros e dos maus costumes, Vol. II, Porto Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos – Editor, 1885, p. 8.

9 O referido elogio fúnebre foi publicado, no mesmo ano, sob a designação: “Das minhas ‘Memórias D’Além Túmulo”, no “Capítulo DCCCXXXVII”, 2º volume, dos “Serões de S. Miguel de Seide”.

10 BRANCO, Camilo Castelo – idem, idem, pp. 8-9.

Nesse tempo João Roberto escrevia crônicas semanais no jornal “Eco Popular”, sob pseudônimo, nas quais usava de uma “*Mordacidade felina, bastante delicada, mas com unhas sempre desembainhadas para impor respeito nas brincadeiras*”¹¹. Um dos temas favoritos das crônicas era sobre as atrizes líricas dos teatros do Porto, nas quais João Roberto nunca deixava de elogiar Dabedaille, uma das mais esbeltas entre elas.



O lugar onde existiu o Café Guichard - Praça Nova - Porto

Na recordação dos velhos tempos do Café Guichard, Camilo recorda como João Roberto o defendeu em várias ocasiões, nomeadamente num jantar que teve lugar numa estalagem da Ponte da Pedra, junto ao Rio Leça, em homenagem à citada Dabedaille e patrocinado por um grupo de vinte e quatro admiradores. Por coincidência Camilo estaria, com o amigo João Roberto, a comer umas enguias de caldeirada, junto à sala onde decorria o banquete e, não conseguindo ficar indiferentes, entraram na sala e brindaram a uma das atrizes, de nome Belloni. Este gesto valeu a reacção furiosa de três dos convidados presentes tendo-se envolvido numa cena de pancadaria de onde o escritor julgou não ser vivo. Valeu-lhe a intervenção de João Roberto que fez a defesa do romancista convencendo os agressores a deixá-lo ir em paz e incólume, a digerir a sua paixão, ou o seu vinho, ao mesmo tempo que acenava a Camilo para se retirar enquanto durava o discurso.

11 BRANCO, Camilo Castelo – idem, p. 12.

Lembra-nos, Camilo, por último, ter encontrado João Roberto, havia poucos meses da sua morte, *“pelo braço da esposa que era um anjo bom em paga de uma adoração de muitos anos e sem intermittença”*¹². Terá havido uma troca de palavras entre os velhos amigos e, perante a queixa de Camilo de que ia morrer, João Roberto respondeu: *“você está a ir morrer há trinta anos.”*

3. Uma descendência nobre, pelo lado materno – o ramo dos Taveiras, de Guiães (Vila Real)

João Roberto de Araújo Taveira era neto, pelo lado materno, de António José Taveira Vaz de Carvalho e Sousa, fidalgo da Casa Real, e de D. Maria Teresa de Carvalho.

De acordo com o eminente genealogista vila-realense Dr. Júlio Teixeira, os Taveiras de Araújo, da Casa de Guiães e de Provesende, têm carta de Brasão que foi concedida ao Capitão António José Taveira Vaz de Carvalho e Sousa, por Carta de 11 de Outubro de 1788.

Também Sanches de Baena¹³ faz referência à carta de brasão dos Taveiras, registada no Cartório da Nobreza, no livro IV, a folhas 77, do seguinte teor:

“Antonio José Taveira Vaz de Carvalho e Sousa (Capitão), natural do lugar e freguesia de Santa Maria de Guiães, termo de Villa-real, arcebispado primaz de Braga; filho de Manuel Taveira de Macedo e de sua mulher D. Joanna Maria de Carvalho Vaz Camara de Sousa; neto pela parte paterna de Manuel Taveira de Macedo,



Brasão dos Taveiras de Araújo
(foto de João da Fonseca Timpeira)

12 BRANCO, Camilo Castelo – idem, p. 23.

13 BAENA, Sanches de - Arquivo Heráldico-Genealógico, Lisboa, Tip. Universal Quintino Antunes, 1872, p. 64.

de Villa-marim e de sua mulher D. Luiza Pereira da Conceição e pela materna de Manuel de Sousa, e de D. Maria de Carvalho Vaz Alvares da Camara”.

O titular da carta de Brasão e Fidalgo da Casa Real era capitão da Companhia de Ordenanças de Guiães e casou com sua prima D. Maria Teresa de Carvalho e foram pais de Francisco, que faleceu novo, e de D. Maria Efigénia, nascida em Guiães em 4 de Julho de 1796. Esta viria a casar, em Guiães, com o Dr. António Roberto de Araújo e Cunha, bacharel em Direito, juiz de Direito em Ponte de Lima e no Porto.

Segundo a descrição de Sanches de Baena o brasão representa: Um escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Taveiras; no segundo as dos Macedos, no terceiro as dos Carvalhos, e no quarto as dos Câmaras.

É esse brasão que encima a fachada principal da casa dos Taveiras de Araújo situada na Rua dos Prazeres, em Guiães, bem perto da capela de Nossa Senhora do Loreto e Casa dos Silveiras.

4. A descendência pelo lado paterno – o ramo dos Araújo, da Casa das Pereiras, em Ponte de Lima

Pelo lado paterno o Dr. João Roberto era neto natural do Dr. António Roberto de Araújo Lima Fonseca Azevedo, bacharel em Leis e de D. Rosa Vicência Joaquina da Cunha. António Roberto de Araújo Lima Fonseca Azevedo nasceu na freguesia de Santa Maria dos Anjos, de Ponte de Lima, em 4 de Setembro de 1766. Era filho de António de Araújo Lima e de sua mulher Dona Joana Angélica de Azevedo, ambos de Ponte de Lima.

Seu pai era o 2º Senhor da Casa das Pereiras, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo (com mercê de 10 de Dezembro de 1764), Bacharel em Direito, Juiz de Fora em Gouveia e Viana do Castelo, proprietário do Ofício de Escrivão dos Órfãos de Guimarães (carta de 6 de Maio de 1783), Acionista da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, proprietário do Ofício na Colegiada de S. Pedro da Universidade de Coimbra (1751) e Acionista da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1777).

Era filho de Atanásio Araújo Lima Azevedo Fonseca que nasceu em Ponte de Lima em 5 de Abril de 1670.

A família Araújo Lima era senhora da Casa das Pereiras, junto à Capela das Pereiras, não muito distante da ponte velha de Ponte de Lima. Ao longo de sucessivas gerações foram vários os elementos desta casa com formação em Direito e a seguir a carreira da magistratura.



Casa e capela das Pereiras - Ponte de Lima

5. Dois homens ilustres, da família Araújo Lima, com ligação a Vila Real

Julgamos da máxima importância dar a conhecer alguns elementos biográficos de duas figuras da família Araújo Lima, já atrás referidos, pelas suas ligações à história local vila-realense e pela ligação à personagem principal do presente estudo. Estamos a referir-nos ao Dr. António Roberto de Araújo e ao Dr. António Roberto de Araújo e Cunha, avô paterno e pai, respectivamente, do Dr. João Roberto de Araújo Taveira.

5.1. O Juiz Dr. António Roberto de Araújo

António Roberto de Araújo Lima Fonseca Azevedo, de seu nome completo, nasceu na Casa das Pereiras, em Ponte de Lima, em 1766. Estudou na Universidade de Coimbra, onde se formou em Direito Civil e Canónico. Em 1802 foi inspetor das Amoreiras em Ponte de Lima. A sua entrada na magistratura deu-se em 1803, sendo nomeado juiz de fora de Ponte da Barca.

Casou em 20 de Novembro de 1797, na Colegiada Matriz de Ponte de Lima, com Dona Francisca Benedita Macedo de Queirós, filha legítima de Dionísio de Macedo e de sua esposa Dona Antónia Bárbara Benedita de Queirós, da cidade de Coimbra. O casal teve vários filhos, designadamente Francisco Roberto de Araújo Queirós, António Roberto, Luís (falecido em criança), Ana (falecida em criança), Maria da Ascensão, Gonçalo (falecido em criança) e João Roberto. Este último, nascido em 1808, formou-se em Direito em Coimbra e foi juiz em Alijó.

O Dr. António Roberto de Araújo teve uma relação extra-conjugal com D. Rosa Vicência da Conceição Cunha, de que nasceu António Roberto, meio-irmão de outro António Roberto, de apelido Queirós. Este filho bastardo, depois legitimado, fez a ligação entre a família limiense e a família vila-realense, dos Araújo e dos Taveiras.

Era António Roberto juiz de fora de Ponte da Barca quando, por alvará de 8 de Fevereiro de 1809, foi transferido para Vila Real, onde se manteve por três triénios. Em Vila Real foi juiz de fora e presidente do Senado, cargo que competia ao juiz de fora. Exerceu também o cargo de Juiz Executor das Terças da Santa Igreja Patriarcal, anexo ao cargo de juiz de fora e o de administrador da Casa do Infantado na região.

Em Vila Real o juiz António Roberto de Araújo Lima fez um trabalho notável, dentro das várias áreas em que exerceu a sua magistratura, como adiante veremos.

O início desta foi marcado pela entrada das tropas francesas em Vila Real, no período da segunda invasão francesa. Na sede de concelho e nas freguesias vizinhas houve vários combates, alguns mortos, muitos saques e sobretudo o pânico instalado que levou à fuga das populações.

A fase final da sua magistratura foi marcada por uma demanda patrocinada pelo Conde de Amarante e General Francisco da Silveira Pinto que, em 1815, apresentou uma queixa, à Majestade, visando a saída forçada do juiz, de Vila Real.

5.1.1. A acção do juiz de fora em Vila Real

No Sereníssimo Estado do Infantado, como encarregado dos Prestimónios de Covas do Douro, Mouços, S. Tomé do Castelo e Parada de Cunhos, o Dr. António Roberto de Araújo fez subir as suas rendas, mandou construir armazéns para a colheita das rendas e plantar pinhais para que houvesse madeira para as construções e lenha necessária para as destilações tendo, por isso, entrado em colisão com os interesses da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro. Um das prerrogativas da Casa do Infantado era o velho direito do relego, que permitia que o primeiro vinho a ser escoado fosse o do Rei; contudo este direito era já muito contestado e nem sempre cumprido em Vila Real, neste período, sendo um dos prevaricadores o Conde de Amarante.

Na sua acção enquanto Presidente do Senado da Câmara promoveu diversos melhoramentos em Vila Real, deixando a sua marca pessoal que ainda perdura aqui e ali. O seu trabalho à frente do Senado foi muito apreciado e disso (e das obras e acções realizadas) nos dá conta um documento que lhe foi passado, sob a forma de “atestação”, pelo Senado da Câmara de Vila Real, para sua defesa judicial contra o general Silveira.

Segundo o dito documento foi de grande valor o trabalho por ele desenvolvido durante toda a campanha contra os invasores franceses já que *“foi elle o único Menistro que se achou nesta Vila, e della forneceu não só a Devisão da Província e as muitas Brigadas de Artilharia que nela se acantonarão (...) auxiliou o Trem estabelecido na Vila e formou nella grandes e diversos Hospitais em que se curarão muitos soldados. Aboletou e socorreu quanta Tropa aqui passou, obtendo por donativos as Roupas, as Camas, os Sapatos e muitos viveres, e promptificando gratuitamente todos os transportes para o Exercito”*¹⁴.

Ainda segundo a dita atestação mandou abrir e consertar ruas, calçadas e estradas, mandou demolir pátios que obstruíam as ruas e abrir novas fontes. Também mandou construir uma alfândega, para acabar com o monopólio na venda do peixe; abriu a estrada da Mantelinha, e fez construir as calçadas da Fonte do Chão, dos Machados, de Mondrões e da Campeã. Interveio junto do Governo para que fosse feita a reconstrução da Ponte de Santa Margarida e a abertura da estrada de Vila Real até à Régua para escoamento dos produtos desta terra, pelo rio Douro, até ao litoral, já que a estrada do Marão era um velho obstáculo, só resolvido algumas décadas mais tarde, no período do fontismo.

Como juiz de fora sempre foi *“muito prompto no seo despacho, acessível a todos, e muito activo na expedição de deligencias”* e tudo isto o não impediu de perseguir e *“prender os salteadores, assassinos, propinadores de veneno, fabricantes de moeda falsa e outros malfeitores, alguns dos quaes forão enforcados e outros postos nas galés”*¹⁵.

5.1.1.1. Um obra emblemática do juiz de fora

Uma das grandes e polémicas obras do mandato do juiz António Roberto é o Jardim da Carreira, na chamada Carreira de S. Francisco por se achar junto ao convento franciscano. Este jardim era uma velha aspiração, nunca concretizada, das vereações vila-realenses, na procura de um espaço saudável onde as populações pudessem tomar bons ares e sair do centro urbano, por vezes tão infestado e propício às doenças contagiosas.

O Juiz e presidente do Senado mandou construir esse passeio público, com quatrocentos passos de comprimento e oitenta de largo, com cinco ruas de arvoredo e uma magnífica fonte, onde foi colocada uma inscrição em mármore, que pesava cinquenta e quatro arrobas, a qual mandou vir de Lisboa. As árvores vieram expressamente da Serra do Gerês.

14 CORTEGAÇA, Visconde de – Um General contra um Juiz, Porto, Tipografia Ideal, 1953, p. 33.

15 CORTEGAÇA, Visconde de – idem, p. 33.

A inscrição em latim, a que o Visconde de Cortegaça¹⁶, seu dilecto familiar, atribui a autoria é, na tradução livre do Visconde, do seguinte teor:

*“Este passeio alegre, saudável e sossegado, de área igual e de solo nivelado,
Que por sua amplitude proporciona um recreio benéfico aos doentes,
Povoado de árvores estranhas, trazidas do monte do Gerez, que
fazem o clima temperado e ameno;
Com esta fonte de água perene, cristalina e salubre;
Construído cuidadosamente a expensas de um benemérito com
quem colaboraram os habitantes da cidade;
Oxalá que as preocupações molestas, as discórdias e contendas se
afastem para sempre deste lugar, que para tranquilo passatempo foi destinado
no ano de
1815 da era cristã”.*

Em nosso entender a inscrição é bem o reflexo do pensamento do fundador da fonte, quer em elementos informativos fundacionais, quer dos financiadores do projecto, quer pelo apelo à contemplação e à “poesia” do lugar. Nas palavras do Visconde de Cortegaça, a inscrição é “um hino à beleza do local, um estímulo à tranquilidade que aí deve reinar, uma perpétua lembrança aos vindouros”¹⁷.

Pensamos, contudo, que a última frase da inscrição contém uma mensagem directa e acutilante transmitida aos seus adversários. E neste particular pensamos que ela é directamente dirigida ao General Silveira, que publicamente se manifestou contra a sua construção e fez dela um dos argumentos da queixa apresentada contra o juiz, nesse ano de 1815, de que a seguir nos ocuparemos.



Imagem da fonte da Carreira
no início do séc. XX quando ainda tinha
a estátua “Vila Real”

¹⁶ CORTEGAÇA, Visconde de – idem, p. 25.

¹⁷ MAGALHÃES, António de - António Roberto, Almanaque de Ponte de Lima, nº 8, 1933, pp. 115-123.

5.1.2. A contenda com o General Silveira

Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, 1º Conde de Amarante, mais tarde Marquês de Chaves, nasceu em Canelas (Peso da Régua), em 1763 e foi baptizado na igreja de S. Dinis, em Vila Real. Seguiu a carreira militar com grande sucesso e em 1803 tinha já sido promovido a tenente-coronel e ganhou do Príncipe Regente o alvará de tratamento de Senhoria. Em 1809, após a Primeira Invasão Francesa, sendo já Brigadeiro, foi nomeado, a 15 de Fevereiro, Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes. Na Segunda Invasão Francesa foi notável a sua acção contra os invasores, nomeadamente na defesa da Praça de Chaves e na acção de defesa da Ponte de Amarante, de 18 de Abril a 2 de Maio de 1809, para impedir a passagem das tropas de Soult. Tal feito valeu-lhe o título de Conde de Amarante. Em 1812, já tenente-general, foi nomeado Comandante dos Exércitos Portugueses e responsável por um exército de 30 000 homens que perseguiu os franceses em Espanha e no Sul de França. No final da guerra voltou ao cargo de Governador de Armas de Trás-os-Montes, cargo que desempenhou até à sua morte, em 1820.

Em Vila Real, sendo Provedor da Santa Casa da Misericórdia, foi responsável pela construção e estabelecimento do Hospital da Divina Providência (actuais Paços do Concelho), conseguindo dos irmãos Freitas um legado para a sua construção.

Era um homem de enorme fortuna, a quem foram atribuídas várias mercês régias e um dos militares mais importantes do seu tempo em Portugal; residia no edifício onde funcionou, até data recente, o Governo Civil de Vila Real, por si mandado construir.

Apesar da convivência pacífica mantida, por alguns anos, pelas duas autoridades máximas do concelho, em 1815 houve desentendimentos a ponto de o General apresentar uma queixa, ao Príncipe Regente, dirigida contra o Juiz.

O Conde de Amarante queixava-se que não poderia *“já mais exercer dignamente as importantes funções do meu Cargo conservando se na mesma Provincia que V.A.R. confiou ao meu cuidado hum Menistro atacando impunemente o meu decoro, julgando-se com autoridade de conhecer das minhas acçoens, cujas consequências serão perder a consideração e respeito dos Povos, e transtornar toda a ordem estabelecida”*¹⁸. Acusava também o juiz de obrigar os povos a trabalhos, multas e condenações arbitrárias para uma obra que foi um capricho, em referência ao Jardim da Carreira, que considerou sem qualquer utilidade pública.

Outra das acusações era a de que desprezava obras de necessidade como sejam a ponte de Santa Margarida, em eminente perigo, as calçadas das ruas públicas e os canos das fontes principais que estavam secos e vertiam água.

¹⁸ CORTEGAÇA, Visconde de – idem, p. 42.

Considerava, em suma, que o Juiz tinha praticado excessos e violências contra os povos pelo que ele faltaria ao seu dever se não implorasse para eles a Justiça que mereciam.

A queixa mereceu despacho que ordenava que o Provedor de Lamego a remetesse ao acusado, para se pronunciar por escrito, e após a sua devolução aquele Provedor faria a sua apreciação e emissão de parecer.

De acordo com o Visconde de Cortegaça, o juiz de fora António Roberto defendeu-se “*nobre e altivamente das acusações que lhe eram assacadas, destruindo-as com a junção de importantes documentos*”¹⁹. António Roberto era um homem conceituado no seu tempo e tinha boas relações com altas individualidades, como sejam o Desembargador do Paço e Secretário de Estado, João António Salter de Mendonça e o reformador do Porto, Francisco de Almada e Mendonça que eram seus compadres e, por certo, o avisaram que havia todo o interesse em que o processo não saísse das suas mãos, protelando, ad aeternum, a sua entrega. E a verdade é que, num processo desta gravidade, nem o Provedor de Lamego, nem a Secretaria onde foi apresentada a queixa, nem o Tribunal Superior, nunca pediram o processo, o qual ficou sempre nas mãos do juiz António Roberto²⁰.

Desta forma continuou o juiz no seu lugar até 1818, colhendo o respeito da população de Vila Real que lhe mostrou a sua solidariedade. Em 8 de Julho de 1818 foi nomeado Corregedor de Pinhel, com honras de Desembargador. Estaria indicado para Corregedor no Porto, se não tivesse fenecido.

Faleceu a 9 de Janeiro de 1820, na freguesia de Santa Cruz de Coimbra e foi sepultado na igreja do Real Mosteiro de Santa Cruz²¹.

5.2. António Roberto de Araújo e Cunha

Nascido em Ponte de Lima era filho de uma relação extra-conjugal do juiz António Roberto de Araújo Lima e de D. Rosa Vicência Joaquina da Cunha. Em 1813 matriculou-se no curso de Leis, na Universidade de Coimbra, morando em 1815 na Couraça de Lisboa, nº 24²². Findo o curso deve ter regressado em Vila Real onde o seu pai era juiz de fora e Presidente do Senado, sendo moradores na freguesia de São Pedro. Em 21 de Julho de 1817 casou em Guiães com

19 CORTEGAÇA, Visconde de – idem, p. 37.

20 Quando o Juiz saiu de Vila Real levou o processo consigo e daí o facto de ele estar na posse da família, ainda em 1953, quando o Visconde de Cortegaça, seu bisneto e igualmente magistrado, o investigou como documento histórico e escreveu o estudo que vimos seguindo.

21 Arquivo Distrital de Coimbra, *Registos Paroquiais*, Coimbra, Freguesia de São João da Santa Cruz, Livro de Óbitos de 1812 a 1822, p. 34.

22 Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Ano Lectivo de 1815 para 1816; suas naturalidades, filiações, e moradas; Coimbra, na Real Imprensa da Universidade, ano de 1815, p. 25.

D. Maria Efigénia Taveira de Macedo, da Casa dos Taveiras, uma das mais ricas casas de Guiães que valia mais de 30 mil réis.



Imagem antiga da Casa dos Taveiras, em Guiães.

Foram pais de António, Maria, João Roberto, Manuel e José, nascidos em Guiães em 1818, 1819, 1820, 1821 e 1823, respectivamente.

O seu casamento foi mal visto pela família dos Feios de Figueiredo que pretendiam casar o seu filho, José Maria de Figueiredo de Abreu Castelo Branco²³, com D. Maria Efigénia. E depressa surgiram as ameaças e insinuações grosseiras contra a figura do juiz, a quem acusavam de destruir a riqueza da casa dos Taveiras. A história das perseguições a que foi sujeito faz parte de um manuscrito, hoje na posse da família, intitulado “Apontamentos das perseguiçoens que vários habitantes de Guiaens e outros me tem feito desde o ano de 1823 em diante. Ponte de Lima – ano de 1823”²⁴.

Em 23 de Fevereiro de 1823 o Conde de Amarante fez em Vila Real um levantamento contra a Constituição de 1820. Houve movimentações de tropas e a província de Trás-os-Montes foi ocupada pelas tropas constitucionais. Em 27 de Maio deu-se a chamada Vila Francada, o que levou à dissolução das Cortes

23 José Maria casou, mais tarde, com a herdeira da Quinta do Canal, em Guiães, tendo vários filhos e filhas, entre as quais Catarina Máxima que foi poetisa e romancista, com vasta obra publicada. De igual modo sua irmã, Leonor, foi poetisa, assim como a filha de Catarina Máxima, de nome Maria Feio (Cf. CARDOSO, Nuno Catarino – Poetisas Portuguesas. Antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas, Lisboa, Livraria Científica, 1917, pp. 92-94, 96-97, 98-101)

24 Este manuscrito foi publicado, na íntegra, pelo semanário “Ordem Nova”, de 3 de Dezembro de 1933 a 17 de Junho de 1934.

Constitucionais. Em 6 de Junho chegaram a Guiães homens armados, de Galafura, que repicaram os sinos e andaram armados pelas ruas. Segundo António Roberto *“... chegarão à minha porta, e com pancadas quebrarão a porta de grades do Pateo. Apenas eu estava deitado e minha mulher ainda inclinada sobre a meza da Livraria a rezar as suas Horas, quando, no meio do maior silencio, dispararão da rua hum tiro de bala, que varou a janela e passou muito perto das costas de minha mulher”*²⁵.

No princípio de Julho houve novos ataques em Guiães dos quais resultou a morte do Cirurgião Manuel Ferreira de Sousa, que era compadre de António Roberto. Tirada a devassa deste crime, os acusados fizeram um levantamento popular e foram à repartição respectiva, em Vila Real, rasgar os papéis da devassa, cantando pelas ruas da Vila uma quadra, com ameaças de morte, do teor seguinte: Morra Bogas e Laricas/Roberto e Cirurgião/ Morram todos estes cães/ Que são falsos à Nação.

António Roberto teve de abandonar a sua casa de 7 de Junho de 1823 até 26 de Setembro de 1824 e deambulou por vários lugares das províncias de Trás-os-Montes e Minho. Em 27 de Novembro de 1826 estava em Abambres, na Casa do Morgado do Paço, Francisco Coelho Álvares de Freitas, onde tinha vindo alguns dias antes a uma sarrabulhada. Nesse dia houve grande agitação em Vila Real, provocada pelos ditos radicais absolutistas, a pretexto da partida da marquesa de Chaves para Lisboa. Segundo conta António Roberto nos ditos apontamentos *“De tarde nos vieram contar os estragos que esta gente tinha cometido em Vila Real, cujo barulho se estava ouvindo em Abambres, de forma que sabendo eu que os de Guiaens tomarão a principal parte naqueles estragos”*²⁶. Em 1827, em virtude das perseguições teve de estar ausente da sua casa de Guiães, do princípio do ano até à Pascoa do mesmo ano. Nesta altura foi acusado de ser republicano. Na noite de 19 de Maio desse ano houve novas desordens em Guiães tendo os perseguidores tentado prender e matar António Roberto. Andavam grupos absolutistas pelas aldeias, comandados pelo “Foguete”, que roubaram e prenderam várias pessoas. Nesse dia estava António Roberto no Cruzeiro, quando apareceu o grupo do “Foguete” e teve de se refugiar nas Hortas da Fonte, onde se aninhou para não ser morto²⁷. Também em Abril de 1829, estando António Roberto em Vila Real, na companhia do reitor de Vale de Nogueiras, quando ouviram um sussurro na sala do Escrivão Lourenço Correia Botelho, tendo sido insultado de patife, por alguém que assomou à janela.

25 CUNHA, António Roberto de Araújo - Apontamentos das perseguições... citado em TEIXEIRA, Júlio – Fidalgos e Morgados..., Vol. IV, p. 198.

26 CUNHA, António Roberto de Araújo - idem, p. 200

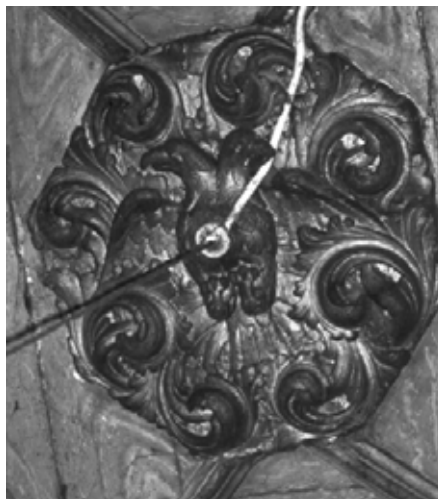
27 CUNHA, António Roberto de Araújo - idem, p. 201.

Em 1830 recolheu António Roberto a Ponte de Lima onde foi juiz de Direito. Mais tarde foi juiz de Direito no Porto “onde gozou de grande prestígio; julgou, entre outros casos célebres, a querela intentada pelo duque de Saldanha contra o “Periódico dos Pobres”, no Porto, em 1854, como refere o eminente escritor Sousa Costa, nos Grandes Dramas Judiciários”²⁸.

6. Os descendentes de António Roberto de Araújo e Cunha

A descendência da Casa de Guiães foi assegurada por Manuel Taveira de Araújo, nascido em Guiães em 15 de Junho de 1821. Foi casado com D. Maria Joaquina Teresa de Sousa Morais e não tiveram filhos. Duma relação extra-conjugal com D. Efigénia Pereira nasceu, em 1 de Agosto de 1880²⁹, Maria Efigénia que casou em Guiães³⁰, em Setembro de 1902, com António Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, da Casa do Santo, em Provesende (Sabrosa), filho de Dr. Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira³¹ e de Dona Maria das Dores da Cunha e Melo.

António Pinheiro e Maria Efigénia foram pais de D. Maria das Dores, D. Ana Emília, Joaquim Roberto, D. Maria da Conceição, D. Maria Teresa, Manuel, António Roberto, D. Maria Isabel, D. Maria José e D. Maria Adelaide.



Águia bicéfala que esteve na Casa de Guiães
(foto de João da Fonseca Timpeira)

28 BASTO, Magalhães – Duas figuras ilustres João Roberto de Araújo Taveira e António de Magalhães, O Tripeiro, V Série, Ano III, nº 11, Março de 1948, p. 246.

29 Arquivo Diocesano de Vila Real, Registos Paroquiais, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Baptizados, ano de 1880, registo nº 13.

30 Arquivo Diocesano de Vila Real, *Registos Paroquiais*, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Casamentos, ano de 1902, registo nº 4.

31 O pai do noivo, Dr. Joaquim Pinheiro de Azevedo Leite Pereira, formou-se um Direito pela Universidade de Coimbra. Estudou violino no Colégio de Fontenay, em Paris. Era o 10º Senhor da Casa do Santo, em Provesende. Foi um grande vinicultor e é considerado o “Salvador do Douro”, pelos trabalhos que desenvolveu aquando da epidemia da filoxera, onde iniciou o combate à doença, através da plantação de cepas americanas, na Quinta do Bucheiro, em Celeirós, ainda hoje a principal casa da família. Tem um busto em sua homenagem em Provesende (Sabrosa), junto à casa onde nasceu, inaugurado em Outubro de 2002.

O filho, Joaquim Roberto Taveira Pinheiro de Azevedo Leite, representante da família, casou em Sabrosa, em 30 de Março de 1940, com D. Manuela Margarida Serôdeo de Figueiredo. Foram pais de D. Maria de Fátima (1943) e António Manuel (1951). Este último é, no presente, o representante da família, 13º Senhor da Casa do Santo e sobrinho bisneto do juiz João Roberto de Araújo.

A Casa de Guiães já não está na posse da família e encontra-se, presentemente bastante degradada. Do seu tecto foi retirada uma bela peça artística em talha, na posse dos representantes da família, que representa a águia de duas cabeças de Lagash e que tinha junto a inscrição “Spes Mea in Deo Est” (A minha Esperança está em Deus)³². Este é um símbolo que remonta à antiga Mesopotâmia e que foi adoptado, na modernidade, pela Maçonaria.

Também pertença da família Araújo Taveira existe um jazigo de família, no cemitério de Guiães, onde provavelmente foi sepultada a viúva do juiz João Roberto, falecida em Abambres, o qual tem uma curiosa escultura de um fiel canídeo, descansando sobre a campa do dono.

Considerações finais

Constituiu nosso desiderato dar a conhecer alguns traços biográficos do Dr. João Roberto de Araújo Taveira, descendente da Casa de Guiães (Vila Real) e da Casa das Pereiras (Ponte de Lima), conceituado juiz desembargador da Relação do Porto, nascido em Guiães, uma personagem imortalizada pela pena camiliana, fruto da relação de amizade existente entre o juiz e o escritor, a que não será alheia, porventura, alguma efabulação por parte deste último.

Paralelamente pretendemos apresentar a ambiência social do biografado, para dar a conhecer breves traços dos dois ramos familiares básicos, o de Guiães e o de Ponte de Lima, as figuras proeminentes desta família, a relação com a Casa do Paço e a evolução da família Araújo Taveira e do seu património identitário até à actualidade.

O resultado final e ponto comum às três gerações mais pormenorizadamente tratadas é a sua qualidade de juízes, a sua verticalidade, nobreza de carácter, lisura e vontade de lutar pelos ideais de justiça e de liberdade.

Concluído, na Quinta da Levandeira, em 29 de Setembro de 2016.

32 A sua presença foi-nos referida pelo João Pedro da Fonseca Timpeira, um profundo conhecedor da história da freguesia de Guiães e autor da obra “Guiães, História com Histórias da Vila do Seixo”, Imprensa do Douro, 2002.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Arquivo Nacional/Torre do Tombo - *Registo Geral de Mercês*, D. Maria II, liv. 36, fl. 126v-127v.
- Arquivo Distrital de Coimbra, *Registos Paroquiais*, Coimbra, Freguesia de São João da Santa Cruz, Livro de Óbitos de 1812 a 1822, p. 34.
- Arquivo Distrital de Lisboa, *Registos paroquiais*, Lisboa/S. Paulo/Baptizados, ano de 1829).
- Arquivo Distrital do Porto, *Registos Paroquiais*, Porto/Santo Ildefonso/óbitos, registo nº 526 de 1885.
- Arquivo Distrital de Vila Real; *Registos Paroquiais*, Vila Real/S. Martinho de Mateus/Óbitos, ano de 1903.
- Arquivo Distrital de Vila Real - *Registos paroquiais*, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Baptizados, ano de 1820.
- Arquivo Distrital de Vila Real; *Registos Paroquiais*, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Óbitos, ano de 1903.
- Arquivo Diocesano de Vila Real, *Registos Paroquiais*, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Baptizados, ano de 1880, registo nº 13.
- Arquivo Diocesano de Vila Real, *Registos Paroquiais*, Vila Real/Santa Maria de Guiães/Casamentos, ano de 1902, registo nº 4.

Bibliografia

- BAENA, Sanches de - Arquivo Heráldico Genealógico, Lisboa, Typ. Universal Quintina Antunes, 1872.
- BASTO, Magalhães – Duas figuras ilustres João Roberto de Araújo Taveira e António de Magalhães, O Tripeiro, V Série, Ano III, nº 11, Março de 1948, pp. 243-246.
- BASTO, Magalhães – O Porto do Romantismo, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- BRANCO, Camilo Castelo Branco – Serões de S. Miguel de Seide – Crónica Mensal de Literatura Amena. Novelas, Polémica mansa, crítica saudável dos maus livros e dos maus costumes, Vol. II, Porto Livraria Civilização de Eduardo da Costa Santos – Editor, 1885.
- CARDOSO, Nuno Catarino – Poetisas Portuguesas. Antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas, Lisboa, Livraria Científica, 1917.
- CORTEGAÇA, Visconde de – Um general contra um juiz, Porto, Tipografia Ideal, 1953.
- CUNHA, António Roberto Araújo - Apontamentos das perseguições que vários habitantes de Guaiães e outros me tem feito desde o ano de 1823 em diante. Ponte de Lima – ano de 1823 (Documento manuscrito).
- Jornal “A Vanguarda”, de 25.12.1907.
- Jornal “O Vila-Realense”, de 15 de Outubro de 1908.

- MAGALHÃES, António de - *António Roberto*, Almanaque de Ponte de Lima, nº 8, 1933.
- Relação e índice alfabético dos Estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1841 para 1842 suas naturalidades, filiações e moradas, Coimbra, na Imprensa da Universidade, 1841.
- TEIXEIRA, Júlio – Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu termo, 4º Volume.

Agradecimentos

O autor agradece:

- Ao Dr. A. M. Pires Cabral pela aceitação na publicação deste estudo.
- Ao Sr. João Pedro da Fonseca Timpeira, de Guiães, pela troca de impressões sobre a situação do património da família Araújo Taveira e pelas imagens cedidas (5, 8 e 9)

O texto, por opção do autor, não obedece ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

As igrejas do Padroado da Universidade de Coimbra — Bispado de Lamego

Armando Palavras

Por doação régia, os bens destas igrejas passaram a pertencer, no reinado de D. José I, à Universidade de Coimbra, a quem passou a competência de por eles zelar. Pela sua “fábrica” – fornecimento de cera e tratamento dos paramentos e alfaia litúrgicas – e pelo património arquitectónico e artístico. A este dedicava especial atenção à reparação e conservação dos edifícios de culto – reparar os retábulos da capela-mor, das imagens e da sacristia – bem como as residências paroquiais e os celeiros onde se guardavam as rendas da Universidade, fruto de pagamentos de dízimos e outras dívidas.

Normalmente era ao pároco da respectiva freguesia que competia comunicar à Universidade o real estado do seu património, ficando ainda registado nos livros de visitas, em capítulos próprios, para depois deles se enviar certidão à Universidade.

O órgão próprio para estabelecer os contactos entre a Universidade, o pároco da freguesia, os procuradores da instituição e os rendeiros residentes no local, para a realização de obras, era a Junta da Fazenda. Como veremos, as decisões eram morosas, por essa razão as obras se tardavam a realizar, porque tudo era acautelado. A averiguação dos trabalhos, a avaliação dos materiais e a verificação dos orçamentos propostos.

O aspecto financeiro era fundamental. Procurava-se equilibrar os custos e rentabilizá-los. O arquitecto responsável pelas igrejas deste padroado era à altura Manuel Alves Macamboa. A ele se devem alguns riscos de retábulos e de capelas-mores. A ele competia ainda aprovar as obras a executar nestas igrejas, aprovando os seus orçamentos.

I - Notas históricas do padroado da Universidade

O património da Universidade era em grande parte constituído pelo seu Padroado, ou seja, o conjunto das igrejas sobre as quais tinha o direito de apresentar os párocos, recebendo rendimentos compostos, sobretudo, pelos dízimos dessas mesmas igrejas, bem como de outros bens a elas anexos.

A responsabilidade da Universidade distribuía-se pela manutenção das condições necessárias para o desempenho das funções litúrgicas, pelo apoio espiritual às populações e pela conservação dos edifícios sagrados com algum valor arquitectónico.

O rumo da antiga Universidade foi profundamente abalado e alterado com a Reforma Pombalina, tanto no que diz respeito ao ensino ministrado, como em relação ao património que possuía e respectiva administração. Com essa reforma, os seus bens passaram a designar-se como pertencentes ao *Património Novo* ou ao *Património Antigo*. O *Património Novo* era constituído pelo conjunto de bens advindos, em 1774, da Companhia de Jesus, dado que o Colégio das Artes com todos os seus bens regressara já à posse da Universidade em 1772, por Provisão de 16 de Outubro¹. O *Património Antigo* era formado essencialmente por doações régias. De facto, à altura dos Estatutos de 1559, quase todas as igrejas do seu Padroado provinham do Padroado Real. De resto, estas primeiras igrejas começaram a ser anexadas à instituição, logo no reinado de Dom Dinis, quando o monarca solicita autorização ao Papa Clemente V. Concedida por Bula de 26 de Fevereiro de 1308. O mesmo sucede em 1345 através da Bula de Clemente VI, datada de 10 de Janeiro, que concede a união dos frutos de várias igrejas à Universidade. De modo semelhante, em 1411, é concedida a anexação de uma igreja em cada um dos bispados do reino.

Com D. João III novas incorporações se verificam. É solicitada a união de três igrejas do bispado de Lamego (Santa Maria em Fonte Arcada, Santa Maria de Sardoura e São Martinho de Mouro) e uma do bispado do Porto (Santo Crucifixo de Bouças). É concedida por Paulo III em 1542. Também a pedido de Dom Sebastião, novas igrejas são anexadas à Universidade, por confirmação de Paulo III em 14 de Março de 1538 e 11 de Outubro de 1539.

Porém, para o nosso estudo, interessam-nos as igrejas do Património Novo, fundamentalmente algumas do bispado de Lamego, as do Padroado do Colégio de São Pedro e a da Cumieira que advinham dos bens do Colégio das Artes,

1 BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *O Património da Universidade de Coimbra: Aspectos Particulares do seu Padroado*, Actas do colóquio A Universidade e a Arte- 1290-1990, Coimbra, 1993, pp. 47-83.

a quem passou a pertencer não se sabe muito bem desde quando e porquê².

Todo este património era administrado pela Mesa da Fazenda, juntamente de um corpo administrativo que, sob as suas ordens, organizava todo o processo de rentabilização dos bens. Com a Reforma Pombalina e porque o alargamento do seu património assim o exigia, assiste-se a certas mudanças no sistema administrativo que até então vigorava e, consequentemente, à extinção da Mesa da Fazenda para surgir em sua substituição a Junta da Fazenda, auxiliada por uma Contadoria, uma Tesouraria e uma Executoria, de acordo com as determinações do Alvará de 28 de Agosto de 1772. Extinta em definitivo com as medidas legislativas tomadas na sequência de novos rumos da política oitocentista portuguesa. Só com a Carta de Lei de 23 de Maio de 1848 a Universidade deixa de ter Fazenda e rendas privativas, com as quais até então sustentara as suas despesas, determinando que se assinalassem os bens essenciais e indispensáveis ao funcionamento da Universidade, pois as suas despesas passavam agora a estar consignadas no orçamento geral do Estado³.

Tanto os Estatutos de 1559, como os de 1653, bem como a documentação por nós apresentada, nos informam das obrigações da Universidade para com o seu Padroado. Competia ao contador e vedor da Fazenda cuidar das obras que a Universidade mandava fazer, sendo também obrigado a verificar o cumprimento das recomendações emanadas das visitas, bem como a controlar o dinheiro que anualmente se depositava para as despesas e verificar se os rendeiros cumpriam com o contratado⁴.

Além destas obrigações próprias, a Universidade era obrigada a cumprir com as determinações ditadas pelas visitas do ordinário às igrejas de cada bispado a que pertenciam, emanadas directamente da *Constituições Sinodais*, por sua vez relacionadas com as determinações tridentinas. Estas Constituições em pouco se diferenciavam e nos aspectos que interessam ao nosso estudo, muito menos.

Das do bispado de Lamego retiramos que os visitantes eram obrigados a

2 O mesmo não acontecendo com a Matriz de Aljô e suas anexas. Sobre esta questão, Cf. PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada*, tese doutoral defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa. Área científica: História da Arte. Orientada pelo Professor Doutor Luís Manuel Aguiar de Moraes Teixeira, com a coorientação da Professora Doutora Isabel Mayer Godinho Mendonça, 2011; *Idem, A igreja da Cumieira enquanto pertença do Padroado da Universidade de Coimbra – Suposta pintura de Nicolau Nazoni*, revista Brigantia, vol XXXII, Bragança, 2012/2013, pp. 355-376.

3 MAIOR, Visconde de Vila, *Exposição sucinta da organização actual da Universidade de Coimbra precedida de uma breve notícia histórica deste estabelecimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878, pp. 150-151.

4 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1559)*, introdução e notas históricas e críticas de Serafim Leite, Coimbra, 1963, p. 215.

mandar reformar e reedificar, com a brevidade possível, as igrejas que estivessem em estado de degradação adiantado com os seus próprios frutos. Competia-lhes responsabilizar a quem pertencessem os frutos, fossem Abades Beneficiados, Mosteiros, Colégios ou comunidades, pelas obras necessárias. Se estas fossem de pedraria ou carpintaria, era aos visitantes que competia colocar escritos nas portas das igrejas onde houvesse oficiais de carpinteiros ou pedreiros para que se fizessem lances (Liv. IV, tit., cap. 2 § 2). Obrigação que levaria, no período setecentista, a um processo complexo.

Deste modo, à Universidade competia conservar a capela-mor, reedificá-la se necessário, e metade do arco cruzeiro, com os frutos da Matriz⁵. E nesta conservação, para além de obras de pedraria nas paredes, ou de carpintaria no tecto, incluíam-se os ornamentos, retábulos e imagens. A outra metade do arco cruzeiro e o corpo do templo eram da obrigação dos fregueses, normalmente agrupados em irmandades e confrarias.

É neste sentido que o Reitor da Universidade, Dom Francisco de Lemos, ao redigir em 1777 a *Relação Geral do Estado da Universidade*, invoca ser necessário reparar, reedificar e paramentar as igrejas da Universidade, onde cobra dízimos. Por isso se aplicava uma consignação⁶ anual de 2.000\$000 para esse efeito⁷.

De facto, em 1780, em reunião da Junta da Fazenda, a Universidade acordou acudir à reparação das suas igrejas. É nomeado então, em conformidade com aquilo que a Junta da Fazenda decidira a oito de Julho de 1780, para providenciar a manutenção desses templos, o deputado da instituição, Manuel Barreto Perdigão Vilas Boas. Nessa missão, completada com a visita a 96 igrejas nas províncias do Minho, Beira e Trás-os-Montes, foi acompanhado por um escrivão e pelo arquitecto responsável pelas obras da Universidade, Manuel Alves Macamboa⁸.

É pois na sequência desta determinação que entre 1780 e 1782 se vai situar toda a actividade construtora das igrejas que apresentamos em estudo.

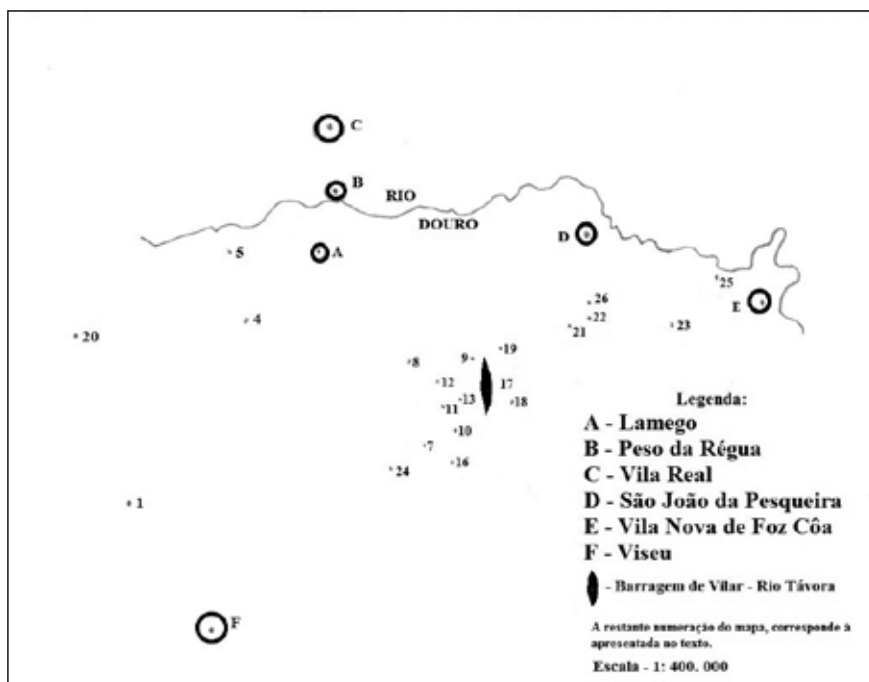
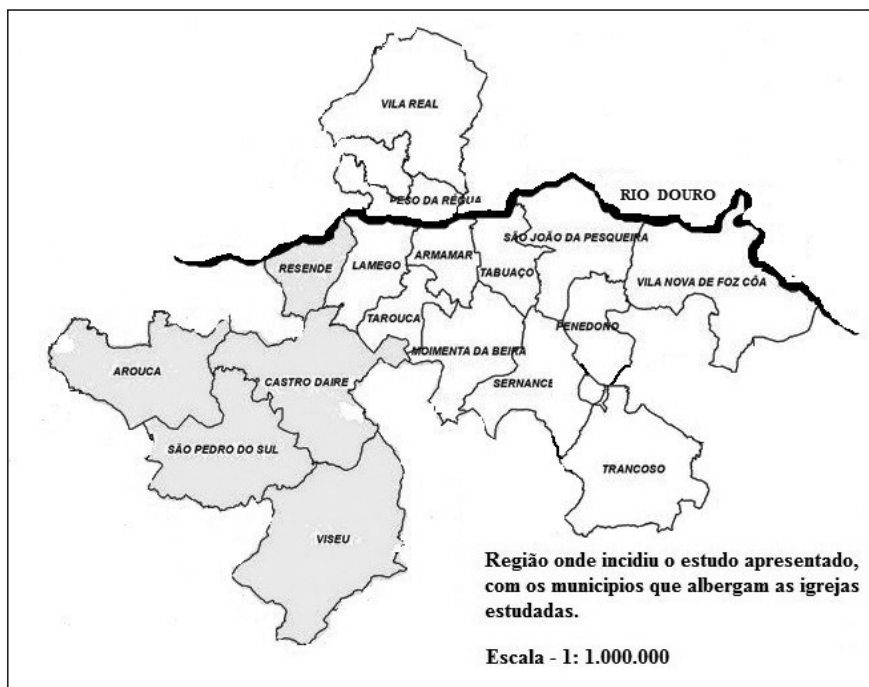
Resta acrescentar que a enormidade deste património tão disperso, obrigou ainda a Universidade a nomear nos locais, Procuradores e Administradores subalternos e assalariados para a cobrança dos foros, de venda de casas e vistoria de prazos, cobrança de laudémios.

5 Competia ainda à Universidade a responsabilidade das casas paroquiais que, à altura se encontravam em estado adiantado de degradação. PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada* (Cap. VIII).

6 Essa consignação era atribuída com o acordo dos bispos em cuja jurisdição se situava o seu Padroado. Igualmente, estipulava uma certa quantia para cóngrua do pároco, muitas vezes sujeita a reclamações. PALAVRAS, Armando, *Idem*, ob. cit. (Cap. VIII).

7 LEMOS, Francisco, *Relação Geral do Estado da Universidade*, p. 201-202.

8 BANDEIRA, Ana Maria Leitão, *Idem*, ob. cit., p. 324.



À igreja da Cumieira já dedicámos escrito noutro local⁹; as igrejas de Alijó precisam de escrito próprio, pois os dados que possuímos advêm do livro de visitas, explorado em tese¹⁰. Por essa razão apenas nos debruçaremos sobre as igrejas pertencentes ao então Bispado de Lamego, na geografia do Alto Douro e em alguns concelhos limítrofes da mesma, do distrito de Viseu.

II - As igrejas do padroado de Coimbra

1 São Félix de Lafões (São Pedro do Sul)

Pelo ano de 1780 começaram a realizar-se obras de carpintaria nesta freguesia. A 11 de Novembro, Manuel Rodrigues mestre carpinteiro da vila de São Pedro do Sul, obrigava-se a fazer escritura pública da segurança das obras da residência paroquial, capela-mor e sacristia, nomeando para seu fiador o mercador João de Almeida de Oliveira¹¹ (1).

A nove de Dezembro é lavrada escritura de obrigação e fiança para as obras¹². Arrematadas por 50 mil reis por Manuel Rodrigues e 25 mil reis por Manuel Francisco (3), “secos e livres” de quaisquer encargos e obrigação, pagos em três prestações iguais, a concluir em madeira de castanho e carvalho “athe dia de Pazchoa de flores do anno que Vem de mil Setecentos e oitenta e hum”. Saliente-se o uso destas duas espécies de madeira ao mesmo tempo. Não era usual. Normalmente ajustava-se uma espécie de madeira.

A este contrato são anexados os apontamentos assinados pelos dois mestres (4), enviados depois ao corregedor de Viseu¹³ (6).

Os telhados seriam “embocados em cal”. Na sacristia apenas se faria uma

9 PALAVRAS, Armando, *A igreja da Cumieira enquanto pertença do Padroado da Universidade de Coimbra – Suposta pintura de Nicolau Nazoni*, revista Brigantia, vol XXXII, Bragança, 2012/2013, pp. 355-376.

10 PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada*, tese doutoral defendida na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Lusíada de Lisboa. Área científica: História da Arte. Orientada pelo Professor Doutor Luís Manuel Aguiar de Morais Teixeira, com a coorientação da Professora Doutora Isabel Mayer Godinho Mendonça, 2011.

11 Da mesma forma se comprometia Manuel Francisco carpinteiro do lugar de Sacadas, para a obra de carpintaria da tulha e cozinha, nomeando como seu fiador Manuel Caetano (2). Esta obra era assim, uma parceria entre estes dois mestres.

12 Alexandre Alves faz-lhe referência. *Artistas e Artífices nas Dioceses de Lamego e Viseu*, ed. Governo Civil do Distrito de Viseu, Eden Gráfica, Viseu, Vol. III, 2001, p.114.

13 Na residência paroquial aproveitava-se a trave mestra antiga por estar sã. A restante madeira, caibros e ripas, era toda substituída por nova de “bom castanho”. O “madeiramento” seria igual ao da forma antiga. O mesmo sucedia com o forro novo. Da mesma forma se faria a reedificação da varanda e do lagar, mudando apenas a trave principal que seria de castanho ou de carvalho.

fresta, branqueando-a com “cal fina”, juntamente com a capela-mor (5).

Esta obra foi uma parceria entre mestres do mesmo ofício. Ao contrário do que era costume, usar-se apenas uma espécie de madeira, neste caso usaram-se duas espécies: de castanho e de carvalho.

2 Santa Cruz de Lumiares (Armamar)

A 20 de Janeiro de 1781 é arrematada a obra da igreja desta freguesia por Manuel da Rocha Leitão, mestre carpinteiro do lugar da Granja Nova, concelho de Ucanha, pelo preço de 145 mil reis (7).

A 23 desse mês e ano é lavrado termo de obrigação da mesma (8), assinados os apontamentos e lavrado termo de fiança (9) subscrito por Manuel Leitão¹⁴, pai e fiador de Manuel da Rocha Leitão, e pelos seus abonadores Manuel Saraiva e Luís da Cunha Botelho de Sacadura, ambos da Granja Nova.

Desta obra constavam os consertos dos telhados da capela-mor, da sacristia, residência¹⁵ e celeiro. Era ainda necessário fazer uma cruz para a capela-mor (10).

Esta obra, contudo, não ficou por esta arrematação. José António Manuel da freguesia de Santa Cruz de Lumiares, recorre da mesma pedindo para lhe mandar “abrir o lanço”, pois esta tinha sido arrematada em Lamego, sem antes se colocarem editais. Contrapondo aos 145 mil reis, oferecia 105 mil reis (11). Ordenou-se então ao corregedor para admitir o “suplicante” a fazer o termo de arrematação pois a redução no preço era considerável.

Assim sendo, a 28 de Janeiro desse ano, José António, mestre pedreiro de Santa Cruz de Lumiares, assina o termo de lance, obrigando-se a executar a obra não pelos 105 mil reis que inicialmente propusera, mas por 96.600 reis (12). O escrivão António Rodrigues da Silva submete o lance à consideração

14 Segundo Alexandre Alves (2001), pai e filho eram ambos carpinteiros (Vol. II, pp.80-84). O pai trabalhou no convento de Ferreirim e executou a obra da tribuna da igreja do Mezio, segundo uma planta de mestre João Correia, entre 1740 e 1744. O filho, além desta obra de Lumiares, sabe-se que em 1777 arrematou a obra de carpintaria e estuque da capela do Santíssimo da igreja do convento de Ferreirim e em 1785, a de carpintaria da residência paroquial da freguesia de Paço, em Lamego

15 A madeira seria de castanho, devendo consertar-se o sobrado da primeira residência com tábuas inteiras onde precisasse e remendadas onde não fosse necessário substituí-las. A segunda residência seria rebocada de cal grossa e “dealhada” com cal fina, sendo o quarto pequeno forrado de madeira nova, bem como a despensa.

No palheiro era preciso consertar-se a escada e a parede, fazer portas de castanho para a tulha e para as “logeas”, argamassando com cal as paredes. A parede da parte de fora da residência, seria “rachada e muito bem crafetada” com pedra miúda, fazendo-se o mesmo nas paredes da tulha.

real¹⁶, informando o corregedor da colocação dos editais: serão colocados em todos os locais incluindo aqueles onde se não estejam a realizar obras, como no caso da vila de Moimenta da Beira. Mas em locais movimentados como sejam os mercados (13).

Todavia, o mestre da Granja Nova, conseguiu, mesmo assim, oferecer um lance inferior ao do mestre de Lumiares. Deste modo, a 20 de Fevereiro desse ano, arrematou a mesma obra por 79 mil reis (14), assinando termo em como tinha assinado os apontamentos a 28 desse mês (15), certificada pelo escrivão António Rodrigues da Silva (16).

O processo burocrático era moroso, como se nota. Mas este processo permitia a competição de preços entre os mestres, contribuindo assim, para custos menos elevados. A obra de Lumiares é bem elucidativa. Arrematada inicialmente por 145 mil reis, acabou por ser executada por preço muito mais competitivo: 79 mil reis.

O recurso de outro mestre pedreiro foi a causa da descida tão abrupta no orçamento.

3 São Pedro de Paus (Resende)

A 20 de Fevereiro de 1781, Domingos Correia, mestre imaginário do lugar de “Moumis”, concelho de São Martinho de Mouros, de sociedade com o carpinteiro José Pires de Lamego, arrematou esta obra pelo preço de 110 mil reis¹⁷ (17). A obra consistia em levantar as paredes da sacristia “the receberem os beiraes da Igreja ou da Capella mor”. Seria telhada e forrada de castanho “de esteira”, com a cimalha em roda e as paredes rebocadas por dentro. Nos apontamentos assinados por Luís José Foucault¹⁸, constava um frontal de madeira de castanho imitando o damasco (18).

A 24 de Fevereiro foi lavrado termo em como o mestre havia assinado os apontamentos, onde era declarada a sociedade com José Pires (19) e a 28 de Março é certificado em como a obra havia sido arrematada¹⁹ (20).

16 Chama-se a atenção para o facto de todas as ordens da Junta da fazenda da Universidade se revestirem da forma de Provisão Régia. Facto que omitiremos ao longo do estudo para evitar a repetição.

17 Foi um carpinteiro muito solicitado. Cf. Alexandre Alves, *idem*, ob. cit. Vol. II, pp.441-446

18 Ao que parece, estava incumbido pela Universidade para esta tarefa, pois são vários os apontamentos por ele assinados.

19 Segundo Joaquim Correia Duarte (1994), esta igreja foi sujeita a obras de pedraria em 1795 (*Resende e a sua História*, Vol. I, ed. C.M. de Resende, p.200). Teria sido dada ordem da Universidade aos rendeiros para pagarem a quantia de 32.333 reis aos empreiteiros. Depreende-se que lá teria andado mais uma parceria de mestres. Porém, só nos dá informação de um. José da Silva, mestre pedreiro de Moumiz, a quem se pagaram 18.333 reis.

Esta obra foi arrematada em parceria, para a qual foi formada sociedade entre os dois mestres. O forro da capela-mor em esteira, constavam dos apontamentos elaborados por Luís José Foucault.

4 Gosende²⁰ (Castro Daire)

A 27 de Outubro de 1780 foi arrematada a obra da sacristia e capela-mor desta igreja por José António Antunes, mestre pedreiro assistente em Lamego, pelo preço de 85 mil reis²¹ (21). Consistia em rebocar as paredes por dentro, consertar os telhados “embocados em cal” e fazer um caixão para a sacristia em madeira de castanho com 26 / 27 palmos de comprimento e quatro de largura (22).

5 Cárquere (Resende)

Foram remetidos ao corregedor de Lamego os apontamentos destas obras para os mandar “por a Lanços, procedendo editaes” e com aviso e ordem para o rendeiro proceder ao primeiro pagamento²² (24). Consistiam em intervenções diversas no corpo da igreja, sacristia, capela-mor e residência paroquial²³.

O pavimento do corpo da igreja, seria completo com sepulturas e a capela-mor ladrilhada com duas sepulturas iguais às do corpo do templo. Às frestas do corpo acrescentavam-se-lhe grades de ferro, chamadas de “aranha” e a da capela-mor era “chanfrada”.

A sacristia soalhada de castanho, forrada de esteira e apainelada com a cimalha em roda. A meio do caixão da sacristia, um oratório com a imagem de Cristo. As paredes “dealbadas”, os degraus “conforme as direcção (sic.) do Reverendo Parocho” e as portas todas compostas com as ferragens necessárias. Na torre era preciso fazer-se uma escada e uma “porta ordinária”, mas segura; fundir-se o sino velho mais pequeno porque estava partido, para se fazer outro com 16 arrobas. A 17 de Março de 1776, procedeu-se a auto de louvação e exame no mosteiro (25).

O auto de louvação, algumas vezes com as características de auto de vistoria, ao qual se procedia normalmente no final das obras e elaborado por

20 Para Alexandre Alves (2001), Manuel José, da cidade de Lamego, em 1769, contratou dourar e pintar a tribuna, o tecto e o frontal da capela-mor desta igreja (Vol. II, p.73).

21 Em 1784 arrematou a obra de paredes da capela da Senhora do Rosário e São Vicente, da freguesia de Coura, concelho de Armamar. - Alexandre Alves (2001), Vol. I, p. 106

22 Que havia arrematado a renda da igreja em 1775 pelo preço de 600 mil reis (23).

23 Nas casas da residência era necessário compor o curral, consertando-lhe a parede, o telhado e uma porta tosca, mas de castanho. O “madeiramento” novo e seguro, embora tosco.

peritos²⁴, neste caso executou-se no início da obra, pois também era costume conceder-se aos mestres construtores, averiguarem o estado do edifício antes de arrematarem a obra²⁵.

Deste modo, procederam à averiguação das obras descritas em capítulo de visita pelo bispo de Lamego, os mestres João Botelho e Francisco de Oliveira, pedreiros do concelho de São Martinho de Mouros.

Após feito o exame, as obras de pedraria foram arrematadas pelo mestre Luís Pinto Botelho do lugar de Corvo, concelho de Resende, pelo preço de 293 mil reis e as obras de carpintaria pelo mestre José de Almeida, do lugar da Granja, pelo preço de 148 mil reis. Mais uma obra de pareceria²⁶.

Esta obra foi mais uma parceria de ofícios diferentes, para a qual se fez auto de louvação antes de a iniciar. São apresentadas três características de construção. A capela-mor seria chanfrada, com grades em “aranha” e o forro em esteira.

6 Feirão (Resende)

A 27 de Outubro de 1780 é feito auto de termo de lance na forma dos apontamentos apresentados. Manuel de Oliveira, de Avintes, comarca do Porto, lançou esta obra por 188 mil reis (26).

Dos apontamentos constava a reedificação da capela-mor com 14 palmos de largura e com forro de “volta redonda” (27).

Pelo documento apresentado depreende-se que esta igreja, como algumas de Alijó²⁷, não tinha sacristia. Foi assim construída porque era necessária em reduzidas dimensões. Somente com 10 palmos de largura e 11 de comprimento “porque he Coanto pode ter”. Precisava ainda a capela-mor de um retábulo e do forro pintado. O telhado de ambas devia ser feito de forma que parecesse um, “ambocado em cal e espigão assente na mesma” (27). O “Madeiramento” seria de castanho (28), o telhado “mouriscado” e o pavimento da capela-mor lajeado novamente.

Foram então, os apontamentos remetidos ao corregedor de Lamego, para os afixar em editais e mandar arrematar a obra pelo menor lance com aviso e ordem para o rendeiro proceder ao primeiro pagamento.

24 PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada*, Cap. VIII – 6.

25 *Idem*, op. cit, Cap. VIII - 53.

26 Como se verifica neste estudo, era comum os mestres organizarem-se em parcerias, ou sociedades. Mas não foi caso único nestas igrejas. A tal propósito, cf. PALAVRAS, Armando, *A actividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII*, revista Tellus, nº 59, Grémio Literário, Vila Real, 2013, pp. 18-30.

27 *Idem*, op. cit, Cap. VII.

A arrematação da obra foi feita a 20 de Janeiro de 1781, quatro meses depois, pelo mesmo mestre carpinteiro, agora assistente no lugar de Paços, no concelho de Resende, pelo preço de 179.500 reis (29). Menos 508 reis dos 188.000 que propusera quando assinado auto do termo de lance. Assina o termo de fiança (30) a 20 de Maio, comprometendo-se com os apontamentos apresentados e a conclui-la até ao fim desse ano, apresentando como seu fiador António Pinto Leitão do lugar de Paços, concelho de Resende.

Nesta igreja interveio artífice que poderia ter pertencido à escola do Porto. Não foi, portanto, um artista local a executar a obra. Foi um artista regional. Era um dos templos que não possuía sacristia. O preço da arrematação foi, contudo, inferior ao proposto no termo de lance.

7 Lamosa (Sernancelhe)

A 30 de Outubro de 1780, foi arrematada a obra desta igreja por Manuel José Martins, mestre pedreiro do lugar de Aldeia de Santo Estêvão, pelo preço de 140 mil reis, pagos em três prestações. Obrigava-se a conclui-la no espaço de um ano, nomeando para seus fiadores o alferes Paulo Gomes Machado e João Luís, ambos de Lamosa.

Foi assim, expedida ordem ao rendeiro de Caria para satisfazer a terça parte desta arrematação, remetida através do corregedor de Lamego, recomendando a sua satisfação apenas depois do mestre apresentar as fianças (31).

Dos apontamentos constavam a execução de um retábulo para a capela-mor, “do mesmo feitio do de Penella”, a ser refeito pelo empreiteiro, no caso de nele ser encontrado algum defeito. Porém, o frontal seria substituído por “huma urna airoza e Liza somente com hum leve Remate de talha miuda no meio”.

A capela-mor levaria uma cimalha em roda e por cima do forro um guarda pó. Tudo em madeira de castanho. Seria ainda lajeada de novo, levando uma sepultura a meio da mesma (32).

Na sacristia seria construída uma fresta com grade de ferro; sobrada de boa madeira e os materiais todos por conta do empreiteiro. Podia, no entanto, servir-se dos velhos que podiam ser aproveitados para a obra nova.

A 19 de Janeiro de 1781, Manuel José assina termo de obrigação, comprometendo-se a concluir a obra no fim do mês de Julho (33). Nesse mesmo dia e mês é lavrado termo de fiança, sendo apresentado como fiador Paulo Gomes Machado, do lugar de Lamosa (34).

Contudo, a 18 de Março desse mesmo ano, desiste das obras desta igreja²⁸

28 Bem como das da aldeia de Nacomba, também a favor de Custódio Vieira Carvalho, com quem havia feito sociedade.

(35), em favor do mestre Custódio Vieira de Carvalho que, como se verá adiante, também arrematou as obras da igreja de Nossa Senhora de Caria.

Nesta obra, o gosto de quem decidia prevaleceu ao propor um retábulo como o de Penela, indicando o tipo de talha. Neste caso, o empreiteiro podia servir-se dos materiais velhos. Neste processo verifica-se uma situação que não era comum, mas em alguns casos, por razões diversas, como o impedimento de honrar o processo contratual, era prática utilizada: o trespasse da obra pelo mestre arrematante a outro

8 Moimenta da Beira

Por esta altura, a residência paroquial bem como a capela-mor e sacristia da igreja de São João Baptista de Moimenta da Beira, são sujeitas a intervenções profundas. Na residência foram feitas obras de vulto²⁹.

Após deliberação da Junta da Fazenda sobre estas intervenções, foi remetida ordem ao corregedor de Lamego para proceder “a lanços”, para assim se arrematar os consertos da capela-mor na forma dos apontamentos expedidos, com aviso e ordem para o rendeiro de Moimenta proceder ao primeiro pagamento (36).

A capela-mor e a sacristia foram sujeitas também, a intervenções de vulto. No que respeita a obras de trolha, pedreiro e carpinteiro.

Nos apontamentos eram propostas duas soluções: ou se optava por consertar o que existia, ou então seria feito tudo de novo (37).

A optar-se pela primeira solução, obviamente por questões financeiras, na sacristia tinham de se levantar, em forma de “empena”, as duas paredes “que topão na Capela-mor”. Para isso havia de ser feito um “frixal madre vigota” onde se apoiassem “huns segundos paos” para a água correr da parte de fora da sacristia, parecendo apenas um telhado. Desta forma, para esteticamente ser mais elegante “levava do dito ponto a madre medindo o meio”. E para os paus não cederem levaria várias “madres” equidistantes, todas de castanho. Seria assim o telhado bem feito “com a sua beira sentada em cal emouriscada”.

O actual “madeiramento” da capela-mor estava arruinado, fazendo curvar o forro. Propunham-se duas soluções: ou por cima do “madeiramento” velho se punha uma “madre” e barrotes e caibros novos, ou então, optava-se por um “madeiramento embarbado no antigo frixal”.

A segunda opção de fazer um “madeiramento” novo, impunha-se porque se pretendia fazer um forro apainelado, do feitio do antigo, para aproveitar o perfil da tribuna ou retábulo.

²⁹ Consertou-se a parede contígua ao quintal, todo o soalho, portas, janelas, escadas e forro. Quanto ao telhado foi todo feito de novo.

Todavia, estas soluções dependiam dos lances propostos em arrematação. Uma coisa era certa, pretendia-se compor “com siguransa e aseio o gabinete da Capella-mor”, compor o “seu trono e pedestal”, consertar o retábulo e repregar e consertar o forro da sacristia. Para isso, todo o ornato da capela-mor seria lançado fora para, de novo, ser dourado, consertando-se a cimalha com “as paredes dialbadas”.

Nos apontamentos para esta obra eram propostas duas soluções: ou se optava por consertar o que existia, ou então, seria feito tudo de novo. A primeira solução, era obviamente financeira. A segunda impunha-se porque se pretendia aproveitar o perfil da tribuna. Contudo, ambas dependiam dos preços de lance.

9 Baldos (Moimenta da Beira)

A 19 de Outubro de 1780, procede-se à arrematação da obra de pintura e douramento desta igreja. O menor lance, de 50 mil reis, foi oferecido por Francisco José, mestre pintor do lugar de Vilarouco. Esta obra paga em três prestações, devia ser concluída “por todo o anno de mil sete centos e oitenta e hum” e para a qual o mestre apresentava como fiador, José Vieira, do mesmo lugar. Porém, a obra arrematada era apenas a da responsabilidade da Universidade, não a da responsabilidade do “Pouvo” (38). Ou seja, pretendia-se apenas fazer uma intervenção na capela-mor, pois o corpo do templo pertencia aos fregueses.

Embora no auto de arrematação apenas constem intervenções de pintura e douramento, nos apontamentos expedidos ao corregedor de Lamego, constam ainda, intervenções de trolha e de carpinteiro. Na devida “pursão”. As colunas seriam pintadas fingindo pedra, bem como os “lizados da tribuna”. O ornato à volta das mesmas, “fora e dentro do Gabinete”, havia de ser dourado. O trono e as figuras seriam pintadas de branco “fingindo o marmore”, na condição de “todo o aparelho” ser feito “e antes de dourado”. A cimalha real da capela-mor, “fingindo pedra” e o “tecto de branco tudo a olio com tres demons”, sendo dourado o frontal (39).

Quanto à intervenção de carpintaria, junto ao forro e a toda a volta, levaria “huma debil moldura em meio palmo” de madeira, “arrematada com cal”. Antes de ser aplicada a pintura, todo o forro seria bem consertado e reformado o telhado da capela-mor e sacristia; consertando a tribuna e o retábulo antes de aplicada a pintura. O telhado de ambas, feito com cal, “de feitio amouriscado”, seria antes aprovado pelo inspector.

Foi então expedida ordem ao corregedor de Lamego para “fazer afiançar”, declarando-se o tempo dos pagamentos, remetendo ainda ordem ao rendeiro de Moimenta da Beira para proceder ao primeiro pagamento.

A 16 de Fevereiro de 1781 é lavrada procuração bastante com Francisco José e Francisco José Vieira, ambos de Vilarouco, e António José da Rocha da cidade de Lamego, na vila de São João da Pesqueira, ordenando que em nome deles possa ser assinada escritura ou termo de obrigação e contrato de arrematação para a obra de pintura da igreja de Baldos (40).

A 25 de Março do mesmo ano foi lavrado termo de fiança, onde António José da Rocha declarava que Francisco José se obrigava a concluir a obra até ao fim desse ano e que Francisco José Vieira ficava por fiador de Francisco José (41).

A 26 do mesmo mês e ano é lavrado termo de testemunhas de abonação (42). Atestaram sobre Francisco José e Francisco José Vieira, o “Bate-folha” Serafim José da Silva e o pintor Manuel de Carvalho.

A 29 de Março do mesmo ano é este processo concluído. António Rodrigues da Silva, escrivão, chanceler e promotor da justiça do juízo da Correição de Lamego, certifica que Francisco José havia arrematado a obra acima (43).

Obra arrematada por um mestre local, cujos pagamentos fracionados em três partes, devia ser concluída no espaço de um ano. O contrato, porém, apenas dizia respeito à parte do templo pertencente à Universidade, ou seja, à sua capela-mor. Bastante sucinto na sua descrição, é, contudo, possível prever o tipo de técnicas usadas no tempo. Juntamente são elaborados apontamentos de carpintaria. E nestes se descreve o tipo de forro para a sacristia e capela-mor: “feitio amouriscado”.

Como era costume nas obras da Universidade, foi remetida ordem ao corregedor para dar início ao processo e ao mesmo tempo ao rendeiro para proceder ao primeiro pagamento.

10 Carregal (Sernancelhe)

Por esta altura foi, também, intervencionada a igreja do Carregal. O arco cruzeiro teria 32 palmos de altura e 26 de largura. A capela-mor 40 palmos de comprimento e de largura seria igual à altura da igreja. Levaria duas frestas, seis pirâmides e duas traves grossas e o presbitério “puxado”. Quanto ao “madeiramento”, em primeiro lugar seriam desmontados os painéis, para toda a capela ser montada com novos frechais. Junto à tribuna levaria uma linha a atravessar a capela, com três bandas de ferro e todas as “lizuras novas”. À volta seriam colocados sete painéis, o forro liso em forma de tabuleiro, com friso e cimalha redonda e tribuna nova. Além de uma porta nova e um lava mãos colocado na parede, a sacristia havia ainda de ter “huns cajxons” com seis gavetas, para além de ser soalhada, telhada e argamassada com todas as paredes caiadas.

Estes apontamentos foram remetidos ao corregedor para mandar pôr a obra

“a lanços”. Recomendava-se, no entanto, para que o retábulo fosse retirado com jeito pois com certos acrescentos ia servir para a nova capela. O mesmo se pedia em relação ao forro³⁰. Ao mesmo tempo era enviado aviso ao rendeiro de Caria para proceder ao primeiro pagamento³¹ (44).

Desta obra é importante registar os apontamentos de carpintaria, sobretudo os que dizem respeito ao madeiramento.

Era recomendado que o retábulo fosse retirado com jeito pois com certos acrescentos, ia servir para a nova capela. O mesmo se aplicava em relação ao forro.

11 Caria (Moimenta da Beira)

Também a igreja de Nossa Senhora de Caria foi intervencionada por esta altura. Dos apontamentos assinados pelo mestre, pelo fiador e pelas testemunhas destacamos: uma janela com grades de ferro, com cinco palmos e meio de altura e quatro e meio de largura. Os ferros da grade haviam de ter mais de uma polegada. Precisava de ser soalhada, com madeira de castanho, toda de “macho e fêmea” e lisa. Na sacristia, para além de uma porta nova e leve, mas segura, seria construído um caixão a todo o comprimento com madeira de nogueira. Feito um taburno do comprimento do caixão com um bocel e filete na dianteira, com lustre a cera.

Esta obra foi arrematada pelo mestre imaginário Custódio Vieira de Carvalho da Província do Minho, à altura assistente como carpinteiro no lugar de Távora, concelho de Caria. O mestre “bem conhecido nestas terras”, lançou a obra acima por 60 mil reis, dando como seu fiador o mestre “Enxamlador”, morador no lugar de Taboza deste mesmo concelho, Manuel da Fonseca³² (45).

Assinados os apontamentos a 20 de Novembro de 1780, nesse mesmo dia, o mestre subscreveu o recibo do primeiro pagamento de 20 mil reis e o segundo, com a mesma quantia, a dez de Janeiro de 1781 (46).

Ordem, aliás, expedida por Manuel Barreto Perdigão Villas-Boas, deputado da Junta da Fazenda da Universidade, a 19 de Novembro de 1780 (47).

Nestes apontamentos são importantes os pormenores da técnica utilizada na altura. Bem como o tipo de materiais. Nesta obra foram usadas, por exemplo, duas espécies de madeira: castanho e nogueira. Caso singular, pois normalmente era usada apenas uma espécie. O mestre desta obra era daqueles de grande fama

30 Se em certas obras os elementos eram novos, noutras, como estas, eram aproveitados os materiais antigos. Por questões financeiras.

31 Os nomes dos mestres não são mencionados no documento.

32 Alexandre Alves (2001) faz referência a vários mestres com este nome, mas não nos parece que algum deles seja este.

na região.

12 Nacomba (Moimenta da Beira)

A 30 de Outubro de 1780, Custódio Vieira de Carvalho arrematou as obras desta igreja pelo preço de 160 mil reis, pagos em três prestações, obrigando-se a concluí-la no prazo de um ano. Em nota ao lado, diz-se que foram feitos apontamentos assinados pelo mestre³³ (48). Neles são referidos os consertos nas paredes da capela-mor e da sacristia. Seria composto o pavimento e o forro da capela-mor, assim como o da sacristia. A tribuna também seria consertada e seria feita uma porta para a sacristia.

Todavia, o mesmo Custódio de Carvalho, a oito de Maio de 1773, havia assinado uma procuração para ele próprio poder receber 12 mil reis destinados ao primeiro pagamento de uma obra nesta igreja. Quer dizer que este mestre, sete anos antes havia sido contratado para uma intervenção no mesmo templo. Porém, o documento não é claro em relação ao tipo de intervenção (49).

13 São Paio de Vila da Rua (Moimenta da Beira)

A 28 de Março de 1781, o escrivão da comarca de Lamego certificava que Manuel José, mestre pedreiro do lugar da aldeia de Santo Estêvão, havia arrematado a obra desta igreja pelo preço de 35 mil reis, apresentando como seu fiador Agostinho José do lugar de Lamosa (50). Seguem-se os apontamentos para as obras na sacristia da igreja.

14 Penso (Sernancelhe)

A 20 de Fevereiro de 1781 foi arrematada a obra desta igreja por Manuel Ribeiro, pintor do lugar de Vilar de Fonte Arcada, pelo preço de 75 mil reis (51). A dois de Março do mesmo ano, o escrivão da comarca de Lamego, certificava esta arrematação, informando ainda sobre os fiadores apresentados pelo mestre:

33 Parece-nos que estas notas ao lado da página eram intencionais. Como grande parte destes livros não continham índice, os escrivães deixavam a margem livre para anotar breves resumos, com a finalidade de localizar rapidamente os temas pela sua leitura. Ao longo deste trabalho fomos confrontados com documentos com estas características. Refiram-se, por exemplo, a visita de Dom José de Bragança à Província transmontana (PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista nas pinturas dos templos da região demarcada* - Cap. III), ou a finta para a obra da igreja de São Miguel de Lobrigos, no livro da confraria do Santíssimo Sacramento (PALAVRAS, Armando, *A actividade construtora nos templos de Penaguião no século XVIII*, revista Tellus, nº 59, Grémio Literário, Vila Real, 2013, pp. 18-30).

o bate-folha de ouro Serafim José da Rocha e Manuel de Sequeira Correia Pinto, ambos da cidade de Lamego (52).

Desta obra, destaca-se o douramento do retábulo, depois de aparelhado com gesso e a pintura dos lisos imitando a pedra (53).

Confirmam-se nestes contratos uma prática corrente. Os mestres arrematantes tinham como fiadores outros artífices. Neste caso, nem eram do mesmo ofício³⁴.

15 Faia (Sernancelhe)

A 20 de Fevereiro de 1781, Manuel Ribeiro, mestre pintor do lugar de Vilar de Fonte Arcada, arrematou a obra da igreja de São Martinho da Faia, pelo preço de 140 mil reis (54). Dela constava a construção de uma fresta na sacristia com cinco palmos de altura e de largura. Para a capela-mor pedia-se o douramento do retábulo depois de aparelhado com as mãos de gesso e bolo (55). Os lisos seriam pintados a imitar pedra. O mesmo se pedia para as figuras. Pintadas de branco imitando mármore. Quanto aos socos junto ao chão, seriam pintados, fingindo pedra preta.

É então assinado termo em como o mestre assinou os apontamentos, dando como fiadores o pintor Bernardo da Fonseca e Silva de Lamego e o funileiro José Teixeira de Mesquita, igualmente de Lamego.

A 28 de Março desse ano, o Promotor da justiça da Comarca de Lamego, certificava a arrematação da obra, autorizando o primeiro pagamento.

16 Quintela da Lapa (Sernancelhe)

A três de Março de 1781, Ricardo Gonçalves do lugar de Rio de Mel, arrematou a obra da sacristia desta igreja pelo preço de 260 mil reis, apresentando como fiador André Figueiredo do mesmo lugar (56).

Além das obras descritas nos apontamentos, entendia o Corregedor ser essencial que se fizesse um lavatório e um nicho de pedra para se colocar uma imagem do Santo Cristo (57).

A reter neste processo é o facto de o próprio corregedor acrescentar ao descrito nos apontamentos uma peça que ele entendia ser necessária.

34 Natália Marinho Ferreira Alves (*A Escola de Talha Portuense e a sua influência no Norte de Portugal*, ed. INAPA, Lisboa, 2001) justifica esta questão com argúcia. Diz a autora que era norma para os ofícios de estreita relação (referia-se, neste caso, aos douradores e bate-folhas). Ao responsabilizarem os bate-folhas como fiadores, o dourador tinha uma dupla garantia: a qualidade da matéria-prima era assegurada, bem como a sua aplicação, ficando ambos os artistas responsáveis perante o encomendador (*Idem, op. cit.* pp.29-33).

17 Vilar de Fonte Arcada (Sernancelhe)

A 30 de Outubro de 1780, foi arrematada a obra de uma sacristia nova para esta igreja, por Manuel Correia³⁵, mestre carpinteiro de Escurquela, pelo preço de 145 mil reis, pagos em três prestações. Obrigava-se o mestre a concluí-la dentro de um ano, nomeando para seus fiadores António de Almeida, sapateiro de Escurquela e António José³⁶, carpinteiro do lugar de Ferreirim de Fonte Arcada (58).

Seguem-se os apontamentos da obra de canteiro, pedreiro e carpinteiro na nova sacristia desta igreja.

18 Ferreirim (Sernancelhe)

A 20 de Fevereiro de 1781 foi arrematada a obra de pintura da igreja de Ferreirim, por Manuel António Soeiro, pintor deste mesmo lugar, pelo preço de 175 mil reis (59). Da obra constava dourar o retábulo depois de aparelhado com gesso e bolo, com os lisos imitando pedra, bem como as figuras pintadas de branco imitando o mármore. O soco, junto ao chão, imitando pedra preta (60).

A 21 desse mês e ano o mestre pintor assinou termo em como havia assinado os apontamentos, apresentando como seus fiadores, José Teixeira de Mesquita, funileiro, e Serafim José da Rocha, bate-folha, ambos da cidade de Lamego (61)³⁷.

Finalmente, a 28 de Março desse ano, o escrivão da Comarca, António Rodrigues da Silva, certificava a arrematação acima (62).

É de salientar que a obra é feita por um mestre local, polivalente, e apresenta como fiador, a exemplo de outros contratos, um artífice. Contudo, a obra refere-se praticamente ao douramento do retábulo.

19 Escurquela (Sernancelhe)

A 20 de Fevereiro de 1781 foi arrematada a obra desta igreja, por João Coelho³⁸, mestre imaginário da vila de São João da Pesqueira, pelo preço de 140

35 Manuel Correia, como veremos, também arrematou a obra de Escurquela.

36 Além do ofício, este mestre tem o mesmo nome daquele que fez o risco para a capela-mor da igreja da Cumieira. Sabe-se por Alexandre Alves que o António José (o da Cumieira) assinou, a partir de 1777, várias escrituras de obrigação. A este mestre nos referimos em lugar próprio a propósito da igreja da Cumieira. Cf. PALAVRAS, Armando, *A igreja da Cumieira enquanto pertença do Padroado da Universidade de Coimbra – Suposta pintura de Nicolau Nazoni*, revista Brigantia, vol XXXII, Bragança, 2012/2013, pp. 355-376.

37 Serafim José da Rocha também foi apresentado como fiador do pintor Manuel Ribeiro na obra de Penso

38 O mestre João Coelho irá, como veremos, executar a obra de Santa Margarida da Póvoa.

mil reis (63). Seguem-se os apontamentos da obra na sacristia da igreja.

Ao que parece, a obra fruto desta arrematação não foi sequer iniciada. É o que consta da informação expedida pelo escrivão ao corregedor (64). Por isso se procede a nova arrematação a 11 de Agosto do mesmo ano. O lance oferecido por Manuel Correia do lugar de Escurquela³⁹, foi de 93.330 reis (65). Assina documento onde diz que foi informado que a obra lhe tinha sido entregue, onde se compromete a executá-la em conformidade com os apontamentos (66). A 20 de Agosto desse ano apresenta os seus fiadores. São eles, José Rodrigues Pinto de Lamego e António de Almeida de Escurquela (67).

Nesta obra são de salientar as duas arrematações. O primeiro arrematante não chegou a inicia-la. Conclui-se pela documentação que foi concluída por um artífice local. A diferença de preço entre a primeira e a segunda arrematação é considerável. Foi com certeza essa diferença que levaria a uma segunda arrematação.

20 Alvarenga (Arouca)

A vila de Alvarenga foi também, por esta altura, sujeita a intervenções⁴⁰. Contudo, não foram na igreja. Foram na residência paroquial e na casa da tulha.

21 Penela da Beira (Penedono)

A 19 de Outubro de 1780, foi arrematada a obra de pintura e douramento da igreja de Penela da Beira por Gregório Coelho de Andrade da vila de Paredes da Beira, pelo preço de 80 mil reis, pagos em três prestações, comprometendo-se entregá-la concluída até ao fim do ano de 1781 (71).

Desta obra constava o conserto do telhado da capela-mor e sacristia, “embocando-se” em cal, onde assentaria o espigão.

O tecto da capela-mor devia ser pintado a óleo, de cor branca. E toda a cimalha a imitar pedra, de cor agradável, com pouca mescla. Contudo, o friso e a arquitrave compostos de filetes dourados. As colunas e os lisos do retábulo

39 Em 1713 foram feitas obras de madeira e de pedra na capela-mor desta igreja, pelo mestre Manuel da Fonseca, natural de Escurquela. Cf. ALVES, Alexandre, ob.cit., vol I, p. 375.

40 A 30 de Maio de 1778 foi lavrado o auto de arrematação (68) para as obras da tulha. O menor lance, 184 mil reis, foi oferecido por José Manuel Lopes Pereira de Lamego, obrigando-se a conclui-la até ao último dia do mês de Setembro desse ano. A 21 de Junho de 1779 foi assinado termo de lance por Joaquim da Cunha, mestre carpinteiro do lugar da Granja da Nespereira, onde se comprometia a fazer a obra de carpintaria e pedraria para a residência paroquial por 380 mil reis (69). Seguem-se os apontamentos. Nesse mesmo dia e mês o corregedor da comarca de Lamego mandou afixar editais (70).

deviam imitar pedra, pintados com cores agradáveis, bem como os colaretes e vazamentos das colunas. Os capitéis das colunas e o retábulo seriam de talha dourada. O soco a imitar pedra preta e as figuras “pedra branca”. O ouro, posto depois de tudo aparelhado. Como condição, propunha-se que a obra fosse feita no Verão e segundo a vontade do inspector. Com os apontamentos segue a ordem para o corregedor a mandar arrematar, com aviso para o rendeiro proceder ao primeiro pagamento (72).

A 21 de Janeiro de 1781, o mestre Gregório Coelho Andrade assina termo aceitando os apontamentos, reafirmando que havia arrematado a obra⁴¹ pelo preço acima, obrigando-se a concluí-la até ao dia 24 de Junho desse ano, apresentando como fiador o ourives José Lopes de Almeida de Paredes da Beira (73).

O processo desta obra fornece-nos mais alguns elementos sobre a técnica da pintura, embora escassos. Também neste contrato aparece como fiador, mais um artífice, um ourives.

22 Santa Margarida da Póvoa (Penedono)

A 20 de Fevereiro de 1781, João Coelho, mestre imaginário da vila de São João da Pesqueira, arrematou a obra desta igreja por 90 mil reis (74).

Dos apontamentos constava o seguinte: abrir uma janela na capela-mor, com grades e rede de arame por fora. Forrar a sacristia com madeira de castanho, com uma cimalha em roda. Sobrar a mesma com barrotes e linhas de castanho bem fortes. Os “aviamentos”⁴² seriam por conta do mestre (75).

Em nota à parte dizia-se que se mandaria fazer, em Coimbra, uma imagem de Santa Margarida, a padroeira da igreja.

23 Sebadelhe (Vila Nova de Foz Côa)

A oito de Junho de 1777 foi lavrado termo de lance para a obra de pedraria e carpintaria que se pretendia para a reedificação da igreja do lugar de Sebadelhe, termo da vila de Freixo de Numão⁴³.

Após editais distribuídos, António Pereira, mestre pedreiro, assistente no

41 Pedia-se ainda que se fizesse uma porta lisa de castanho para a loja da tulha.

42 Refere-se aos materiais.

43 Segundo João Soalheiro (2000)), esta igreja ruíu em 1774, optando-se depois por um projecto novo, incluindo a sua localização, tendo sido a Universidade a contribuir com o risco. Acrescenta este autor que o corpo da igreja teria sido levantado com o patrocínio pessoal de Miguel Jerónimo Donas Boto, pároco à época (*Foz Côa - Inventário e Memória*, p. 54). Todavia, em nenhum dos documentos por nós apresentados, nos aparece a assinatura do dito pároco.

lugar de Santa Eufémia, termo da vila de Trancoso, ofereceu seis mil cruzados, a pagar em três prestações pela obra da sua especialidade. Nesse mesmo dia, José de Almeida, mestre carpinteiro de Cedovim, lançou a obra de “madeiramento” pelo preço de 880 mil reis (76).

Todavia, a 15 de Setembro desse ano, Manuel Lopes, mestre canteiro da vila de Fonte Arcada, lançou a obra de pedraria por dois contos e cem mil reis. Nesse mesmo dia, Agostinho João Alves, mestre canteiro do lugar da Póvoa, termo de Penedono, ofereceu pela obra o preço de um conto e novecentos mil reis (77).

Já no ano de 1782, a 30 de Maio, foi lavrado auto de arrematação da obra de pedraria e carpintaria, segundo novos riscos e apontamentos, para a obra da capela-mor, arco cruzeiro e sacristia⁴⁴. Para isso foram distribuídos editais nas vilas de Almendra, Trancoso, Moimenta da Beira, São João da Pesqueira, cidade de Lamego e outras terras onde constava haver mestres-de-obras (78).

Esta obra foi arrematada por Ricardo Gonçalves, mestre carpinteiro do lugar de Rio de Mel, termo de Trancoso, pelo preço de três mil cruzados e cento e oitenta mil reis, obrigando-se o mestre a apresentar fiador abonado na comarca no início da obra (79). Seguem-se os apontamentos. Porém, mesmo antes da obra iniciar, a Universidade fez o cálculo da obra através de preços pedidos à própria localidade (80). Procurava-se assim, a todo o custo, economizar e, ao mesmo tempo, verificar se os lances estavam condizentes com os orçamentos da instituição. Só desta forma se podia optar com segurança.

Numa primeira fase houve duas arrematações para os ofícios de pedraria e carpintaria. Depreende-se, contudo, que a obra não teria sido concluída nessa fase, pois cinco anos depois, segundo novos apontamentos, essas obras vão de novo “a lances”, agora com orçamentos da Universidade, com os preços praticados na localidade. Mas desta vez os editais foram colocados por toda a região.

24 São Martinho de Segões (Moimenta da Beira)

Desde 1744 que esta igreja acumulava determinações oriundas das várias visitas, prolongadas até ao ano de 1764. É o que se depreende do certificado passado pelo cura António Cláudio, passado em Segões a 17 de Fevereiro de 1780. Este certificado transcreve os capítulos dos livros de visitas da igreja.

O primeiro a visitar a igreja foi António da Rocha Manique no ano de 1744. Registava então o visitador que a sacristia tinha dimensões reduzidas e era escura. Dava um ano ao pároco de então para consertar as paredes, telhado,

44 Depreende-se que antes se havia lavrado outro auto, com outros riscos e apontamentos que não foram aprovados pela entidade contratante, neste caso, a Universidade de Coimbra, através da sua Junta da Fazenda.

forro e pintura do tecto, sob pena de seis mil reis de multa.

Em 1748 ao visitar a igreja, José de Basto e Cunha verifica não ter sido dado cumprimento às determinações acima. Mandava então proceder a sequestro dos frutos da igreja, sob pena de dois mil reis de multa.

Em 1764, o visitador Manuel Viegas de Brito, recomendava a necessidade de se reformar a capela-mor do “arco para sima”. Precisava a capela-mor de ser forrada, apainelada, rebocada e pintada.

O então cura António Cláudio, em 1780, certificava que a nenhuma determinação acima se havia dado satisfação. Foram os moradores que se juntaram fazendo uma colecta para as obras recomendadas, mesmo as da capela-mor e sacristia, às quais não eram obrigados (81).

Essas obras foram arrematadas apenas em 1773. A obra de pintura do tecto da capela-mor, pelo preço de 37.900 reis, pelo mestre João Francisco Pereira. O recibo assinado pelo mestre é datado de 20 de Setembro desse ano (82).

Quanto às obras de consertos de paredes e telhados teriam sido executadas em 1772, como se verifica por recibo acima.

A 15 de Janeiro de 1780, José Correia Rebelo do lugar de Santo Estêvão, atesta ter recebido dos mordomos Gregório Lopes e Manuel Mota, que serviram a confraria do Santíssimo Sacramento no ano de 1772, a quantia de 20.800 reis, valor da arrematação e ajuste da obra que havia feito na capela-mor dessa igreja. Com ele assinaram como testemunhas António de Vasco e José Correia, ambos do Carregal (83). Embora não seja registado o tipo de obra, depreende-se que sejam os consertos das paredes e o conserto dos telhados.

A 16 de Fevereiro de 1780, Teodoro de Figueiredo Albuquerque, escrivão da câmara do concelho de Pera, reconhecia a letra e sinal do recibo acima, pertencente a João Francisco, mestre pintor agora assistente no lugar de Barcelos (84).

Sujeita a várias visitas desde o ano de 1744, esta igreja apenas haveria de cumprir as suas determinações a partir do ano de 1773. Por iniciativa dos moradores, reunidos em torno da confraria do Santíssimo Sacramento, mesmo as obras que competiam à Universidade, como sejam as obras da capela-mor.

25 São Pedro de Mós (Vila Nova de Foz Côa)

Denominada antigamente “As Mós”, sabemos que as obras desta igreja se intensificaram na parte final da centúria de Setecentos⁴⁵. Ao que parece o corpo da igreja foi feito pelo povo, antes da Universidade dar início às obras da capela-

45 SOALHEIRO, João, *Foz Côa, Inventário e Memória*, Ed. Câmara Municipal de Foz Côa e Diocese de Lamego, Porto, 2000, p.53

-mor⁴⁶. O risco, datado de 1780, deve-se a Manuel Alves Macamboa, arquitecto responsável pelas obras da Universidade que se deslocou à localidade⁴⁷.

Ao risco juntou a Universidade os apontamentos para a nova sacristia e capela-mor da igreja (85), dos quais destacamos: os caboucos deviam abrir-se até ao olivel da terra, com sapatas para fora. As paredes seriam de pedra e cal. Quanto ao plinto e soco seriam como os dos cunhais da igreja nova. Ou seja, como os do corpo da igreja, reedificado de novo.

Para os cunhais, socos, plintos, cimalthas, frisos e colaretes, bem como os degraus da capela, lajeado, lavatório, portais, janelas, seria usada pedra da pedreira do cabeço de Lemos e Salgueiro, que era de boa qualidade. A primeira camada de silhares, na verdade a fazer o papel de soco, devia ficar um palmo abaixo de terra. As cimalthas teriam, para sua segurança, suficiente tardoz.

As fiadas dos cunhais teriam, pelo menos, palmo e meio de altura. Os lancis seriam inteiros. As quatro janelas com grades de ferro e no lajeado da capela, duas sepulturas. O madeiramento de castanho, e as madres e escoras com bastante segurança. Seria o guarda-pó com o tipo de ripas e barrotes do forro da sacristia e os frechais bastante grossos, “de seme de carvalho”.

A armação da capela-mor seria de cambota “em volta redonda” e o forro de macho-femea “ou de esgravatil”. Tudo em castanho.

A porta da sacristia com cinco almofadas “de ferragens”. O forro da mesma seria “de esterra frizado sobre meio Curvo em Coatro painéis emcadeirados”.

Era necessário um caixão novo para a sacristia com oito palmos de comprimento e a devida proporção na largura, e as portas do armário “emgradadas” com almofadas de “coatro meias”.

O telhado de toda a obra seria de boa telha de “feitio mouriscado”, com cal originária de Trás-os-Montes, com as beiras e espigões assentes em cal.

A tribuna ou retábulo, seria desmanhada com cuidado, bem marcada com sinais, para ser de novo montada, elevando-a com um soco de palmo e meio de altura.

Recomendava-se que o arrematante não receberia acrescentamentos para além do preço da arrematação, obrigando-se a apresentar fiadores idóneos, sujeitando-se ao inspector nomeado para ver e rever a obra. Obrigava-se ainda o arrematante a declarar que percebia o risco e os apontamentos e no caso de haver defeitos, obrigava-se a demolir e a fazer de novo a obra⁴⁸. Isto diz um pouco

46 Prática corrente à época como se tem demonstrado neste estudo. Mas existem excepções como vimos em relação às obras da igreja de Segões. Além do corpo, os moradores colectaram-se também, para a obra da capela-mor e sacristia.

47 *Tempos Áureos- Freixo de Numão*, Ed. Câmara Municipal de Foz Côa, Porto, 1996, p. 27

48 Esta cláusula dá-nos indícios sobre o nível cultural e técnico desses mestres locais. A tal propósito cf, PALAVRAS, Armando, *Os tectos durienses: a iconografia religiosa setecentista*

do tipo de formação destes artífices e a Universidade tinha consciência disso.

Os apontamentos para a capela-mor e sacristia desta igreja estão cheios de pormenores sobre os materiais e as questões estruturais de construção da época. Chega-se mesmo a mencionar a origem de alguns materiais como a cal. O risco foi um dos muitos da região elaborados pelo punho do arquitecto Macamboa. Esse facto, levou mesmo a Universidade a insistir se o mestre arrematante o percebia. Contudo, a questão financeira mantinha-se presente. O retábulo da capela antiga devia ser desmontado com cuidado para servir na capela nova.

26 Valongo (São João da Pesqueira)

Por esta altura são demolidas a capela-mor e sacristia desta igreja, para se reedificarem de novo. Não se conhecem orçamentos e o nome dos mestres, mas sim o conteúdo estrutural da mesma, através dos seus apontamentos, realizados pela Universidade em 1780.

Seriam abertos os caboucos com as sapatas necessárias. As paredes, feitas de pedra desbastada por dentro, cobertas de cal. Na parte da empena com friso liso e o telhado, beiras e espigões assentes em cal. Seriam abertas quatro janelas, duas na sacristia e outras duas na capela-mor, com vidros assentes em caixilhos de castanho, com redes de latão pela parte de fora. Toda a capela seria lajeada (86).

Quanto ao madeiramento, todo de bom castanho e o guarda pó idêntico em ambas as divisões. O forro da capela, liso e em cambotas redondas. Quanto ao da sacristia, em ripa de esteira. As paredes, depois de rebocadas, seriam branqueadas com cal fina.

27 São João de Fontoura (Resende)

É também por esta altura que se fazem obras na capela-mor e sacristia, na igreja de São João de Fontoura. Mas apenas se conhecem os apontamentos. O mestre que aceitasse esta obra, teria de ser polivalente nos ofícios pois os apontamentos iam nesse sentido. Só um mestre que percebesse dos vários ofícios se poderia candidatar a esta obra. Teria de pôr grades de ferro nas frestas. O forro da sacristia seria de “vergalham”. Toda a pedraria seria assente em cal. A capela-mor levaria ladrilho e caiada por dentro e por fora. Quanto às pirâmides da capela velha seriam utilizadas na sacristia nova. E a parede da sacristia devia elevar-se o necessário por causa das águas do telhado do corpo do templo. Era também necessário fazer-se a parede divisória da sacristia e da casa da fábrica de onde surgia uma passagem para o púlpito.

nas pinturas dos templos da região demarcada (Cap. V, 1.3., nota 57).

Porém, o mestre teria de pagar a planta da obra, cujo preço eram 2.400 reis. É condição única em todo o acervo documental. Pela primeira vez surge essa condição (87).

Nos apontamentos para esta obra, são de salientar duas questões: foram feitos com a intenção clara da polivalência destes mestres. E era claro que o mestre teria de pagar a planta da obra.

Nota conclusiva

Estas obras poderiam ser de parceria entre mestres do mesmo ofício, ou de ofícios diferentes, para as quais muitas vezes se formavam sociedades. Ao contrário do que era costume, usar-se apenas uma espécie de madeira, em algumas intervenções usaram-se duas espécies: de castanho e de nogueira, ou de castanho e carvalho.

O processo burocrático era moroso. Mas permitia a competição de preços entre os mestres, contribuindo assim para custos menos elevados.

Algumas das características das obras são apresentadas nos documentos, como sejam, o tipo de forro, grades, etc.

Como noutros locais da região, a maioria dos mestres eram locais, embora, de vez em quando, fosse contratado um mestre regional.

Também nestas obras, o gosto de quem decidia prevaleceu e o empreiteiro podia servir-se dos materiais velhos, bem como trespassar a obra a outro mestre. Devido aos custos dos materiais, muitas vezes, apenas se faziam consertos, não se construía de novo.

Regra geral, os pagamentos eram em três frações e, neste caso, era remetida ordem ao corregedor para iniciar o processo que podia fazer alterações aos apontamentos. Ao mesmo tempo, ordenava-se ao rendeiro para proceder ao primeiro pagamento. O processo iniciava-se com a colocação de editais em lugares públicos, normalmente por toda a região.

Confirma-se nestes contratos uma prática corrente. Os mestres arrematantes escolhem, como fiadores, outros artífices. Que podiam não ser do mesmo ofício.

Não era comum no padroado da Universidade, mas por vezes, eram os moradores a tomar a iniciativa, reunidos em torno de uma confraria ou irmandade.

Alguns apontamentos são bastante pormenorizados, chegando mesmo a mencionar a origem de alguns materiais. E eram feitos com a intenção clara da polivalência destes mestres. Para evitar custos elevados. Se um mestre pudesse fazer o trabalho de dois ou três, com certeza que a obra ficaria mais barata.

Neste acervo constata-se duas situações inéditas: nas obras de Mós obrigava-se ainda o arrematante a declarar que percebia o risco e os apontamentos e nas de Fontoura o mestre é obrigado a pagar a planta da obra.

Fontes Manuscritas (Com a colaboração da Dr.^a Lina Oliveira)

Arquivo da Universidade de Coimbra

Obras em igrejas no bispado de Lamego - (IV/1^aE/5/17/33)

- (1) – **1780, 11 Novembro** - obras da capela-mor, sacristia e casas da residência da Igreja de São Félix de Lafões, feitas pelo mestre carpinteiro Manuel Rodrigues, da vila de São Pedro do Sul
- (2) – **1780, 11 Novembro** - obras que a Universidade de Coimbra manda fazer nas casas da tulha e cozinha da freguesia de São Félix, por Manuel Francisco, carpinteiro do lugar de Sacadas do concelho de Lafões
- (3) – **1780, 9 Dezembro** - Escritura de obrigação e fiança feita por Manuel Róiz da vila de São Pedro e Manuel Francisco de Sacadas, mestres carpinteiros da obra nas casas da residência de São Félix, anexa à Universidade de Coimbra
- (4) – Apontamentos da obra que manda fazer a Universidade de Coimbra nas casas da residência e da tulha da igreja de São Félix de Lafões
- (5) – Apontamentos da obra que a Universidade de Coimbra manda fazer na casa da tulha e cozinha de São Félix de Lafões
- (6) – Apontamentos da obra que manda fazer a Universidade de Coimbra nas casas da residência, capela-mor e sacristia da igreja de São Félix de Lafões
- (7) – **1781, 20 Janeiro** - Auto de arrematação da obra de Santa Cruz de Lumiares, arrematada pelo mestre carpinteiro Manuel da Rocha Leitão, do lugar da Granja Nova, concelho de Ucanha
- (8) – **1781, 23 Janeiro** - Termo de obrigação que faz o arrematante Manuel da Rocha Leitão
- (9) – **1781, 23 Janeiro** - Termo de Fiança assinado por Manuel Leitão, fiador de seu filho Manuel da Rocha Leitão.
- (10) – Apontamentos da obra que manda fazer a Universidade de Coimbra na igreja de Santa cruz de Lumiares
- (11) – Pedido de abertura de lanço para a obra da igreja de Santa Cruz de Lumiares, pelo pedreiro suplente, Manuel Pedro, que a pretende arrematar por menor preço.
- (12) – **1781, 28 Janeiro** - Termo de lanço feito pelo mestre pedreiro de Santa Cruz de Lumiares, José António
- (13) – Informação dada pelo escrivão António Rodrigues da Silva, sobre os editais de obra.
- (14) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de Arrematação da obra de Santa Cruz de Lumiares
- (15) – **1781, 28, Fevereiro** - Termo de como o arrematante da obra de Santa Cruz de Lumiares, o carpinteiro Manuel leitão da Rocha, assinou os apontamentos.
- (16) – **1781, 28 fevereiro** – O escrivão António Rodrigues certifica que se arrematou a obra de Santa Cruz de Lumiares.
- (17) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de arrematação da obra da Igreja de São Pedro de Paus, arrematada pelo mestre imaginário Domingos Correia.
- (18) – Apontamentos da obra na Igreja de São Pedro de Paus
- (19) – **1781, 24 Fevereiro** - Termo de como o arrematante Domingos Correia, assinou

os apontamentos da obra de São Pedro de Paus.

- (20) – O escrivão António Rodrigues da Silva certifica que Domingos Correia arrematou a obra de São Pedro de Paus.
- (21) – **1780, 27 Outubro** - Auto de arrematação que mandou fazer Manuel Barreto Perdigão Vilas Boas, deputado da Junta da Universidade de Coimbra, para as obras da igreja de Gosende, arrematadas pelo mestre pedreiro de Lamego, José António Antunes.
- (22) – Apontamentos para a obra de Gosende.
- (23) – **1775, 25, Maio** - Termo de lance que deu Domingos Dias de Carvalho pela venda dos foros e dízimos de Cárquere
- (24) – Apontamentos para a obra que manda fazer a Universidade de Coimbra na Igreja da Nossa Senhora de Cárquere
- (25) – **1776, 17 Março** - Auto de Louvação e Exame, feito nas obras do Real Mosteiro de Nossa Senhora de Cárquere por ordem do Ex. mº Sr. Reitor e Reformador da Universidade de Coimbra, a cujos lances apareceram o mestre carpinteiro José de Almeida, João Botelho e Francisco de Oliveira.
- (26) – **1780, 27 Outubro** - Auto de termo de lance ordenado pelo Doutor Manuel Barreto Perdigão Vilas Boas, deputado da Junta da fazenda da Universidade de Coimbra, para as obras da igreja de Feirão, arrematadas por Manuel de Oliveira, de Avintes, comarca do Porto.
- (27) – Apontamentos para as obras da igreja de Feirão
- (28) – Apontamentos da obra na Capela-mor da Igreja de Santa Luzia de Feirão tanto de carpinteiro como de pedreiro e canteiro. Sendo por conta dos arrematantes a postura dos seus respectivos aviamentos. Obra mandada fazer pela Universidade de Coimbra
- (29) – **1781, 20 Janeiro** - Auto de rematação da obra de Feirão, arrematada pelo mestre carpinteiro Manuel de Oliveira.
- (30) – **1781, 20 Maio** - Termo de fiança para o mestre Manuel de Oliveira, a respeito da obra de Santa Luzia de Feirão.
- (31) – **1780, 30 Outubro** - Auto de rematação da obra da Igreja da Lamosa por Manuel José, mestre pedreiro do lugar de Santo Estêvão.
- (32) – Apontamentos da obra que se há-de fazer na Igreja de Lamosa
- (33) – **1781, 19 Janeiro** - Termo de obrigação de obra feito por Manoel José, para a igreja de Lamosa.
- (34) – **1781, 19 Janeiro** - Termo de fiança assinado por Paulo Gomes Machado, fiador de Manuel José, arrematante da obra de Lamosa.
- (35) – **1781, 18 Março** - Escritura de desistência feita por Manuel José Martins do lugar da aldeia de Santo Estêvão das obras das igrejas de Lamosa e aldeia de Nacomba, a favor de Custódio Vieira de Carvalho, assistente no lugar do Milhão
- (36) – Apontamentos para a obra de carpinteiro e pedreiro para as casas da residência do reverendo reitor da igreja de Moimenta da Beira, proposta pela Universidade de Coimbra.
- (37) – Apontamentos para a obra de carpinteiro, pedreiro e trolha na capela-mor e sacristia da igreja de São João Baptista da Vila de Moimenta da Beira, mandada fazer pela Universidade de Coimbra.

- (38) – **1780, 19 Outubro** - Auto de arrematação da obra de pintura para a igreja de Baldos. Feita por Francisco José, mestre pintor de Vilarouco.
- (39) – Apontamentos da obra de pintura, trolha e carpintaria para a igreja de São Sebastião de Baldos.
- (40) – **1781, 16 Fevereiro** - Procuração bastante feita por Francisco José e Francisco José Vieira, ambos do lugar do Vilarouco, a António José da Rocha da cidade de Lamego, para a obra de pintura de Baldos.
- (41) – **1781, 25 Março** - Termo de fiança sobre a obra arrematada por Francisco José.
- (42) – **1781, 26 Março** - Testemunhas de abonação de Francisco José do lugar de Vilarouco e de seu fiador Francisco José Vieira do mesmo lugar.
- (43) – **1781, 29 Março** - Certificação do fiador de Francisco José
- (44) – Apontamentos para a capela-mor e sacristia da igreja de Carregal
- (45) – **1780, 20 Novembro** - Apontamentos para a obra da sacristia da igreja matriz de Nossa Senhora de Caria deixados pelo Deputado da Junta da Fazenda, o Doutor Manuel Barreto Perdigão Vilas Boas.
- (46) – **1780, 20 Novembro** – 1781, 10 Janeiro – Recibos de Custódio Vieira de Carvalho
- (47) – **1780, 19 Novembro** – Ordem para pagar ao mestre Custódio Vieira pela obra da sacristia da igreja de Caria.
- (48) – **1780, 30 Outubro** - Auto de arrematação da obra da igreja da aldeia de Nacomba, Concelho de Caria, arrematada pelo mestre Custódio Vieira.
- (49) – **1773, 8 Maio** - Procuração feita por Custódio Vieira de Carvalho, mestre imaginário da Província do Minho.
- (50) – **1781, 28 Março** - Certificado onde se atesta que Manuel José, pedreiro do lugar da aldeia de Santo Estêvão, concelho de Caria, arrematou a obra da igreja de São Paio da Rua.
- (51) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de arrematação da obra da Igreja de São Sebastião de Penso, arrematada por Manuel Ribeiro, mestre pintor do lugar do vilar de Fonte Arcada.
- (52) – **1781, 2 Março** - Certificado onde se atesta que Manuel Ribeiro, mestre pintor do lugar de Fonte Arcada, arrematou a obra da igreja de São Sebastião de Penso, a 20 de Fevereiro do presente, dando por seus fiadores Serafim José da Rocha, bate-folha de oiro, e Manuel de Sequeira Correia Pinto, ambos da cidade de Lamego.
- (53) – Apontamentos para a obra da igreja de Penso, assinados por Luiz José Foucolt.
- (54) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de arrematação da obra da igreja da Faia, arrematada pelo mestre pintor Manuel Ribeiro do lugar de Fonte Arcada.
- (55) – Apontamentos para a obra na sacristia da igreja de São Martinho da Faia. Douramento do Retábulo
- (56) – **1781, 3 Março** - Auto de Arrematação da obra da sacristia da igreja de Quintela da Lapa, arrematada por Ricardo Gonçalves, do lugar de Rio de Mel.
- (57) – Apontamentos para a obra na Sacristia na igreja da Quintela da Lapa.
- (58) – **1780, 30 Outubro** - Auto de arrematação da obra da igreja de Vilar de Fonte Arcada, arrematada por Manuel Correia, mestre carpinteiro do lugar de Escurquela, concelho de Fonte Arcada.
- (59) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de Arrematação do obra de Ferreirim, arrematada por

Manuel António Soeiro, mestre pintor do lugar de Ferreirim.

- (60) – Apontamentos da obra da igreja de Ferreirim
- (61) – **1781, 21 Fevereiro** - Termo em como o arrematante Manuel António Soeiro, assinou por este termo os apontamentos, e deu as suas fianças.
- (62) – **1781, 28 Março** - Certificação onde se atesta que Manuel António Soeiro arrematou a obra de Ferreirim.
- (63) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de arrematação da obra de Escurquela, arrematada pelo imaginário João Coelho da vila de São João da Pesqueira.
- (64) – O Escrivão António Roiz da Silva informa o Corregedor de Lamego que o arrematante, residente noutra comarca, não deu início à obra.
- (65) – **1781, 11 Agosto** - Auto de arrematação da igreja de Escurquela por Manuel Correia, residente nesse lugar.
- (66) – Entrega da obra de Escurquela ao suplente.
- (67) – **1781, 20 Agosto** - Termo de fiança atestado por Manuel Correia, mestre carpinteiro para a obra de Escurquela.
- (68) – **1778, 30 Maio** - Auto de arrematação para as obras da tulha de Alvarenga, arrematadas por José Manuel Lopes Pereira, da cidade de Lamego.
- (69) – **1779, 21 Junho** - Termo de lance para as casas da residência de Alvarenga feito por Joaquim da Cunha, carpinteiro do lugar da Granja da Nespereira.
- (70) – **1779, 21 Junho** - Edital para as obras de pedraria e carpintaria de Alvarenga.
- (71) – **1780, 19 Outubro** - Auto de arrematação da obra de pintura e douramento da igreja de Penela, arrematada por Gregório Coelho de Andrade da vila de Paredes da Beira.
- (72) – Apontamentos da obra de pintura para a igreja de Penela
- (73) – **1781, 21 Janeiro** - Termo feito por Gregório Coelho de Andrade da vila de Paredes da Beira, mestre pintor que assina os apontamentos da dita obra.
- (74) – **1781, 20 Fevereiro** - Auto de arrematação da obra da igreja de Santa Margarida da Póvoa, arrematada por João Coelho da vila de São João da Pesqueira.
- (75) – Apontamentos para obra mandada fazer pela Universidade de Coimbra na igreja de Santa Margarida da Póvoa
- (76) – **1777, 8 Junho** - Termo de lance para a obra de pedraria e carpintaria para edificação da igreja do lugar de Sebadelhe, termo da vila de Freixo de Numão.
- (77) – **1777, 15 Setembro** – Arrematação da obra de Sebadelhe por Manuel Lopes, mestre canteiro.
- (78) – **1782, 30 Maio** - Arrematação da capela-mor e arco cruzeiro e sacristia da igreja de São Lourenço do lugar de Sebadelhe, termo da vila de Freixo de Numão.
- (79) – Arrematação da obra de pedraria e carpintaria para a obra de Sebadelhe por Ricardo Gonçalves do lugar de Rio de Mel do termo de Trancoso.
- (80) – Cálculo da obra da capela-mor e sacristia de Sebadelhe
- (81) – **1780, 17 Fevereiro** -Visitação à freguesia de São Martinho de Segões.
- (82) – **1773, 20 Setembro** – Recibo sobre a obra de pintura do teto da capela-mor de Segões.
- (83) – **1780, 15 Janeiro** – Recibo de pagamento a José Correia Rebelo, dado pelos mordomos da confraria do Santíssimo Sacramento do lugar de Segões, no ano de 1772.
- (84) – **1780, 16 Fevereiro** - Reconhecimento da letra e sinal do recibo assinado por João

Francisco, mestre pintor, assistente no lugar de Barcelos.

(85) – Apontamentos para uma nova capela-mor e sacristia na igreja de São Pedro das Mós, termo de Freixo de Numão.

(86) – **1780** - Obras para a nova capela-mor e nova sacristia para o lugar de Valongo.

(87) – Apontamentos para a obra da capela-mor da igreja de São João de Fontoura.

Castelo Branco, um apelido desafiador

Maria Hercília Agarez

A excelência do espírito é um perpétuo festim.

(Bíblia, Livro dos Provérbios)

É-o, com certeza, para quantos, após quase cento e quarenta anos do seu suicídio, ainda oficiam ao deus Camilo, esse vulto maior das letras oitocentistas que não pára de desafiar estudiosos da sua obra e da sua vida, uma e outra fontes inesgotáveis para um mais cabal conhecimento da emaranhada biobibliografia camiliana.

Esta abordagem que me proponho fazer só indirectamente lhe diz respeito e foi-me sugerida por coincidências de leituras bem díspares.

As arrumações de gavetas trazem, aos menos jovens, papéis surpreendentes, envelhecidos, acompanhados de perguntas como esta: «Por que razão me guardaste, a mim, velho jornal amarelecido, um tanto danificado, exalando um desmotivador cheiro a bafio? Dato de 24 de Outubro de 1923, sou o número 84 do Ano II de A Realeza, semanário monárquico. Que tens tu a ver com isso?» A curiosidade de velharias impressas, sobretudo quando, como é o caso, se trata de um periódico endereçado à destinatária-assinante Leopoldina da Conceição de Carvalho Campos. Coisas de família.

Coabitou, o referido órgão da monarquia vila-realense, com outras curiosidades, entretanto exploradas em crónicas publicadas no Notícias de Vila Real. Até ao dia em que teve direito a apanhar ar fresco e a ser objecto de apreciação por quem se pela (passe o plebeísmo) por documentos de épocas idas onde se espraia uma realidade localizada temporal e espacialmente. Posso

adiantar que a paginação do exemplar jornalístico evidencia um acontecimento de fulcral importância para os católicos do distrito de Vila Real: a criação da sua diocese e a nomeação do Ex.mo e Rev.mo Senhor D. João Evangelista de Lima Vidal para seu primeiro bispo.

Tanto o editorial como outros artigos, donde se destaca o do Monsenhor Jerónimo do Amaral, se revestem de um tom laudatório, de nuances gongóricas e apologéticas. Um «inspirado» poeta escondido (ele lá sabia porquê...) atrás das iniciais M. C. arremete com um poema intitulado «Bemvindo!» (sic) que, em dezassete dísticos rimados em decassílabos de métrica à prova de verificação, distribui metáforas a torto e a direito e deve ter feito chorar almas sensíveis:

Perto de um grande e lóbrego paúl
Nasciam flores de corola azul.

Todas eram mimosas, delicadas,
ao nascer; e depois estioladas

no ar maldito daquele charco imundo
caíam – pobrezinhas! – lá no fundo.

.....

Mas um dia, afinal, Nosso Senhor
por ali levou a alma de um pastor

que de muito e contínuo olhar os céus
amava tudo por amor de Deus.

.....

Mas vamos ao que interessa. Talvez desperta por leituras de João de Araújo Correia, caíram-me os olhos sobre o autor do artigo «A nova diocese e o seu 1º Bispo», datado de 20-10-1923, da autoria de P. Luiz d' A. Castelo Branco, residente em Vilarinho da Samardã.

A curiosidade de parentesco com o talentoso e prolífero escritor foi imediata, como gulosa foi a releitura dos textos do «João Semana» reguense e de outros documentos que pudessem complementar a importância que teve, no seu tempo, este sobrinho-neto de Camilo.

Comecemos pela biografia, já que, apesar de célebre orador sacro, não publicou os seus sermões. Sabe-se que nasceu em 1884 e morreu em Março

de 1973 na aldeia atrás referida, que frequentou o Seminário de Braga, tendo iniciado a sua carreira pedagógica no então construído Seminário de Vila Real (1930). Muito e com prazer terão aprendido com ele os alunos nas disciplinas de Ascética e Mística, Oratória e Civilidade. A propósito refirmamos informações que deste sacerdote nos foram dadas pela sua sobrinha, a S^a Dona Luísa Maria Castelo Branco Pimentel: «Era muito educado, sabia de protocolo, recebia fidalgamente e não lhe escapava nenhum deslize na postura de uma mesa para convidados de cerimónia.»

Era filho de Luísa Maria Castelo Branco, filha de Carolina Rita Botelho Castelo Branco e do Dr. Francisco José de Azevedo, respectivamente irmã e cunhado do romancista. Luísa teve sete filhos entre os quais os padres António e Luís.

Abra-se um parêntesis para fazer justiça ao nosso conterrâneo Dr. Lourenço Camilo Costa, incansável investigador camiliano. Defendeu as suas teorias, documentadas, opondo-as às de outros estudiosos, como é o caso da descendência de Carolina. Se uns (como Alberto Pimentel) apontam para o número de cinco filhos, Lourenço Costa assinala nomes, locais e datas de nascimento de nove, quatro rapazes e cinco raparigas. Publicou o artigo «Os sobrinhos de Camilo» no *Boletim da Casa de Camilo*, a ele se devendo o conhecimento da vida da mãe do padre Luís.

Além de ter sido um belo exemplar do género masculino, como atestam as suas fotografias colocadas em lugares de destaque na casa onde viveu e morreu, o sacerdote era dotado de fino espírito humorístico e tinha sempre uma história com que encantar quantos borboleteavam à sua volta. Numa das histórias que fixei e de que o padre Luís foi protagonista, contava este que, ao passar por um pastor às voltas com uns papéis que não sabia ler e receando tratar-se de alguma cobrança, lhe terá pedido o favor de lhe decifrar aquelas letras. Satisfeito e aliviado com o auxílio, quis pagar o favor. Não tendo com quê, disse: «Senhor Padre Luís, faça o favor de mamar nas minhas cabras.»

Quem conheceu bem este homem por com ele se ter encontrado em várias idas a Vilarinho da Samardã, a Friúme e a outros solos pisados por pés camilianos enquanto vadiou e fez «estragos» por terras trasmontanas, foi o escritor da Régua, João de Araújo Correia, discípulo convicto e ávido investigador de tudo a que ao novelista dizia respeito. A ele dedicou várias crónicas escritas entre 1944 e 1972 e reunidas no livro *Uma Sombra Picada das Bexigas* que não inclui os textos cronísticos especificamente dedicados ao Padre Luís.

Dez dias após a sua partida para outras paragens (7-3-1973), João de Araújo Correia dedica-lhe a crónica «Morreu o Padre Luís» com que o semanário



Luís Castelo Branco
(1885-1973)

A Voz-de-Trás-Os-Montes abre a sua edição de 24.03.1973 e que se encontra em *Pontos Finais*. Nela refere a sua companhia numa ida a Friúme em 1966: «Não o conheci como pregador. Mas, aconteceu que vim a conhecê-lo como homem disposto a conversar para o mundo.» Acrescenta que esse encontro esteve na origem de um artigo publicado em *O Comércio do Porto*, mais tarde integrado, com o título «Friúme», em *Uma Sombra Picada das Bexigas*:

A pedido do Dr. Mário de Meneses, transportei na minha carripa, desde Vilarinho da Samardã, o P.e Luís Castelo Branco, sobrinho neto de Camilo. Deparou-se-me na casa em que o tio-avô, antes de sair para Friúme, viveu anos felizes. Assim o atesta uma placa, posta como uma flor, à direita da porta principal.

E, adiante, refere o que parece ter sido timbre do sacerdote:

P.e Luís é um homem bem parecido de rosto e de maneiras. Não obstante o sacerdócio, é pundonoroso como fidalgo velho no capítulo família. Aceita os seus como foram. Defende-os do irrespeito de escritores atrevidos. Se Camilo zombou do próprio avô paterno, divulgando-lhe a alcunha de Brocas e explicando-a de modo muito broeiro, P.e Luís não admite a zombaria [...] P.e Luís é um segundo Camilo no brilho do olhar e na língua apurada para a resposta rápida e fulgurante.

O natural envelhecimento do P.e Luís agudizou em Araújo Correia uma preocupação justificada e fundamentada. Sabe-se que Camilo viveu em S. Miguel de Seide, com mulher e filhos, até ao dia do suicídio. A casa foi mal restaurada como confessa a neta Flora ao próprio camilianista em encontro numa rua do Porto. Em 1966, em «Luminoso Alvitre», crónica inserta em *Uma Sombra Picada das Bexigas*, refere-se o autor a «um denegrido cardenho, hoje arruinado e desabitado onde Camilo e a sua primeira mulher legítima viveram dois escassos anos.» (Note-se que essa humilde habitação foi posteriormente restaurada e é um local de meditação para quem pretende seguir a via-sacra do escritor.)

É, pois, compreensível o receio quanto ao futuro da casa de Vilarinho da Samardã. Se João de Araújo Correia não duvidava do apego do P.e Luís àquele «templo» que defenderia «até ao limite da sua existência», nada lhe garantia que, no futuro, a habitação deixasse evaporar todos os resquícios da família e fosse cair em mãos indiferentes à preservação deste espaço de memória. Felizmente tal não aconteceu. Se guarda poucas recordações de Camilo, sente-se a presença do P.e Luís com o seu ar bem-parecido, a dar as boas-vindas aos visitantes. São proprietários daquela casa onde se respira cultura e bom gosto dois sobrinhos do sacerdote que com ele conviveram o bastante para dele poderem dar um testemunho vivo e emocionado.

Ao visitar a casa sente-se a verdade de palavras de João de Araújo Correia, na obra citada em «Friúme»: «[...] diga-se apenas que o P.e Luís, homem de bom gosto, fez da velha moradia eremitério de artista. Cercou-a de arvoredos e recheou-a de belos objectos.»

[...] Sempre que visito, em Vilarinho da Samardã, a casa por onde passou, como asa travessa, a irrequieta mocidade de Camilo, digo entre mim: por quanto tempo estará de pé e acarinhada como coisa camiliana? Vive ali o Padre Luís Castelo Branco, octogenário ainda lúcido e ainda válido.

Mas, se um dia morre? Irá com ele o amor cego à memória de Camilo? [...] Na descendência directa de Camilo, não há quem o defenda com tanto ardor como aquele sobrinho. [...]

(«Friúme, Samardã e Ovar», in *Nuvens Singulares*)

É conhecida a dedicação apaixonada que João de Araújo Correia nutriu pelo homem de Seide. Tal paixão, tê-la-ia herdado de seu pai, solicitador encartado, comprador compulsivo de novelas e romances de Camilo, na sua maioria da Parceria A. M. Pereira, de encadernação encarnada e que se encontram expostos na biblioteca Municipal da Régua. É o próprio autor de *Prosas Bárbaras* a deixar expressa a sua profissão de fê camiliana ao afirmar ter lido, aos sete anos, os *Mistérios de Fafe*. Conhecia, pois, como poucos, as peripécias da vida do seu «mestre», a arte e o encanto da sua escrita, as facetas temperamentais e as angústias pessoais e familiares daquele que elegera, entre outros, como digno representante de uma literatura da portugalidade. Também reconhecia ao homem sofredor a sua capacidade de esconjurar o destino com o recurso a ditos e escritos onde o seu sentido de humor é capaz de aclarar a negritude de acções dramáticas. Tal é reconhecido, no texto «Friúme»:

P.e Luís é um segundo Camilo no brilho do olhar e na língua apurada para a resposta rápida e fulgurante. Supõe-se o que foi Camilo quando se lhe ouvem ditos que fazem rir as pedras. Não se defenderá a si próprio quando defende Camilo? Se não fosse a ordenação, inda que não escrevesse, P.e Luís espalharia à sua volta a ironia e até o sarcasmo de Camilo.

Em crónica de *Palavras fora da Boca*, «Camilo em Vila Real», João de Araújo Correia, ao discorrer sobre as características do sangue impulsivo dos *Brocas* que corria em veias da família vila-realense, chama a atenção: «Reparem nos olhos coruscantes do Padre Luís Castelo Branco». Olhos cintilantes, flamejantes, que espelham amor atento à vida e uma centelha de irreverência herdada de seu tio-avó.

O mais interessante é, contudo, o esboço que dele traça, rico em capacidade de síntese e em poder de sugestão:

A natureza, que negou a Camilo o dom da formosura, parece que se arrependeu no Padre Luís Castelo Branco. Deu-lhe belos traços... E para melhor vincar o arrependimento, meteu-lhe dentro do crânio o espírito de Camilo. O Padre Luís, não obstante o traje sacerdotal, morreu camiliano

de todo na ironia, na troça e até a língua expedita para replicar de modo perfurante.

(in *Pontos Finais*)

Uns anos mais tarde, em 1971, em nova ida a Vilarinho da Samardã, é «um velhinho erecto e firme como um castanheiro» que A. Correia vai encontrar: «Vive ali o Padre Luís Castelo, octogenário ainda lúcido e ainda válido. Mas, se um dia morre? Irá com ele o amor cego à memória de Camilo.» (in *Nuvens Singulares*)

Gostaríamos de poder sossegar o desassossegado João de Araújo Correia. Estivemos naquela casa em Julho de 2016. Receberam-nos os donos da casa, seus sobrinhos. Se o padre Luís é recordado com saudade e dele nos contou a sobrinha histórias engraçadíssimas, embora pouco ou nada reste do tempo em que Camilo aí viveu com a irmã, sente-se o seu espírito a pairar, a sua sombra a voltejar, a sua desgraça a estremecer. Os descendentes de Camilo que lhe honraram o génio e alimentaram o culto, não desapareceram com a partida do P.e Luís.

Caracterizemos, pois, este homem de cultura e de fé, através de palavras ditas por quem com ele privou.

Começamos com um excerto do jornal local *A Voz de Trás-os-Montes* de 3 de Abril de 1997, quando passam 75 anos sobre a criação da diocese de Vila Real. É seu autor o Padre Luís Coutinho:

De inteligência fulgurante, olhos penetrantes, perfil majestático, eis alguns dos condimentos que o ajudaram a subir aos púlpitos mais altos, aquém e além-mar, no Brasil, onde, por escolha e convite, representou a oratória portuguesa, levando na bagagem a sabedoria e os ilustres apelidos que já eram do seu carismático tio-avô.

[...] O seu convívio enciclopédico e simpático granjeou-lhe amizades por muitas terras fora e por muito longe. Pena é que dos seus sermões não ficasse um completo espólio escrito.

O livro *Os 50 Anos do Seminário de Vila Real* (1930-1980), publicado pela Imprensa Trasmontana e da autoria de António Barroso de Oliveira, discípulo do P.e Luís, a ele se refere, como aos outros professores, em rubrica própria. Enquanto a maioria é «arrumada» com um parágrafo ou pouco mais, o mestre de Vilarinho ocupa 63 linhas.

Após ter enunciado as matérias que leccionou e de ter anotado a sua

particularidade de só dar aulas duas vezes por semana devido aos seus muitos trabalhos pastorais, o autor faz incidir a sua apreciação nas qualidades pedagógicas do docente, talvez porque, como escreve, «as suas aulas eram uma espécie de oásis refrescante no meio do deserto.» Transcrevemos uma breve passagem:

A sua maneira de dar a aula era muito pessoal. Lia o compêndio e fazia saborosos comentários. A leitura era fraca, mas os comentários eram esplêndidos. Esperávamo-los e recebíamos-los como um reбуçado, no meio da aridez da leitura. É que sabia dar-lhe uma graça espirituosa como ninguém.

Na sua residência campesina, o senhor P.e Luís despediu-se de uma vida intensa e útil com oitenta e nove anos. Como seria de esperar, os jornais deram o devido destaque à notícia. Assim, o Jornal *O Vilarealense* de 15 de Março de 1973 anuncia, em primeira página, o falecimento do sacerdote. Trata-se de mero registo necrológico, embora aponte traços identificativos da personalidade do desaparecido: «Foi um lutador permanente, batendo-se galhardamente por aqueles que decididamente o amaram»; «Irreverente por vezes, mas nunca mal-intencionado, foi um transmontano de antes quebrar que torcer.»

Um orador sacro, apetrechado de dotes oratórios, capaz de galvanizar pela palavra quantos ouvem as suas preleções, é, com certeza, um homem culto e de escrita tão escoeita e rica como o discurso oral. No texto que aqui deixo, de ressonâncias barrocas ao gosto do leitor de hoje, está patente uma linguagem adaptada às circunstâncias que como tal deve ser entendido. Ele conhecia todos os registos da língua e utilizava-os, criteriosamente, mediante a formação/ condição de quem o ouvia.

No dia 20 de Outubro de 1923 escreve o P.e Luís um artigo intitulado, como atrás indicado, «A nova Diocese e o seu 1.º Bispo». Começa assim:

A augusta e vetusta Vila Real, nobre porque nenhuma outra ostenta mais autênticos pergaminhos e antiga porque, como poucas, a sua história, cheia de gloriosas tradições, se perde nos longes em que a nacionalidade surge; senhora legítima de todas as glórias da pristina Panoias; Vila, porque já em 1327 de D. Diniz recebera o 1º foral de Vila Real, porque o mesmo rei lhe concedeu o privilégio de ser sempre da Corôa; a nobre princesa transmontana cinge hoje a sua frente com um novo diadema oferecido pelo Augusto Chefe da Igreja, o de capital duma nova Diocese.

Exulta hoje a nobre capital e nenhum filho seu deixará de sentir também, no arfar violento do seu coração, um alvoroço insólito, extranho

e carinhoso, ao ver a terra, em que nascera, nobilitada e a par das primeiras cidades.¹

Quanto a estilo acho que estamos conversados, mas não resisto a transcrever umas frases posteriores:

[...] Até os ossos, já carcomidos e lançados às escorentezas do olvido, de muitos filhos ilustres de Vila Real, que a morte já arrebatou e cujos nomes o verme do tempo ha roído na memoria dos povos, que não tiveram a consciencia de perpetual-os como era dever seu, hoje exultarão tambem, na mesma sepultura, ao ver assim engrandecida a terra que tanto amaram.²

Das apreciações feitas é legítimo concluir que Luís Castelo Branco possuía dois *modi vivendi*. Se a prática sacerdotal lhe impunha rígidas normas de conduta, as vestes negras escondiam um interior claro, alegre, brincalhão, com sentido de humor e ironia. As palavras que dirigia aos homens do seu quotidiano rural vinham no dicionário dos afectos, da solidariedade, da humildade, da disponibilidade, da simplicidade.

Não era pároco da freguesia porque a voos mais altos era chamado mas, quando passava temporadas em Vilarinho, rezava missa todos os dias no altar de Nossa Senhora por quem tinha grande devoção. Na frontaria da igreja da aldeia uma lápide em granito homenageia o orador sacro por altura do seu jubileu sacerdotal. Jaz num jazigo do cemitério local encimado por palavras ainda legíveis.



É ainda João de Araújo Correia que atesta uma característica do Padre Luís. Apesar de todo o valor moral e intelectual que lhe era reconhecido, da admiração que a igreja nutria pelos seus dotes oratórios, pela fidalguia do seu trato, nunca aspirou a trepar degraus na hierarquia eclesiástica.

[...] Sobrinho de dois conselheiros, cada qual com seu poderio, no crepúsculo da Monarquia, teria sido bispo se quisesse ser bispo. Mas, não

1 Ortografia original.

2 Ortografia original.



quis ser mais que padre. Nem as meias vermelhas de cônego lhe apeterceram, nem sequer a vara de pastor paroquial. O cabeção, que usou até o fim, não era coleira que o prendesse a nenhuma espécie de disciplina. Padre sem peias, em Vilarinho da Samardã, isso sim... Optou por esta posição como soldado que não tivesse divisas. [...]

(in *Pontos Finais*)

Referências bibliográficas:

- *A Voz de Trás-os-Montes*, 24.3.73 e 3.4.97.
- CABRAL, Alexandre, *Dicionário de Camilo*, 1989, Editorial Caminho, Lisboa.
- CORREIA, João de Araújo, *Pontos Finais*, 1975, Imprensa do Douro, Régua.
- Idem, *Nuvens Singulares*, 1975, Imprensa do Douro, Régua.
- Idem, *Uma Sombra Picada das Bexigas*, 1973, Editorial Inova, Porto.
- FONTE, Barroso da, *Dicionário dos Mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, 1998, Guimarães.
- OLIVEIRA, João Barroso de, *Os Cinquenta Anos do Seminário de Vila Real*, 1983, Minerva Transmontana, Vila Real.
- *O Vilarealense*, 15 de Março de 1973.

Viagens à roda de Camilo

A. M. Pires Cabral

*Em 1990, ano do centenário da morte de Camilo Castelo Branco, entre 2 de Fevereiro e 3 de Julho, publicámos nas páginas do **Jornal de Letras**, a pedido deste, uma série de crónicas camilianas. Pareceu-nos adequado dar-lhes divulgação a nível regional, reproduzindo-as neste número da Revista **Tellus**.*

Os dois gigantes

(2 de Fevereiro de 1990)

Por mais que excogite, quando me ponho a querer recensear os gigantes da literatura de ficção portuguesa — digo, portuguesa de lei, marcada com o ferro da nossa identidade nacional; e não vai nisto, juro, nenhum chauvinismo, mas tão-só a escolha de um ponto de vista —, não me acodem à chamada mais que dois: Camilo e Aquilino, Aquilino e Camilo.

Qualquer dia acudirão três. Debaixo dos nossos olhos, um terceiro gigante está *in fieri*, e mostra arcaboço bastante para ombrear com os outros dois: Agustina. Mas a essa, justamente porque está ainda em trabalho de construção, e tarde parará, não queria por ora, nem convém ao sermão que trago encomendado, metê-la no mesmo saco.

Com perdão de muita gente, deixarei também de fora Eça de Queirós, o mais requintado de todos, porque, tirante a matéria-prima da língua e duas ou três personagens, dois ou três ambientes, pouco haverá de inequivocamente

português na sua obra. Com perdão de outros, deixarei ainda de fora Miguel Torga, porque falta à sua obra a extensão física que também é condição de gigantismo; ou Fernando Namora, porque nunca, nas suas páginas, vi reluzir uma centelha de génio, mas apenas talento — o que já não é pouco, mas não basta. Os contemporâneos, os feros e conspícuos contemporâneos a quem ainda é possível pedir autógrafo na Feira do Livro, tão-pouco os meterei no saco, prudentemente: ainda é cedo. Nada. Gigantes, gigantes, o que se chama mesmo gigantes, só aqueles dois.

Têm muita coisa quase em comum, os dois colossos. Quase. Porque, assim como não há duas folhas de árvore iguais, já lá dizia o naturalista, por maioria de razão não há dois homens iguais. Estamos às vezes tentados a dizer: iguazinhos. Mas logo nos salta à vista o pormenor que desacata a semelhança, como se contemplássemos duas estampagens feitas com o mesmo carimbo: um pouco mais de tinta nesta, um ponto ou um traço omissos naquela. No fundo talvez seja tudo uma questão da pressão com que se carimba, e a diferença esteja em nós, portanto. Não importa: nada é exactamente igual. Apenas quase. O quase que vai, por vezes, do ovo ao espeto.

Desde logo o fadário da escrita. Ia dizer o vício, e depois sucumbi à pressão da idiossincrasia nacional, que remete tudo para as instâncias imponderáveis da fatalidade, e acabei por dizer fadário. Pois bem: em Camilo foi mais fadário do que vício, em Aquilino mais vício do que fadário.

Dir-se-ia que têm também em comum a vida aventureira, corrida de medos ou de ideais. De novo aqui convém separar: medos em Camilo, ideais em Aquilino. Camilo andou toda a vida perseguido dos fantasmas da bastardia, da pobreza, do encarceramento, de todas as doenças e da cegueira em particular — os seus medos. Aquilino foi preso e evadiu-se, exilou-se e regressou, amparado pelos ideais de abominação da tirania.

Têm ainda em comum, dir-se-ia, a paixão devoradora dos livros. Teriam. Mas a sua relação com eles é diversa. Camilo leva a vida inteira a coleccionar laboriosamente livros e, quando a desfortuna o obriga a leiloá-los, por duas vezes, solta grande soma de queixumes, como quem se vê amputado. Aquilino, menos batido da desgraça, se calhar nada batido da desgraça, consegue fazer dos livros profissão e vive confortavelmente rodeado deles. Depois, Camilo é mais leitor do que estudioso, Aquilino mais estudioso do que leitor. Camilo faz um uso utilitário das suas leituras: toma-as como pretexto para construir as suas ficções. Aquilino faz um uso sumptuário: aproveita muitas vezes as ficções como pretexto para exhibir as leituras.

Mas o que os afasta decididamente, aquilo em que não chegamos a ver semelhanças que nos iludam, é mais vasto e significativo. Demos, por exemplo,

uma espreitadela às prestações respectivas. Camilo é como uma cordilheira. Aquilino é como uma planície. Camilo é imprevisível, desigual: a cumeada em sobressalto da montanha. Aquilino é fiável (como se diz hoje dos carros): o horizonte tranquilo da planície. Por outras palavras, Camilo é um mar onde se pescam pérolas, e muitas vezes não se pesca nada. Aquilino não será um mar tão fundo e tão perlífero, mas a pesca está mais garantida: nunca se traz a rede vazia de todo, e em Camilo pode acontecer.

Já como massa humana eles são, à partida, diferentes. Camilo é volúvel, impressionável, influenciável. Aquilino é inteiriço, obstinado, homem de uma peça só. Camilo é um sentimental, reduz tudo aos esquemas precários do coração, mesmo quando, por blague, lhe associa ou sobrepõe a cabeça e o estômago. Aquilino é um sensual, rege-se pelos mecanismos não menos instantes, mas decerto não tão subtis, do instinto. Camilo tem a visão estóica da vida, que procura disfarçar às vezes na pequena deslealdade dos *happy ends*: no humor não vai além do sarcasmo, o riso dos azedos. Aquilino tem a visão hedonística, que com outra tanta pequena deslealdade, quer às vezes dissimular de drama e salpicar de lágrimas: o seu humor é o picaresco, o riso dos deliciosos.

O rol podia ir muito longe, e quem sabe onde o levaria uma análise sistemática de crítico encartado (em literatura e em vida, que às vezes me parecem uma só coisa) — nanja por um leitor ocasional e quase sempre desatento, como é desgraçadamente o caso do autor destas linhas.

Uma biografia incómoda

(20 de Março de 1990)

Como decíamos ayer, Camilo e Aquilino são os únicos verdadeiros gigantes da ficção, decíamos, portuguesa de lei — e sabe Deus como o decíamos sem preconceitos nacio=nalistas, tão absurdos quanto inúteis, tão inestéticos quanto ridículos.

Não se chegaram a conhecer, os dois colossos. Contingências temporais: quando Aquilino nasceu, em 1885, ali para as bandas montesinhas de Sernancelhe, já andaria aquele vulto taciturno de Camilo vagueando pelos pinhais gementes de Ceide, a parafusar na melhor maneira de depor, juntamente com o fardo da vida, o fardo do infortúnio, do tédio e da cegueira galopante. Não confessou ele algures que a ideia do suicídio o visitava desde os dezoito anos? Pois ali tinha o pretexto.

Não se conheceram, pois. Mas um encontro entre ambos tinha de se dar inevitavelmente. E deu. Deu-se nas mais de mil páginas do *Romance de Camilo*,

a biografia mais incômoda e que mais engulhos e iras acendeu por esse bairro das letras fora. É uma espécie de ajuste de contas de Aquilino com a sombra de Camilo. Um ajuste de contas unilateral, monológico, obsessivo, em que Aquilino esconjura e porventura se vinga das feridas que a leitura de Camilo lhe rasgou na carne.

Neste encontro memorável, espécie de duelo com o ausente, Aquilino solta os cães do ciúme, do despeito de oficial do mesmo ofício? Nem tanto: a sombra de Camilo não o ameaçaria a esse ponto. É certo que, ao longo do monólogo, muitas vezes adivinhamos que Aquilino responde a perguntas que o espectro de Camilo lhe propõe. E as respostas nem sempre serão lisonjeiras. Camilo não teve, como vimos — apodrecia há mais de sessenta anos no seu gavetão da Lapa —, oportunidade de responder ao verdadeiro requisitório em que por vezes parece transformar-se a biografia. Sorte para Aquilino. Porque, se Camilo por absurdo tivesse lido algum dia a obra, não será temerário antever o mesmo que o próprio Aquilino antevê num ensaio sobre Eça e Camilo: «O jarretas de S. Miguel de Ceide, percluso das faculdades físicas, mas não das espirituais, ter-lhe-ia escaqueirado a vidraça insolente da ironia e do monóculo, oh, se teria!» Descontem-se o monóculo, que Aquilino, contrariamente a Eça, não usava. Mas retenha-se a insolência ou o que, por se parecer tanto com insolência, Camilo havia de tomar por tal: uma certa acrimónia, uma tal ou qual severidade de julgamento e temeridade de interpretação, que não haviam de ser gratas ao peludo jarretas de S. Migue! de Ceide e o fariam voltar o temeroso porrete para o desforço. Não digo que Aquilino não fosse homem para se defender com brio, mesmo para contra-atacar e fazer a sua moessa nos costados do adversário. Nunca foi homem de voltar costas. Mas, feitas as contas da gaze e da arnica, Camilo sairia vencedor da rixa, como saiu de todas em que entrou, mesmo quando desapoiado da razão. Mais certo não canta um galo.

Bem vistas as coisas, e acalmado o polvorinho, bem pode acontecer que este ressaibozinho algo perverso e escandaloso das sínteses e intuições de Aquilino seja cisco, que só toma vulto pelo contraste com o geral das biografias e afins de Camilo, um coro mais ou menos afinado de oxalás ao Mestre. Alberto Pimentel, António Cabral, Ricardo Jorge, Sousa Costa, estavam como ajuramentados ao culto de Camilo. Em atenção ao génio, alguma coisa terão limado, omitido, porventura inventado. Há algo de subserviente nas suas prosas. É que eles viam Camilo de baixo. O ponto de vista de Aquilino era outro. Ele encosta-se ombro com ombro com Camilo e encontra-se da mesma igualha, sem sequer ter precisão de se pôr em bicos dos pés. E reclama-se de uma dignidade idêntica e assume-a sem constrangimentos de falsas modéstias — e é este reclamar e este assumir que dão o tom altivamente independente, lavado de louvaminhas, aos seus juízos.

É uma afirmação de estatuto. Uma demarcação de território.

Seja como for, *O Romance de Camilo* é uma biografia por vezes implacável, às vezes chocante. Mesmo para quem não morra de amores por Camilo. Imagine-se agora o efeito que não teria tido nos apaniguados, nos corifeus, nos fiéis do cartucho do incenso. O uso acintoso de tintas carregadas no pintar dos aleijões, os processos de intenção, a antipatia mal velada, irritaram e mobilizaram a aguerrida hoste camiliana. Muito manifesto de desagravo se redigiu então, com a indignação e o proselitismo assanhado de quem limpa o pedestal do santo da caca arremessada pelo profanador. À frente do batalhão vinha Sousa Costa, escritor aliás estimável e prolífico quase tanto como os dois gigantes, mas falho da centelha do génio. Ainda assim, Sousa Costa era vinho de outra pipa, comparado com o grosso dos plumitivos que vieram a terreiro.

A estes, gostava Aquilino, sardónico na sua superioridade e no seu desprezo, de chamar beócios e capadócios, ou então zoilos, consoante estivesse virado para o clássico ou para o vernáculo. No prefácio que, apesar de tudo, o babaréu geral o forçou a incluir na edição de 1961, chama-lhes mais: «(...) os sectários de credos batidos em brecha, os parvajolas das ideias feitas, os sucateiros das letras que desbastam o papel almaço, e certa ordem de coleópteros, como os que rolam a maçã camiliana». A maçã do escaravelho é, como sabemos, uma bola de excremento. Não andaré aqui desacato a Camilo, disfarçado em desacato aos seus incondicionais, gato escondido com rabo de fora? Talvez não. Talvez ande antes um tributo ao velho escritor: a imagem do escaravelho que rola diligentemente o pelouro de esterco, ia jurar que se pode ler algures em Camilo; a truculência dos chamadoiros e do desdém é camiliana também. Teria o espírito caceteiro do jarretas vindo em socorro de Aquilino, justamente no momento em que este sacode as acusações de lesa-Camilo? *Les beaux esprits...*

Não deixava de ter graça.

O bisconde

(5 de Junho de 1990)

Tenho à minha frente duas caricaturas de Camilo por Rafael Bordalo Pinheiro. Uma delas é a do *Álbum das Glórias*: caricatura comedida, quase reverente, mostra-nos um Camilo meio sorumbático, apoiando a hipocondria à bengala companheira, numa pose com o seu tudo-nada de *négligé* no modo como abre a casaca para enfiar a mão esquerda no bolso das calças. Dir-se-ia que assoma à porta da casa Moré, a ver no que param as modas, nas ruas provincianas do Porto, mas tem o sentido posto nalguns direitos de autor que tardem a entrar em



cofre. É, em todo o caso, mais um retrato do que uma caricatura, como convém ao respeitoso álbum a que se destina.

A segunda caricatura é vinho doutra pipa. Aí sim, vem à tona a poderosa veia satírica de Bordalo Pinheiro, irritante e cáustica como uma folha de urtiga. É menos cuidada, mais feita ao correr do lápis, porque já o próprio suporte é mais efêmero, menos nobre: veio publicada nos *Pontos nos ii* de 2 de Julho de 1885. Mostra-nos Camilo em confronto com o seu alter ego, o escritor escanzelado expulso de casa às ordens do bisconde tosco e obeso: «Francisco! Põe-me com dono esse pintalegrete d'esse escrebinhador! Eu sou bisconde e num me entendo com os astrólogos da letra redonda!...» É uma *charge* deliciosa. Não porque corresponda necessariamente a uma realidade objectiva: foi publicada quinze dias apenas depois da viscondização, não havia tempo ainda de observar tal comportamento no novel titular. Corresponde pois, quando muito, a uma intuição do caricaturista. Mas nela se adivinha o confronto que nem sequer terá sido pacífico entre duas pulsões fundamentais em Camilo: a dignidade da escrita contra a dignidade aristocrática, o primado do espírito contra o primado do sangue e do ouro. O picante está em que Bordalo Pinheiro presume a vitória dos

segundos contra os primeiros, ao transmutar Camilo num daqueles disfrutandos barões da *Corja*.

Mas a caricatura é seta disparada contra um segundo alvo: contra a leviandade com que a coroa vendia títulos ao primeiro brasileiro boçal que os requeresse, com o pé no estribo do dinheiro, maxime o patacas, com trabalho, astúcia e desenvoltura bem minhotos. A facilidade com que então em Portugal se barateavam títulos vem já expressa na blague atribuída a Garrett:

– *Foge, cão, que te fazem barão!*
– *Mas para onde, se me fazem visconde?*

Alexandre Cabral, nesse vademecum do camilianismo que é o *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, sustenta que a luta de Camilo pelo viscondado tem como móbil principal «a conquista do seu direito à reforma, a recompensa da labuta sem folga de escritor público, exercida e exemplarmente desempenhada no transcurso de 40 anos de trabalho.» Talvez. A fortuna foi-lhe sempre madrasta. Camilo carpia-se e desesperava a cada passo. Testemunhos, alguns bem pungentes, da sua preocupação com o futuro dos filhos dá-os às carradas nas milhentas cartas que escreveu a este e àquele. De uma carta de 1870 a Vieira de Castro: «Eu há seis meses que vergo a um peso imenso de desventura, trespassado de dores de corpo e alma, e a sentir ainda sobre o coração o peso destas duas crianças.» Pouco tempo depois, ao mesmo destinatário: «Se estas crianças me não tivessem como chumbado neste grilhão de sofrimentos, eu pedia a Deus licença para me dispensar do peso da vida.» E ainda mais tarde: «Tenho andado duas léguas no âmbito do meu quarto, e não consigo acalmar a febre nervosa que me faz o pensar na impossibilidade em que me vejo de fugir para sempre deste infame país com os meus pobres filhos.» São rugidos de fera doente que se vê e deseja para calar a fome dos cachorrinhos. Que admira que o homem que passou quarenta anos amarrado à banca, com uma pala sobre os olhos, a suar e tressuar aflições para ganhar o mais amargo dos pães nossos de cada dia, desenvolva um tal ou qual sentido videirinho da existência e lance mão de todos os expedientes para que o futuro (leia-se o futuro dos filhos, porque pelo próprio tem Camilo um desprezo que enuncia a cada passo e vai exercitar definitivamente em 1 de Junho de 1890), o futuro, dizia, lhe pareça um pouco menos carregado?

O viscondado, não sendo em si mesmo uma fonte de rendimentos, abria caminho à pensão. Era pois um investimento no futuro, que não lhe podemos levar a mal em nome da arte ou de qualquer outro princípio assim idealista. Mas era também, creio, um trunfo para o presente: a reparação da injustiça de o rei não ter nobilitado mais cedo aquele que a voz pública dava como o primeiro

escritor português e que algumas vozes privadas, repercutidas com bacoca convicção por Alberto Pimentel, davam como descendente de Fruela ou Pelágio ou qualquer outro assim venerando avoengo.

Com efeito, Camilo tinha-se por duplamente merecedor da nobilitação: pelo labor literário de toda uma vida e pelas fumaças de fidalguia que já seu pai lhe teria incutido na primeira infância. O primeiro motivo era perfeitamente atendível: Garrett e Castilho, por exemplo, tinham sido despachados viscondes, e nenhum deles florea obra que se avantajasse à de Camilo. Já a toleima aristocrática pouco crédito terá merecido nas chancelarias. Mas, com razão ou sem ela, a verdade é que Camilo não perdia maré de soprar o clarim. «Aos meus dez anos», diz ele nas *Duas Horas de Leitura*, «levantou-se uma tempestade no seio da minha família. Uma vaga levou meu pai à sepultura; outra atirou comigo de Lisboa, minha pátria, para um torrão agro e triste do Norte; e a outra... Não merece crónica a outra: arrebatou-me um esperançoso património. Foi bem pregada a peça para que eu não tivesse a impudência de nascer, a despeito da moral jurídica, filho bastardo de não sei que nobre.»

Já no *Amor de Perdição*, onde anda tanto material biográfico credível de cambulhada com inverdades de bradar aos céus, arranja uma maranha para explicar a ausência de brasão na Casa dos Brocas, seus antepassados, na antiga Rua da Piedade, em Vila Real, ausência que, pelos vistos, o devia incomodar como pedra em sapato: «Domingos Botelho [seu avô paterno] mandara esculpir em Lisboa a pedra de armas; D. Rita, porém, teimara que no escudo se esquartelassem também as suas; mas era tarde, porque já a obra tinha vindo do escultor, e o magistrado não podia com segunda despesa, nem queria desgostar seu pai, orgulhoso do seu brasão. Resultou daqui ficar a casa sem armas e D. Rita vitoriosa.»

E, entre os numerosos pseudónimos que usou, não consta este, a um tempo premonitório e psicanaliticamente consequente, de Visconde de Qualquer Coisa? Para conseguir a nobilitação, Camilo sugeriu, insinuou, pediu, suplicou, desdenhou, moveu influências, ameaçou os Braganças, passou-lhes a mão pelo pêlo. E o despacho não vinha. As razões para a tardança deviam andar à roda daquela que o bispo Alves Martins lhe declarou com todas as letras: a mancebia pública, notória e escandalosa. O trono traficava títulos a qualquer patarata de letras gordas e burra mais gorda ainda; mas ofensas aos bons costumes maritais não tolerava. Quem pretendesse um título tinha de andar em dia com os mandamentos da Santa Madre Igreja. Depois, haveria também no caso algum ressentimento de D. Luís para com o romancista, que por sua vez não escondia a animosidade para com a dinastia e o menosprezo pelas tentativas literárias do monarca. Pois não escrevera ele algures: «Os nossos reis são uns empregados

públicos que não podem construir nem destruir nada, excepto Shakespeare»? O despeito artístico, dizem, é daqueles que tarde ou nunca esquecem.

Seja como for, em 1885, os escrúpulos ou o despeito do rei esmoreceram — e a desejada carta de mercê chegou enfim, com quinze anos de atraso. Aos sessenta, Camilo estava visconde. Mas com que secretas repugnâncias, santo Deus? Olhando em roda, via-se acompanhado na honraria por bem indesejáveis companheiros: os *biscondes* da Trindade, do Granjão, das Hortas, toda aquela cáfila de ignorantísimos titulares cujos títulos haviam sido comprados não com a moeda do talento mas com moeda propriamente dita, e que Camilo tinha levado uma vida a copiar nos inefáveis barões do Rabaçal, de S. Cucufate e outros que tais, de grandes ventres, grandes joanetes e grandes cachuchos nos dedos.

E pois não é que aquele velhaco daquele caricaturista o retrata exactamente assim: todo cachuchos, joanetes e ventre?

Ah, vida cadela, ah, prosápias de fidalguia, a quanto obrigais!

A carbonária de Vila Real

(3 de Julho de 1990)

Um jornalista do *Público* — aliás um excelente profissional — escreve na edição de 1 de Junho de 1990, centenário do tiro, esta coisa algo espantosa: «Todos os anos, no Verão, dezenas de camilianos juntam-se em Vila Real de Trás-os-Montes para, mais do que lhe estudarem a obra, prestarem vassalagem ao génio». Lhe — a Camilo, evidentemente.

Esta leitura das Jornadas Camilianas não sei exactamente com que argumentos se autoriza. Quanto a mim, não a levo à paciência: é redutora do que realmente se passa em Vila Real e portanto pouco lisonjeira, não só para quem organiza as Jornadas como para quem nelas participa. Se — é um supor — as comunicações ali apresentadas tivessem títulos como, por exemplo, “De como Camilo, mesmo estando sentado, parecia que estava em pé” ou “Camilo — para quando a canonização?”, reconhecer-se-ia facilmente que o que estava em causa, no Verão quente de Vila Real, era de facto um ritual de vassalagem, um preito irracional ao génio de Camilo, e que aqueles bizarros camilianistas (poder-se-iam sequer dizer camilianistas, em tal caso?) se estavam borrifando para o estudo da obra do escritor.

Mas não. O que se ouve em Vila Real, todos os anos pelo Verão, são textos com títulos do género (cito alguns ao acaso, pedindo ao Leitor que acredite que noventa e nova vírgula nove por cento regulam por isso mesmo): “Processos de caracterização das personagens camilianas” (Maria de Lurdes Ferraz, 1986);

“Coração, Cabeça e Estômago: uma impossível unidade” (Maria Bernardette Herdeiro, 1985); “Da realidade à ficção na novela camiliana” (Aníbal Pinto de Castro, 1985); “Introdução à novela *O Sr. Ministro*” (João Bigotte Chorrão, 1989); “*Vulcões de Lama*, na versão camiliana do Naturalismo” (Óscar Lopes, 1989); “Sedução e mimetismo na *Queda dum Anjo*” (Cristina de Almeida Ribeiro, 1989); “A condição pós-Camilo” (Abel Barros Baptista, 1988). Claro que não se pode impedir as pessoas de declararem, se lhes apetece ou vem a talho de foice ou prova a tese, que Camilo tinha um génio e o exercia; não se faz censura, nas Jornadas Camilianas. Mas nunca me pareceu entrever, fosse em que comunicação fosse — e já lá vão umas sessenta! —, que o seu autor tivesse mais por fito prestar a tal vassalagem ao dito génio do que contribuir para o melhor conhecimento da obra de Camilo. A revista *Tellus*, que vem arquivando as comunicações produzidas, está aí que não me deixa mentir: consulte-se.

Pelo que toca à componente, digamos, académica (ou, se este adjectivo desencadeia pulsões negativas, digamos então antes científica), estamos pois conversados. Mas as Jornadas é verdade que não são só ciência: têm sempre, como as medalhas, um reverso — festivo, lúdico, irreverente. Há *sketches*, pequenos *happenings*, rábulas, cenas ao vivo com Camilo e os que com ele interferiram. Será por aí que se insinua o vírus da vassalagem?

Vejamos. Que Camilo foi mostrado, ano por ano? O escritor coroado de louros, solidamente instalado no Parnaso como vilão em casa de seu sogro — ou o homem de carne e osso, esgrouviado e pelintra, a quem tudo acontecia, desde sovas na via pública a casamentos prematuros e raptos mal e bem logrados? Justamente não vimos em 1988 um Camilo em fúria maior do que a do Cristo chicoteando os vendilhões, arrojando para o caixote do lixo a lápide com o que queriam honrar, e reclamar antes que o lessem, melhor e mais grata homenagem do que as lápides e discursos com que, essas sim, se prestam vassalagens? E não está tudo isto afinal de acordo com o programa das Jornadas, claramente exposto na abertura da primeira edição: «Espiolhar — não. Canonizar, prestar culto — tão pouco. Ler, estudar, compreender, admirar — isso sim»? Foi dito isto em 1984 e tem sido cumprido escrupulosamente desde então.

Continuo pois sem saber onde está a vassalagem. Estará ela — já que parece não estar, como vimos, nas Jornadas em si mesmas — na suposta atitude devocionária das dezenas de camilianos que vão a Vila Real todos os anos pelo Verão? Não posso responder pelos outros, nem mover-lhes processos de intenção. Porém uma dúvida se instala: se é liturgia o que buscam e se as Jornadas claramente não lha proporcionam credível e os reenviam pois insatisfeitos aos seus lugares de origem — o que faz tantos deles reincidir no ano seguinte? Porque a verdade é que são como as andorinhas, regressam quase sempre. Logo, devem

buscar outra coisa, que não liturgia: água para outra sede.

Não nego que possa haver, entre os jornadeantes, alguns que não compareçam senão ao cheiro do incenso que julgam se queimará por Camilo. Há sempre desvios em relação à norma, franjas de marginalidade. O que afirmo é que o camiliano médio destas Jornadas, é, não o turibulário, mas o professor que entende útil para a sua actividade lectiva um mais profundo estudo de Camilo. Não encomendei sondagens nem estatísticas sobre isto; mas aposto, dobrado contra singelo, que assim é com efeito.

Num outro artigo publicado no mesmo jornal, em 20 de Março de 1990, o jornalista dá-nos duas pistas para compreendermos melhor o seu ponto de vista. Fala, a abrir, na «investidura de novos membros na Confraria Camiliana». E, já próximo do final, fala no «canto colectivo do hino da Maria da Fonte».

Ambas as coisas, com efeito, ocorrem nas Jornadas Camilianas. Mas haja Deus. Nenhuma delas é, como o jornalista parece acreditar, um ritual sério, estruturante, das Jornadas. Bem pelo contrário, são ambos justamente encenações escarninhas; são o próprio exorcismo, pela caricatura, de tentações de culto; são emanações da conformação lúdica que deliberadamente é dada às Jornadas, por se acreditar que só na alegria e na quebra das penosas praxes tradicionais é que estas coisas valem a pena.

Uma coisa é pois reconhecer que as Jornadas ousam a alegria e a transgressão, outra é tresler essa prática da alegria e esse prazer da transgressão em cerimoniais mistagógicos. Uma seita organizada, com hino e tudo — a boa gente que vai todos os anos pelo Verão a Vila Real? Uma máfia, uma carbonária? Livra! Ele não senhor!

Sei que os tempos que correm são complexos e que às vezes é necessário ir buscar explicações a cascos-de-rolha. As formulações da sociologia e da antropologia estimulam certas demasias semióticas. Mas as Jornadas Camilianas foram um acontecimento importante, pioneiro, que ao longo de seis anos lembrou pacientemente, tenazmente, um escritor quase esquecido, preparou a opinião pública e rompeu o caminho para a festa que se faz este ano em toda a parte à roda de Camilo. Não as malsinem de coisa meio iniciática. A venera da Confraria Camiliana é um pedaço de chapa de alumínio que ninguém leva a sério; a minha sumiu-se-me não sei onde nem como, e não me encontro particularmente infeliz por causa disso. Quanto ao hino da Maria da Fonte, que se ouve de cambulhada com muitas outras coisas que o jornalista não refere, canta-se, não para reeditar o tal «grande partido nacional», mas sim pelo mesmíssimo motivo por que Camilo deu certa vez aos foles do órgão da igreja de Leça do Balio. Eu cito: «(...) e fui dar aos foles do órgão, para o meu companheiro tocar o hino da Maria da Fonte, coisa por que damos um cavaco, como não há coisa por que

mais cavaco se dê» (in *O Nacional* de 7 de Março de 1849). Por mim, por uma Maria da Fonte bem berrada a plenos pulmões, lavados de catarros e miasmas depois de uma visita ao Fojo do Lobo, eu daria de bom grado não só um Cavaco, como um Nogueira, um Peneda, um Beleza, um Pinheiro e *tutti quanti*.

Cartas da Bila

Sebastião Bravo

Em 6 de Março de 1988, um domingo, à uma e um quarto da tarde, ouviu-se, lida pelo excelente profissional que era Augusto Macedo, aos microfones da então chamada RDP – Rádio Alto Douro, da Régua, a primeira de uma série de crónicas semanais sob o título genérico de Cartas da Bila – Correspondência enviada por Sebastião Bravo a seu amigo Serafim Calado sobre os tempos que passam.

Sebastião Bravo era, evidentemente, pseudónimo do autor ignoto, mas que demonstrava ter certa cultura e desenvoltura de estilo. Do mesmo modo, Serafim Calado seria nome fictício. Os nossos esforços, muitos e aturados, para desvendar a identidade do remetente e do destinatário das cartas não foram coroados de êxito. O que não significa que, quanto ao primeiro, não tenhamos naturalmente as nossas suspeitas.

As cartas tratavam de assuntos da actualidade, não só local e regional, mas também nacional e até por vezes internacional.

Adquirimos em tempos num alfarrabista do Porto e conservamos ciosamente em nosso poder uma plaquette com as sete primeiras cartas. A plaquette saiu dos prelos da Minerva Transmontana em Maio de 1988, com a indicação de que se tratava de uma 1.ª Série — indicação que permite pensar que pelo menos estava prevista a publicação de outras séries, se é que não vieram mesmo a ser publicadas. Aliás, nesta esperança, vasculhámos todas as bibliotecas públicas e algumas particulares de Vila Real, assim como os catálogos de dois ou três alfarrabistas. Debalde. Não apareceu qualquer outra série.

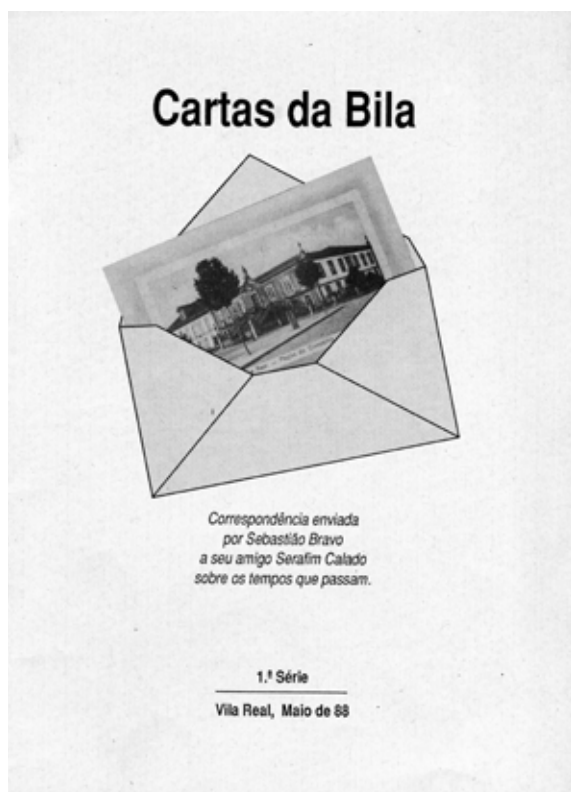
Contudo tivemos a sorte de, inopinadamente, nos virem ter às mãos,

oferecidos por um Amigo generoso cujo nome (a seu pedido) não divulgaremos, os originais dactilografados das crónicas — mais de seis dezenas delas. Trata-se de cópias tiradas a papel químico — na altura ainda esta coisa das fotocópias não estava vulgarizada como hoje. As cópias encontram-se bastante degradadas, rasgadas, engelhadas, com picos de humidade, e algumas delas borradas e aqui e ali ilegíveis ou quase.

Dado o óbvio interesse das cartas, começamos neste número a publicá-las nas páginas da Revista Tellus. Passados quase trinta anos, é natural que as façamos acompanhar de algumas notas que permitam contextualizar melhor factos nelas referidos, hoje difíceis de identificar. Contudo, devemos prevenir que nem sempre esses factos são hoje facilmente reconstituíveis, pelo que passarão sem anotações, deixando à responsabilidade do Leitor interessado a necessária investigação.

Damos início à publicação com as sete cartas que foram inseridas na plaquette atrás referida.

PC



1ª CARTA:

*Sobre a guerra, e as guerras que andam
e não andam cá pelas capitais do Nordeste*

6 de Março de 1988

Meu caro Serafim:

Vivemos — não é novidade para ninguém — uma época belicosa. Há guerras por toda a parte. Mal se apaga uma aqui, acendem-se logo duas acolá. Isto é muito bem capaz de ser a tal terceira guerra mundial de que alguns falam; só que, em vez de lutar tudo ao mesmo tempo, lutam agora uns, mais logo outros, depois outros ainda, e assim por diante, até a guerra dar volta às nações todas do planeta. É assim a modo de uma guerra mundial repartida, escalonada segundo os mais modernos e acreditados métodos de gestão. Não o duvides.

Portugal já teve, ultimamente, o seu quinhão com a Guerra Colonial, e agora, civilizadamente, deu a vez a outros: Afeganistão, América Central, Golfo Pérsico... E, enquanto não nos toca de novo, para não perdermos de todo o treino, vamo-nos envolvendo em guerras e guerrilhas domésticas. E assim é que, depois de várias outras, se anuncia agora a guerra dos Milímetros, entre o Governo e a UGT. É uma guerra para ver quem recua menos: Cavaco Silva ou Torres Couto¹. Veremos quem a ganha — ou se perdemos todos, feitos um país de caranguejos.

Aqui pela Bila, Serafim, não andam de momento acesas quaisquer guerras, que a gente saiba. Digo “que a gente saiba”, porque às vezes as guerras já andam a rolar, surdas, e a gente ainda não deu por nada. De qualquer maneira, os políticos — a classe mais belígera — parecem apaziguados, depois da célebre queixa à Alta Autoridade. Não há querelas sensacionais em tribunal, polémica entre escritores, desaguisado entre instituições. Já ninguém se lembra de quando ouviu o último tiro no bar do Cabanelas ou assistiu à última cena de porrada juvenil nas arcadas do Pioledo. Em suma: em tempo de guerras — na Bila reina a Paz!

Outro tanto parece que não se passa em Bragança, onde se exaltam ânimos e extremam posições entre os eclesiásticos, apartados em novíssimo cisma. A gente não chega a perceber bem o que se passa. Mas parece que o Bispo, D. António Rafael, traz à perna alguns decanos do clero braganção — ou vice-versa. Bragança está uma nova Elvas — cidade onde, como debes estar lembrado das aulas de Português do antigo 7.º ano, com o Dr. Bessa Monteiro, estalou no séc. XVIII tremendo pleito entre o Bispo e o Deão Lara, por via de um inocente hissope. Cartas anónimas, comunicados, desmentidos, contar de espingardas —

1 Ao tempo, o primeiro-ministro e o secretário-geral da UGT, respectivamente.

de tudo um pouco se vê à sombra da velha Sé. E a cidade ferve, toma partido, indigna-se e envergonha-se.

Numa instituição tão disciplinada como a Igreja e numa cidade tão conservadora como Bragança, é obra esta rebelião! Mas, vendo bem as coisas, cismas sempre houve na história eclesiástica. Prisciliano, Martinho Lutero, Monsenhor Lefèbvre... E não anda o bom Papa João Paulo II volta e meia à nalgada aos contumazes padres sul-americanos, por mor daquela coisa esquisita da teologia da libertação? Com tantos exemplos ilustres, que admira que Monsenhor Ruivo e Monsenhor Melenas percam a cerimónia ao seu Bispo e zurzam nele como em centeio verde? Pena é que não zurzam com mais gramática e elegância... D. António defende-se, brandindo o báculo e chamando-lhes tresloucados. Tal vai de artilharia!

Lá se avenham. Ou, para usar uma linguagem desportiva, que ganhe o melhor. Se é que alguém pode ganhar quando a compostura se perde. Não achas, Serafim?

Bem haja a Bila, onde os dois Bispos que há² não podem ser mais benquistos do clero — como de quando em quando se encarrega de nos lembrar “A Voz de Trás-os-Montes”.

Um abraço pacífico do teu amigo do peito,

Sebastião

* * * * *

2.^a CARTA:

*Sobre como a Bila está uma cidade,
mas tem às vezes muito de aldeia*

13 de Março de 1988

Meu bom Serafim:

Estás lembrado, querido companheiro de infância, do que era a Bila nos nossos tempos de catraios? Onde isso vai... Mas eu guardei tudo na memória, tudinho. Nem o coronel Chico Costa!³ Basta eu querer — e as cenas desse tempo

2 Refere-se a D. António Cardoso Cunha, bispo residente, e D. Joaquim Gonçalves, bispo auxiliar, que cerca de três anos depois, em 1991, passaria a bispo residente.

3 Militar apumado e figura popularmente muito estimada de Vila Real. Escreveu centenas de crónicas na imprensa regional sobre a Vila Real de outros tempos. Uma selecção dessas crónicas (cerce de quatro dezenas) tinha sido publicada em 1987 pelos Serviços Municipais de Cultura, sob o título de *Crónicas da Vila*.

perpassam diante de mim, tão nítidas como se estivessem a acontecer no mesmo momento em que redijo estas mal notadas regras.

Os nossos renhidos desafios de futebol na Vila Velha, Serafim... Ali se revelaram alguns talentos, que depois haviam de dar boa conta do recado a defender as cores do Sport Clube ou mesmo subir a poleiro mais alto. Olha, não vás mais longe: o Castanheira, que brilhou no Belenenses. Pois ali, na Vila Velha, enquanto não vinha o polícia, é que se armavam as renhidas pendências da bola, e canelas esfoladas eram o pão-nosso de cada dia. Não foste tu mesmo que um dia caíste desamparado sobre um braço e o partiste? Quer-me parecer que sim.

A Bila de então era mais bem maneirinha. Do Pioledo para lá, onde hoje inçou aquele dédalo de ruas e avenidas, eram então só hortas e quintas. A Senhora da Almodena ficava já fora de portas, e — vê tu — tem já hoje enroscado nela um dos tentáculos do polvo que a Bila se fez. E o mesmo se diga do Codeçais ou do açude das Flores, onde íamos às vezes dar a nossa banhoca no Verão, coirachinhos como Deus nos pôs no mundo...

A Bila está hoje uma senhora cidade. Tu, que só cá vens de ano a ano consoar com os velhotes, deves notá-lo melhor do que eu, que vivo dentro da mudança e por isso mal a sinto, de tão gradual e contínua. É o progresso, amigo.

Meia dúzia de empreiteiros, perante a permissividade (e diz-se que até perante o júbilo) das edilidades, levantou-a à cota dos doze, quinze andares. Agora quem dobre a Curva da Saudade, ali por Arrabães, na estrada velha, vê à distância uma mini-Chicago, em vez do casario rente de outros tempos — os nossos tempos, Serafim. As torres da Bila, desde o Calvário a São Dinis, que outrora se alçavam airosas, escondem-se agora, vencidas e envergonhadas, por detrás das bisarmas de betão.

Os carros, que ainda não há muito avançavam temerariamente e sem cerimónia pelos cruzamentos, roncavam agora pianinho, disciplinados pelos semáforos, que impõem a lei do verde, vermelho e amarelo, e volta e meia armam cada bicha maior que o queixo do Estêvão (lembras-te dele?)⁴.

A Universidade instalou-se, botou raízes e alarga-se a olhos vistos.

O Aeródromo não tarda que receba carreiras diárias de aviões de quarenta lugares.

(Só o Loteamento Industrial é que permanece uma espécie de cemitério de Sucupira⁵, mas — que queres? — não há bela sem senão.)

4 Ignoramos quem seja. Deve tratar-se de alguma figura mais ou menos popular da Vila, senhor de um queixo avantajado.

5 Referência a uma telenovela brasileira, *O bem-amado*, que tinha corrido anos antes na RTP. A obra maior do prefeito da cidade fictícia de Sucupira, Odorico Paraguaçu, era o cemitério, mas tardava em ser inaugurado, porque não morria ninguém.

É o progresso, Serafim.

Só que às vezes, quando a gente se começa a convencer de que a Bila está mesmo uma cidade, alguém ou alguma coisa se encarrega de nos lembrar que, no fundo, ela é ainda uma aldeia. Porque os arranha-céus, os semáforos, a Universidade e o Aeródromo estão ainda do lado de fora das pessoas. Tu julgo que entendes o que quero dizer: uma cidade só se torna cidade a valer quando as pessoas que a habitam despem a pele de troglodita ou, vá lá, de campónio.

Vem este resmungo a propósito da musicata que o Sport Clube faz ouvir ao domingo, logo pela manhãzinha, para anunciar que vai haver futebol às 11 horas, no Campo do Calvário. É um desaforo. As pessoas não terão, ao domingo, direito a uma ou duas horitas suplementares de sono? Pois não senhor, que o Sport Clube não deixa. Ainda não seriam 9 horas, rompe nas goelas dos altifalantes de corneta, a todo o volume, imagina tu o quê: aquela detestável versão de “A Minha Casinha”, vociferada a xutos e pontapés por uns encantadores jovens que não seria pior se se voltassem antes para a venda de lotaria na via pública ou de peixe na lota — se houvesse orientação profissional obrigatória em Portugal, era lá que estavam, certo como dois e dois serem quatro.

E a música lá continuou, manhã fora, a espavorir o sono dos pobres moradores daquela zona da cidade. Da cidade? Que digo eu? Da aldeia — que um sítio onde coisas destas sucedem pode ter muitos arranha-céus e Aeródromo e Universidade e semáforos, mas será sempre irremediavelmente aldeia.

Como diz o Sinhozinho⁶: estou certo ou estou errado?

Um abraço indignado do amigo certo,

Sebastião

* * * * *

3.^a CARTA:

Sobre como não é conveniente brincar, na Bila, com o “Roque Santeiro”

20 de Março de 1988

Meu Serafim:

Lá na terra que escolheste para viver, longe da Bila natal — que todavia sei que trazes sempre aconchegadinha ao coração —, lá nessa terra de progresso e

6 Sinhozinho Malta, personagem de outra telenovela brasileira, *Roque Santeiro*, que corria à época na RTP.

riqueza, as pessoas também andam de cabeça perdida com o “Roque Santeiro”? Pergunto-te isto, porque aqui na Bila a coisa é um autêntico desaforo. Queres tu saber? Ora ouve:

Vêm-se no mercado uma vendedeira e uma freguesa que gesticulam e falam excitadamente. Altercam sobre o preço da cenoura, da couve troncha? Ralham sobre um engano de trocos? Nada disso: comentam o desfloramento serôdio da Mocinha.

No consultório médico, o facultativo dirige palavras graves ao paciente. Anuncia-lhe a sida, um carcinoma, uma angina de peito? Nada disso: autoriza o diagnóstico do dr. Cazuza sobre a cegueira temporária de Tito.

Na sala de aula, o professor exalta-se e alteia o tom de voz. Entusiasmou-se com a exposição da matéria, o interesse dos discípulos? Nada disso: solidariza-se com a paixão assolapada de Astromar.

E assim por este teor, Serafim amigo.

Dou voltas ao bestunto, a ver se atino com a causa da coisa. Mas, como não tenho a perspicácia de Miguel Esteves Cardoso⁷, só me ocorrem explicações peregrinas. Será porque acredita que a peça é plagiada de outra de António Cabral⁸, conforme já andou polemizado nas gazetas⁹, e a tem pois por coisa sua? Será porque se revê em Asa Branca: algum manda-chuva local tem pinta de Sinhozinho Malta; Florindo Abelha faz escola; as Ninons e Rosalis são mato; as Pombinhas idem; os Ronaldos Césares aspas; os Gilós nem se fala?

Alguma razão há-se ser. Porque o raio da história é uma chachada tal, tão sem pés nem cabeça, tão monstruosamente caricata e pifiamente divertida, tão gafada de todos os truques e tiques do género, que há-de haver alguma razão exterior a ela que explique o fenómeno. Doutro modo não percebo.

Menos ainda percebo, Serafim, que raio de prazer perverso terão as pessoas em ler previamente os resumos dos episódios. Deve ser alguma forma retorcida de masoquismo. O que sei é que, lá na repartição onde, por mal dos meus pecados, ganho a vida, logo pela manhã, mal se assina o ponto, já se ouve proclamar: “Então sempre é hoje que chega a Odete!” ou “Na *Maria* diz que a Mocinha, ao ser desflorada, atira semelhante berro que se ouve na Praça da Prefeitura!”. Etc. Quer dizer que a única aliciante que aquela droga podia ter — o inesperado — é voluntariamente neutralizada pelas pessoas, que preferem sentar-se diante

7 Conhecido colunista, que por essa altura tinha uma coluna semanal no *Expresso*, intitulada “A causa das coisas”.

8 Trata-se de *O herói*, peça cujo entrecho se aproxima algum tanto da que inspirou a telenovela *Roque Santeiro*, que se intitulava *O berço do herói* e era da autoria do dramaturgo brasileiro Dias Gomes.

9 Chegou a haver, no ano de 1965, um esboço de polémica entre Carlos Loures e Dias Gomes nas páginas do *Jornal de Letras e Artes*.

do televisor já a saber, tim-tim por tim-tim, as intrincadas e quase sempre estapafúrdias peripécias do dia.

Tu entendes isto? Eu confesso que não. E ontem, para me vingar de não perceber, fiz uma maldade, que acabei por pagar cara. Inculquei-me directamente informado por um primo do Brasil e pus-me a inventar para os e as colegas de repartição os desenvolvimentos mais incríveis: que o padre Hipólito ia ser surpreendido na sacristia a acariciar o traseiro de Dona Marcelina; que Tânia tentava seduzir, sem êxito e sucessivamente, o delegado Feijó, o cego Jeremias e o onnipresente Giló; que se vinha a descobrir que Porcina é que era afinal o lobisomem; que Roque Santeiro era um impostor e o verdadeiro taumaturgo era Ronaldo César; que Sinhozinho Malta morria ao engolir inadvertidamente um corta-unhas; que Lulu das Medalhas ficava de bebé do Beato Salu. E por aí fora.

Gostava que visses, Serafim, a cara deles. À surpresa e incredulidade iniciais sucedeu-se a indignação, à medida que a minha história não jogava com os resumos da *TV-Guia*. E, a dada altura, uma das colegas não se conteve. Levantou-se, apontou-me um dedo acusador; bradou: “Mente! É falso!”; e acabou por me arremessar um frasco de tinta para carimbos, que me provocou um olho negro e, entornando-se por mim abaixo, me inutilizou a camisa, as calças e o sapato esquerdo.

Vê tu o que ganhei com a maldade... Vá lá uma pessoa meter-se com o “Roque Santeiro”! Nada: daqui por diante vou ter mas é juizinho e não brincar com coisas sérias.

Não achas que faço bem?

Um sensatíssimo abraço do amigo velho,

Sebastião

* * * * *

4.ª CARTA:

*Sobre as razões por que o Autor vê o
“Roque Santeiro” mesmo sem gostar*

27 de Março de 1988

Marotíssimo Serafim:

A rispidez da tua carta, em resposta à inocência da minha deixa-me perplexo. Nunca pensei, amigo, que te fossem tão molestos os meus considerandos sobre

o “Roque Santeiro”. Nem te imaginava um tão feroz adepto da telenovela; pelo contrário, fazia-te um adversário severo daquelas mexerufadas em que vão enrolando os nossos serões, daquele faz-que-anda-mas-não-anda de fazer perder a paciência a um santo. Foi pois uma surpresa a tua carta.

Bem entendido que estás no teu direito de gostar do que te der na real gana. Mas, ainda que sem intuitos polémicos, sempre te direi que se só tens aqueles dois argumentos para defender a tua dama, bem podes limpar as mãos à parede. Senão, vejamos:

Falas em primeiro lugar, dos óptimos actores. Alguns são-no, com efeito; outros, nem tanto; outros ainda, valha-nos Deus. Mas ainda que fossem todos de primeira, isso que voga? Já tenho provado bolos que não passam de argamassa intragável — e mais são feitos com ovos caseiros, manteiga açoriana, farinha da mais fina e tudo ao consoante. E porquê? Porque um bolo, meu amigo, não é só bater num tacho uns tantos ingredientes e levar a massa ao forno: um bolo é acima de tudo o talento de quem o criou e de quem o recria de cada vez. Assim como os bolos são as telenovelas, Serafim: não basta terem óptimos actores, óptima música, grandes meios técnicos; é preciso o *quid* que está fora e acima de tudo isso.

O teu primeiro argumento está pois por terra. O segundo parece-me ainda mais peregrino. Dizes tu, textualmente: “Não sei como podes dizer mal de uma telenovela que fez parar o Brasil!” Meu ingénuo Serafim, como tu embarcas facilmente nestas levandades publicitárias! O “Roque Santeiro” não fez parar coisíssima nenhuma o Brasil — pelo simples facto de que o Brasil já está parado há muito tempo. Parar o Brasil... Não me faças rir! Tirante os três dias de Carnaval, em que de facto todo o Brasil, desde o Presidente Sarney até ao último dos índios tupi-guarani, mexe e rebola nos requebros do samba, o restante do ano passa-o ele inerte, estendido na rede, a descansar das canseiras do Carnaval. Senão diz-me cá: um país com todas aquelas potencialidades, se trabalhasse a sério três horas por dia, podia alguma vez ter uma dívida externa do tamanho que tem? Já vês que este segundo argumento, em que parecias ter tanta fé de me converter à telenovela, não passa de uma falácia promocional. Também não pega.

Enfim, a telenovela é, a meu ver, defunto tão ruim que não merece que se lhe queime mais cera. Mas não termino esta carta sem um remoque maroto. É que também tu terminaste a tua com uma pergunta tola — desculparás a franqueza. Dizes tu: “Afinal, se não gostas do ‘Roque Santeiro’, porque é que diabo perdes tempo a vê-lo?”

Ora batatas, Serafim! Então não tenho o direito de ver o que quiser? E, se vejo, fico por este facto obrigado a dizer bem do que vejo? Que democracias são essas, Amigo?

Este o remoque, que estimo não leves a mal. Mas, se queres mesmo saber porque é que vejo, aí vai: porque não tenho alternativa ¹⁰. Não vivo em Lisboa como tu, amigo. A RTP cobra-me a taxa por inteiro, mas não me presta serviço à proporção do que pago. Vejo o 1.º Canal — e viva o velho! 2.º Canal é coisa que a Bila não vê, ou, se vê, é de empréstimo e mal. Ainda dei um conto de réis para o peditório dos Bombeiros para a antena de Agarez; mas por azar meu, tenho de permeio o demónio dum prédio do Djalma¹¹ que não deixa chegar o sinal à minha antena.

Consta que, no posto do Marão, já está montado o material todo para o 2.º Canal; mas que, sempre que avariavam peças noutros retransmissores, a RTP, zás! Vem ali buscá-las. De forma que, em vez de ponto retransmissor, o Marão é assim uma espécie de salgadeira, onde há sempre um naco de toucinho para um aperto; ou então uma espécie de cemitério de sucata, onde é sempre possível retirar de alguma velha carcaça a peça que faz falta no nosso automóvel. É por isso que, a respeito de 2.º Canal — viste-lo!

A ser verdade, não é isto caricato e obsceno, Serafim? Eu estou que sim.
Um abraço sofredor do amigo de sempre,

Sebastião

* * * * *

5.ª CARTA:

*Sobre as indignidades de uma EP chamada
CP e a falta que faz o rei D. Pedro I*

3 de Abril de 1988

Serafim amigo:

São graves, caríssimo, os casos de que hoje te falo; mais graves do que as desavenças entre a viúva Porcina e o Chico Malta dessa malfadada novela que quase nos ia fazendo zangar. Ia fazendo, mas não fez — que a amizade antiga e verdadeira resiste a muito, por Deus querer.

Pois bem. Tu, que viajas muito refastelado (“de cu tremido”, como nós

10 Convém fazer notar que em 1988 ainda vinham longe a SIC (que seria fundada em 1992) e a TVI (de 1993), e mais longe ainda a televisão por cabo e a TDT. Em Trás-os-Montes praticamente não se via então senão o 1.º Canal da RTP. *(Nota do editor.)*

11 Djalma Nogueira Martins, empreiteiro vindo do Brasil, que foi um dos principais construtores de ‘arranha-céus’ em Vila Real.

aqui dizemos com inocente liberdade) nesses esplêndidos comboios da Linha de Cascais ou, quando vens ao Porto, no soberbo Sete Colinas ou Cidade Invicta, que até hospedeiras de bordo parece que já têm — tu, dizia, afeito a esses confortos ferroviários, mal acreditarás nas condições em que se viaja aqui no “expresso” do Corgo.

Já não falo das carruagens escalavradas, onde, se chove, é preciso ir de guarda-chuva aberto. Falo de coisa mais grave, que te vou contar de seguida, incrédulo Serafim. Porque eu já vi uma vez, com estes dois que a terra há-de comer. E que vi eu? Pois sabe que vi, dividido entre a estupefacção, a indignação e uma estranha sensação de que estava a sonhar, o comboio sair aqui da Bila com destino à Régua, levando aos magotes, em vagões ditos jota — o quê? Cavalos? Carneiros? Sacos de adubo? Nada disso, Serafim ingénuo: levando gente!

Gente, sim senhor! Não acreditas? Nem eu queria acreditar, antes de ver. Tinham-me dito que acontecia com certa frequência, mas eu levava a informação à conta de brincadeira, de malquerença à CP ou, no máximo, de exagero. Pois não senhor. Um dia, pelo sim pelo não, tirei-me de cuidados e fui ver. E, Serafim, era verdade!

Aquilo não parecia gente, claro está; parecia antes carne a granel, para ali despejada às pazadas. E todavia, vê tu, riam e galhofavam. A maioria eram jovens, talvez soldados de licença, e a juventude, de tão generosa, tem às vezes destas coisas: brincar em vez de bater o pé.

Agora, leio na gazeta que tornou a acontecer. Ora ouve: «Fontes fidedignas informaram-nos de que, num dos últimos dias, algumas individualidades de Vila Real (que nos dispensamos de nomear) tiveram de viajar na Linha do Corgo, desde o Peso da Régua até esta cidade, num dos vagões de gado — conhecidos por ‘jotas’ — por não terem lugar no comboio. As pessoas mais idosas que ali viajavam tiveram de ser colocadas ao colo no interior da composição. Uma delas ainda conseguiu um ‘mocho’ — dizem-nos — para sentar-se. As demais viajaram de pé... e aos encontrões. E não fazemos comentários...»

De facto, Serafim, os comentários seriam escusados. Mas calarmo-nos a isto é demais, que, como dizemos cá por cima, quem não se sente não é filho de boa gente.

Dizem-me que isto não passa de manobra da CP para desmoralizar as pessoas e preparar o golpe do encerramento. Acredito que sim. Mas é preciso que se proclame que a CP, que tanto cuida da imagem europeia nas grandes linhas, para CEE ver, acaba por dar aqui, neste sertão onde a Europa não vem bisbilhotar, uma confrangedora imagem do mais acabado terceiro-mundismo.

A hipocrisia e a impostura, principalmente quando trazem consigo o desrespeito pela dignidade dos outros, são muito feias nas pessoas. Mas nas

empresas públicas, Serafim, são intoleráveis. Ah, bom rei Pedro I! Ah, bom chicote!

E mais não digo, que não vale a pena.

Um abraço raivoso do amigo que, enquanto tiver força nas tíbias, pelo sim pelo não, vai viajando de bicicleta pasteleira,

Sebastião

* * * * *

6.^a CARTA:

*Sobre as grandes coisas que está para
haver além do rio*

10 de Abril de 1988

Serafim dum raio:

Bastante te tenho importunado, nestas minhas correspondências, com as mazelas e senões da Bila. Que queres, as coisas passam-se diante do nariz da gente... Corro mesmo o risco de pensares que sou um daqueles amantes do bota-abaixo, que andam pacientemente a vasculhar o que vai mal, para o pôr pelas ruas da amargura, e que calam de forma deliberada e contumaz aquilo que vai bem. Pois, Serafim, para te provar que não sou desses, aí te mando hoje — e com que alegria! — notícias de progresso da nossa querida Bila.

O parque, Serafim!

Estou a ver-te franzir a testa e rosnar: “Parque? Mas que parque?” E tens razão, porque, como o Vasco Santana dizia dos chapéus, também parques há muitos. Vejamos:

Há os parques que a Bila já tem: tem o Parque de Campismo, bem jeitoso, por sinal; tem o Parque Florestal, magnífico, com o senão de às vezes o transformarem em alcova, que até tenho medo de levar lá os netos ao sábado à tarde; tem aquele parque soberbo que é o Jardim da Carreira, onde as pessoas se desabituarão de ir, e não sabem o que perdem; tem alguns parques infantis, não tantos quantos precisa, mas enfim...

Por outro lado, há os parques que a Bila ainda não tem: não tem o grande parque de estacionamento por que os automobilistas suspiram, fartos de dar voltas à Avenida, à cata de buraquinho onde arrumar o carro; nem tem o grande parque desportivo que merece, já que, pelos modos, o do Monte da Força se engasgou com a espinha das expropriações.

Enfim, há ainda os parques que a Bila parece que tem, mas não tem:

é o caso do parque industrial de Constantim, onde as fábricas que há — vai-se a ver e são armazéns de retém.

Perguntarás pois que raio de parque é esse tão jubilosamente te anuncio. Pois bem, Serafim: esse parque é a nossa FIL, o nosso Palácio de Cristal, o nosso Campo de São Mateus — o lugar onde futuramente hão-de ser as festas, feiras e exposições. O próprio Santo António, cansado de andar empurrado de Jou para Jales sem lhe consentirem pouso certo, é para ali que se vai mudar com armas e bagagens. E quem diz o Santo António, diz tudo quanto seja reinação do povo ou mostra de produtos, conferência ou festival, jornadas ou encontros. Tudo no parque.

E isto não está para as calendas gregas. Nada disso. A Câmara tem já o terreno de olho e arregaçou as mangas para que tudo ande depressinha-que-se-faz-tarde. Até já fixou datas! Ali, como manda a cartilha... Marque lá mais dois pontos, senhor Presidente! E faça-me trabalhar essa gente!¹²

Fica o terreno na margem esquerda do Corgo, bem defronte do parque Florestal e estendendo-se para montante até ir entestar com as piscinas de Codessais (como o dr. Pires Cabral quer à fina força que se diga e escreva, quando na Bila sempre se disse e escreveu do Codeçais). A matar, portanto!

Claro que já estás a ver o efeito da obra para o desenvolvimento da zona: estruturas de apoio, rasgar de acessos, urbanizações... Mas espera, que ainda não ouviste tudo. Aí vai outra grande notícia: o parque será completado com um açude no rio, que criará um espelho de água, onde ainda espero, mau-grado o caruncho dos quase 60, entreter-me a remar num caíque de borracha que já comprei em segunda mão e me custou o melhor de trinta contos — quase um mês de ordenado!

A volta que vai levar aquele bucólico lugar... Pois ainda bem que leva, que bucolismos temos nós muitos, e equipamentos sociais nem por isso. Se até o Rio das Lavadeiras — esse cartaz turístico que nenhum roteiro publicita — é poupado e valorizado! E se até o Bairro dos Ferreiros — esse outro cartaz que os próprios moradores trazem tão desprezadinho — vai lucrar em limpeza e salubridade! Perante estas garantias, não posso senão exclamar, como Jô Soares (que diabo, hoje só me ocorrem actores gordos!): “Eu quero aplaudir!”

E tu? Não queres aplaudir, Serafim? Ai não, que não queres... Ou não fosses tu... um garoto da Bila!

Um abraço entusiasmado do amigo de todas as horas,

Sebastião

12 O projecto desse parque anunciado acabou por não avançar, por razões que ignoramos, e Vila Real continua sem um local adequado para o Santo António.

* * * * *

7.^a CARTA:

Sobre como em matéria de equipamentos de desporto estamos bem e de cultura estaremos ou não

17 de Abril 1988

Serafim amigo:

Caramba! Como é que diabo consegues manter-te tão informado sobre a Bila, vindo cá apenas uma vez por ano? Quase me chega a parecer que sabes mais do que eu e que, assim sendo, mais me valia calar a caixa — já que estas cartas que te mando com notícias da Bila não são mais do que chuva no molhado. Bom, mas como às vezes a tua informação anda um bocadinho por baixo, em certas matérias, sempre me resolvo a prosseguir com a correspondência.

Dizes tu pois na tua carta última, a respeito do que te contava eu na anterior, que a Bila já se encontra razoavelmente servida de equipamentos desportivos. E enumeras: o Complexo de Codessaís (vamos lá fazer a vontade ao homem...¹³), com as suas piscinas, o seu espelho de água, o ténis e o minigolfe; o Pavilhão Gimnodesportivo; a Piscina Coberta, para os mergulhos de Inverno; os *courts* de ténis do Aeródromo; o Campo do Calvário e, aqui à roda, usados sempre que os árbitros apalpam as unhas e os guarda-chuvas aos adeptos do Bila, os de Abambres e Lordelo; os Polivalentes da Estação e de S. Vicente de Paulo; o Circuito Automóvel, a pedir “tirem-me daqui!”; a pista de *autocross* de Sanguinhedo e de *motocross* de Justes; o Parque de Campismo; o circuito de manutenção no Parque Florestal. Enfim, um pouco de tudo. E, como se não bastasse, anuncia-se o parque desportivo gigante do Monte da Forca, segundo pavilhão gimnodesportivo, ali à boca da Vila Velha (localização a que, pessoalmente, torço o nariz), e segundo espelho de água, de que te falei na minha última. É obra!

É então que perguntas, textualmente: «E a cultura? Será que, às autoridades da Bila, do famoso aforismo latino *mens sana in corpore sano* só o segundo termo é que interessa, fazendo elas, autoridades, tábua rasa das necessidades do espírito? Onde o equipamento cultural à proporção do desportivo?»

Não te precipites, Serafim, nem sejas injusto. Nesse ponto, pelos vistos, andas menos bem informado. Mas eu, que vou escutando o que se diz nos

13 Referência ao Dr. Pires Cabral, que defendia que Codessaís não devia ser escrito com ‘ç’, nem tomado por singular (*no Codeçais*).

mentideiros e lendo o que se escreve nas gazetas, particularmente na página municipal (às vezes um nadinha lírica, o que nem admira, já que é um poeta que a coordena¹⁴), sempre te digo.

Primeiro, digo-te que está quase pronto o Arquivo Distrital, num soberbo edifício que era para ser também Biblioteca, mas parece que já não vai ser, porque os senhores que mandam acho que deram o dito por não dito, e a Biblioteca vai ter de se encafuar ainda não se sabe bem onde.

Em segundo lugar, digo-te que não vai haver um, mas três Museus; o Museu da Cidade, na antiga Escola do Magistério (onde íamos às vezes catrapiscar as normalistas, lembras-te?); o Museu de Numismática Romana, no rés-do-chão da Câmara; e um Museu de Armaria Medieval, na Torre de Quintela. Como vês, não há fome que não dê em fartura.

Finalmente, e mais importante, digo-te que a vereação anda já há algum tempo de nariz no ar a ver o que há-de sair da Vila Velha, daquele mote de escombros e pouco mais, que, a meu ver, tem de ser arrasado para dali sair coisa que se veja. E essa coisa vai ser, aposto dobrado contra singelo, o grande Complexo Cultural que falta ainda na Bila, com todo o equipamento que não há ou, se há, é deficiente.

Que me dizes a isto, Serafim? Como sempre foste teimoso, dirás, na tua linguagem florida que nem a do poeta Alberto Miranda, que tudo isso não passa de projectos vagos que andam no ar como as borboletas e não se resolvem a pousar. Mas claro que são projectos, alma de cântaro! Que grande realização não foi projecto antes de ser realidade? Aponta-me um exemplo.

O que te posso garantir é que a Bila está mobilizada para a reconversão da Vila Velha e, à semelhança dos alevantes do povo de Fernão Lopes, tocaria os sinos a rebate e pagaria em armas se, depois de tanta discussão, de tanto apelo às sugestões do público, de tanta notícia e esperança acesa — a montanha viesse a parir um rato.¹⁵ Os autarcas sabem disso. De forma que estou convencido de que o nascituro não será rato nem ratazana, mas bicho bem mais robusto — um elefante, no mínimo, quem sabe se uma manada! —, para bem da *mens sana* que tanto se preocupa, Serafim, e a mim também.

Queres apostar? É dobrado contra singelo...

Enquanto e não, recebe um abraço repleto de fé nos destinos culturais da nossa Bila, deste que se assina

Sebastião

14 A “Vida Municipal”, encarte de *A Voz de Trás-os-Montes*, era coordenada por A. M. Pires Cabral.

15 No que toca a museus, era o que se pensava na altura. Os desenvolvimentos posteriores deram um quadro substancialmente diferente.

Registo

Três meses de Inferno

É o título de um livro do excelente escritor duriense João de Araújo Correia. Nestes nossos *Textos & Pretextos*, programámos não fazer crítica literária; declinamos, quando muito, às vezes, a um leve comentário, a livro que nos passa ao alcance e pede dois dedos de conversa. A crítica literária é assunto alcandorado e quem a acomete, nestas calendas, sem a ajuda de mestre Rolão Barthes ou cai num atoleiro ou recolhe magros proventos e bastas injeções e doestos!

O título do livro de João de Araújo Correia é negaceador e provoca logo natural estranheza. Refere-se às calorações que infernizam os vales fundeiros das terras do Alto-Douro nos meses caniculares de verão. Vem-nos à mente o exagero andaluz que diz que um fabiano que se encontrou no inferno observava que se, ali, o calor era tanto, o que não seria em Badajoz, para acentuar que a cidade raiana é, no verão, um forno irrespirável...

Mas o livro de crónicas de João de Araújo Correia só averba uma com o título que veio a cobrir todo o livro. Porquê? — Certamente porque é uma das mais belas, das mais bem escritas por um homem que tanto preza o idioma, que o enaltece em páginas de extrema sobriedade, limpidez e cordura. A crónica começa deste jeito:

«O Verão, em Trás-os-Montes, é sinónimo de Inferno. Cá no Douro, porém, no fundo dos caldeirões que apuram o vinho, o Inferno refina. Pedro Botelho redobra de malícia. Ferve e referve coisas e pessoas.

Com este calor o fígado entumece, o apetite foge, o cérebro dormita. Parece que o mundo das ideias, das lembranças, o divertido mundo do conhecimento, parou dentro do crânio. Não se lê uma linha, não se escreve palavra nem cogita assunto. GoliIhas de ferro em brasa, movidas por diabinhos, algemam os pulsos.

Toda a gente se sente morrer banhada em suor. Só os répteis, os batráquios, os insectos, medram contentes. Vai pelas folhas secas fora um rastejar de cobras voluptuosos; dos charcos, sobe um coaxar contínuo; junto das carnes e ao pé das luzes, há um zumbido teimoso. A bicharada está em festa.»

Este escritor, João de Araújo Correia, é um observador de marca e um fino descritor de quanto vê e sente. Este seu livro de crónicas, estou em que podem lê-lo mesmo os transmontanos acicatados pela canícula. Além do mais, porque o livro exala uma fresquidão de prosa viridente em que os sentimentos de biógrafo enternecido de figura amáveis se dobra ao de observador de vilas e montados de cima Douro. E é uma festa para o espírito sentir borbulhar o dicionário junto às raízes da madre-terra.

João de Araújo Correia é um dos nossos mestres na crónica. Humanista de certo modo isolado na sua província nativa, ampliou os interesses e as curiosidades do espírito a todos os rincões do concreto e parece que recolheu dos podadores que de socos barulhentos lhe passam à porta, a lição de mondar a língua de excrescências inúteis para nos dar uma prosa viril, límpida, enxuta. Para uns dias feriados, este livro constitui uma leitura apetitosa e se pode o “inferno” canicular incutir modorra, o livro não nos cai das mãos. É leve, é manso, é ensinativo. Cumpre exactamente o que Cícero diz dos bons livros: — «Acompanham-nos, viajam connosco, vão connosco para o campo!»

O Patriarca da Régua há-de sorrir aos calores estivais acompanhados a “inferno”. A sua prosa deliciosa vence-os e quiçá os apague no encanto que provoca em quem o lê. Sendo um dos escritores mais vernáculos, é por igual um dos escritores mais vivos, de pupila mais aguçada para os dramas da terra e as peque-nas aventuras dos humanos. O que passa a desmão da rotina de muitos de nós, trá-lo Araújo Correia para dentro dos seus livros e amassa a nossa língua em fornadas de pão candial que a poesia fermenta e a bondade assabora. Os livros de crónicas de João de Araújo Correia, na modesta courela que em tal género coube à literatura portuguesa, têm o futuro garantido, imunes ao flutuar das modas. É literatura límpida, fluente, sem contorcimento nem jaça...

João Maia, *Textos & pretextos*. Lisboa, 1989, p. 66.

Notícias das Letras



Guerra Junqueiro: Nova Antologia

O poeta trasmontano Abílio Manuel Guerra Junqueiro (1850-1923), cuja vasta obra muitos teimam em desvalorizar — e não apenas por motivos literários —, continua apesar disso a merecer a atenção das editoras.

É o caso da Cotovia, de Lisboa, que acaba de publicar a antologia *Guerra Junqueiro: A musa dual*. Trata-se de uma selecção de textos em verso e prosa cobrindo a obra dúplice do poeta: por um lado, a poesia panfletária, de combate contra o clero, a monarquia e a dissolução dos costumes (respectivamente em *A velhice do Padre Eterno*; *Pátria e Finis patriae*; *D. João*, etc.), por outro lado, a poesia lírica e comovida (em *Os simples*; *Vibrações líricas*, etc.).

A selecção e organização dos textos, bem como o breve estudo introdutório, são da responsabilidade de A. M. Pires Cabral.



I Congresso Internacional ‘Camilo: O Homem, O Génio e o Tempo’

Realizou-se nos dias 9, 10 e 11 de Setembro de 2016, o I Congresso ‘Camilo: O homem, o génio e o tempo’, com um vasto programa, organizado pelo Município de Ribeira de Pena.

A sessão de abertura contou com a participação de: Presidente da Câmara, Rui Vaz Alves; Vice-Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Artur Cristóvão; Fernanda Araújo (em representação da

DRCN); e Fernando Moreira (em representação da Comissão Científica e Comissão Organizadora).

Apresentaram comunicações João Ferreira (Universidade de Brasília), Paula Teixeira Queirós (escritora), Damião Vellozo Ferreira (advogado e historiador), José Valle Figueiredo (Centro de Estudos Tomás Ribeiro), Joaquim Pinto da Silva (ORFEU, Centro Cultural, Bruxelas), Cândido de Oliveira Martins (Universidade Católica Portuguesa), Carlota Pimenta (Universidade de Lisboa), José Barbosa Machado (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Joaquim Jorge Carvalho (Universidade de Coimbra), João Bartolomeu Rodrigues (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Ana Luísa Sonsino (Universidade de Lisboa) e Tânia Moreira (Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, Espaço e Memória’).

Teve ainda lugar a inauguração de Camiliana, a apresentação da reedição da obra *A primeira mulher de Camilo*, de Alberto Pimentel (por Joaquim Pinto da Silva e Susana Pimenta), a inauguração do Mural Literário Camilo Castelo Branco, de Daniel Eime, e um concerto de música do séc. XIX, com Nuno Costa.

Entretanto, a organização divulgou o Livro de Actas do II Seminário ‘Camilo e Ribeira de Pena’, realizado em Setembro de 2014.



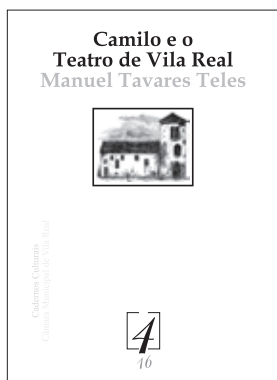
Contos portugueses em Eslovaco

Uma antologia de contos portugueses acaba de sair em edição bilingue português/eslovaco em Bratislava, capital da Eslováquia, com o apoio do Instituto Camões, Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, e do Instituto Português. A selecção, introdução e notas são da responsabilidade de Margarida Braga Neves, doutorada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadora no

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL).

O título é *7 Portugalských Poviedok / Contos portugueses* e reúne sete contos de outros tantos contistas portugueses contemporâneos.

Entre estes conta-se o escritor trasmontano A. M. Pires Cabral, representado pelo conto “O porco de Erimanto ou os perigos da especialização”, do livro *O porco de Erimanto* (Cotovia, 2010), com tradução Zuzana Greksáková. Recorde-se que o mesmo conto tinha já sido traduzido para castelhano e catalão.



Camilo e o Teatro de Vila Real

Foi apresentado no passado dia 10 de Outubro de 2016, no *Foyer* do Grande Auditório do Teatro de Vila Real, o Caderno Cultural n.º 16, da IV Série, editado pelo Grémio Literário Vila-Realense. O título é *Camilo e o Teatro de Vila Real* (percebe-se assim a razão da escolha do espaço onde decorreu a apresentação) e o seu autor é Manuel Tavares Teles, um estudioso de Camilo Castelo Branco, que já tinha publicado, na mesma colecção, outro trabalho de temática camiliana, *Camilo Castelo Branco – Correspondências do “Periódico dos Pobres”*. Apresentou o Autor e a obra Elísio Amaral Neves.

Neste trabalho, abundantemente documentado, Manuel Tavares Teles aclara definitivamente as questões em torno do teatro onde teria sido representado o *Agostinho de Ceuta*, de Camilo, em 1846, e acompanha as diversas representações que esse drama e também *O Marquês de Torres Novas*, também de Camilo, conheceram.

Incorporações recentes

No período de 16 de Maio a 30 de Outubro de 2016, foram incorporados no acervo bibliográfico do Grémio Literário Vila-Realense, entre outros, os seguintes títulos:

Mateus, Isabel Maria Fidalgo – *Signatus. O lobo do fojo de Guende.*

Coimbra: Gráfica Ediliber (exec. gráf.), 2016. (Oferta da Editora.)

Na sequência de Farrusco – Um cão de gado transmontano (2013) e de Sultão – O burreco que veio de Miranda (2015), Isabel Mateus dá-nos uma nova história de bichos, que, tal como as anteriores, está imbuída de valores ecológicos. Signatus, o lobo, e Deolinda, a pastora – uma amizade invulgar. História bem escrita e correctamente contada.

Veiga, Eva – *Silêncio percutido.*

A Coruña: Espiral Maior, 2016.

Original vencedor do XXXI Prémio de Poesia Cidade de Ourense (2015). Poemas geralmente curtos, incisivos, reduzidos ao essencial.

Rodrigues, João de Deus – *Burros? Sim, mas só de nome!*

Lisboa: Edições Colibri, 2016.

Conjunto de textos muito diversificados, ora divertidos, ora reflexivos, sobre esse animal por vezes ridicularizado, mas inteligente e leal. Uma reabilitação do burro, bem-vinda numa altura em que se fazem esforços para evitar a sua extinção.

Costa, Isabel Sousa – *A idade da inocência*.

Lisboa: Chiado Editora, 2015.

Uma estreia literária que faz a revisitação da infância, cujo fascínio tenta recuperar, vivida em Vila Real e outros lugares.

Junqueiro, Guerra – *Musa dual*.

Lisboa: Cotovia, 2016.

Antologia organizada e prefaciada por A. M. Pires Cabral, que mostra que o interesse pela poesia de Guerra Junqueiro está longe de ter desaparecido.

Coelho, A. Passos – *Refugo*.

Porto: Fronteira do Caos, 2016.

Depois de Material Humano (1997), A. Passos Coelho regressa à poesia. Versos que deliberadamente sacrificam o lirismo à expressão crua de sentimentos, emoções e valores.

Braga-Amaral, José – *A plebeia*.

Lisboa: Âncora Editora, 2016.

Terceiro romance de Braga-Amaral, que conta, com notável desenvoltura e enquadramento histórico preciso, a história exemplar de uma mulher que nasce humilde e consegue conquistar uma posição de relevo na sociedade duriense, aristocrática e fechada, dos princípios do séc. XX. O pano de fundo é a região do Douro e as transformações políticas e sociais dessa época.

Carvalho, Duarte – *Comércio tradicional. Memórias futuras*.

Vila Real: Associação Arquivo de memórias, 2016.

Duarte Carvalho, fotógrafo amador com qualidade de profissional, dá-nos neste álbum uma série de fotografias que documentam a actividade comercial tradicional, que os novos formatos do comércio vão remeter em breve, ou já remeteram mesmo, em alguns casos, para o canto das velharias. Um testemunho comovente.

VV. AA. – *In Memoriam Camilo de Araújo Correia*.

Vila Real: Ar & Água, 2016.

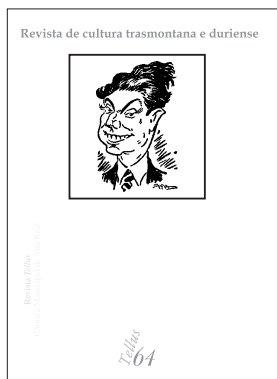
Iniciativa da Tertúlia de João de Araújo Correia, este In Memoriam reúne 27 textos de outros tantos autores (familiares, amigos, condiscípulos, escritores) sobre essa figura notável de homem, médico e escritor que foi o Dr. Camilo de Araújo Correia.

Sousa, Osvaldo Macedo de – *Mont’Alvão. O lado irreverente de um democrata.*
Vila Real: Dom Texto (impr.), 2016.

Caricaturista – eis uma faceta menos conhecida de um grande senhor da política e da cultura de Trás-os-Montes, o Dr. Júlio Montalvão Machado. Esta plaquete reúne umas dezenas de desenhos de humor que mostram bem a mestria de Mont’Alvão (assim assinava os trabalhos).

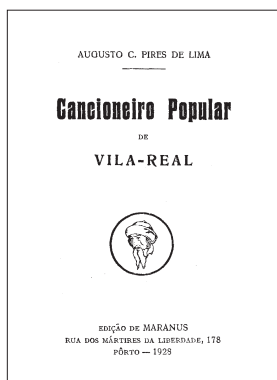
Publicações do Grémio Literário Vila-Realense

No ano de 2016 o Grémio Literário Vila-Realense publicou os seguintes títulos:



Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 64.

Colaboração de Hercília Agarez, José Vasconcelos Viana, António Conde, Isabel Mateus, A. M. Pires Cabral, Norberto de Araújo, Lopes de Oliveira.

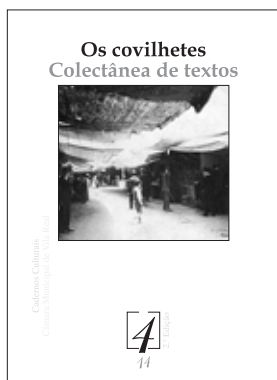


Cancioneiro Popular de Vila-Real.

Augusto C. Pires de Lima

Edição fac-similada

Colecção *Tellus*, n.º 32.

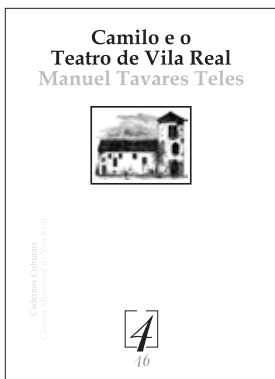


Os covilhetes. Colectânea de textos.

2.^a edição revista, aumentada e com prefácio reformulado.

Seleccção de textos, organização e prefácio de Elísio Amaral Neves.

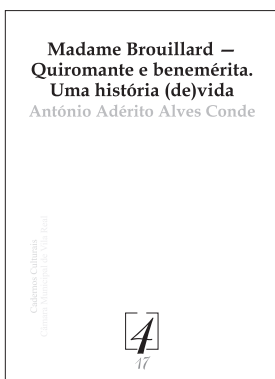
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 14.



Camilo e o Teatro de Vila Real
Manuel Tavares Teles
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 16.



Da vinha e do vinho
Antologia organizada por A. M. Pires Cabral
Colecção *Tellus*, n.º 33.



Madame Brouillard – Quiromante e benemérita. Uma história (de)vida
António Conde
Cadernos Culturais, IV Série, n.º 17.



Tellus – Revista de Cultura Trasmontana e Duriense, N.º 65.

Colaboração de António Conde, Armando Palavras, Maria Hercília Agarez, A. M. Pires Cabral, Sebastião Bravo.

Sumário

• Uma personagem camiliana: o juiz João Roberto de Araújo Taveira. Uma família nobre de Guiães. <i>António Adérito Alves Conde</i>	5
• As igrejas do Padroado da Universidade de Coimbra — Bispado de Lamego <i>Armando Palavras</i>	25
• Castelo Branco, um apelido desafiador <i>Maria Hercília Agarez</i>	55
• Viagens à roda de Camilo <i>A. M. Pires Cabral</i>	65
• Cartas da Bila <i>Sebastião Bravo</i>	77
• Registo	92
• Notícias das Letras	94
• Incorporações recentes	97
• Publicações do Grémio Literário Vila-Realense	100

